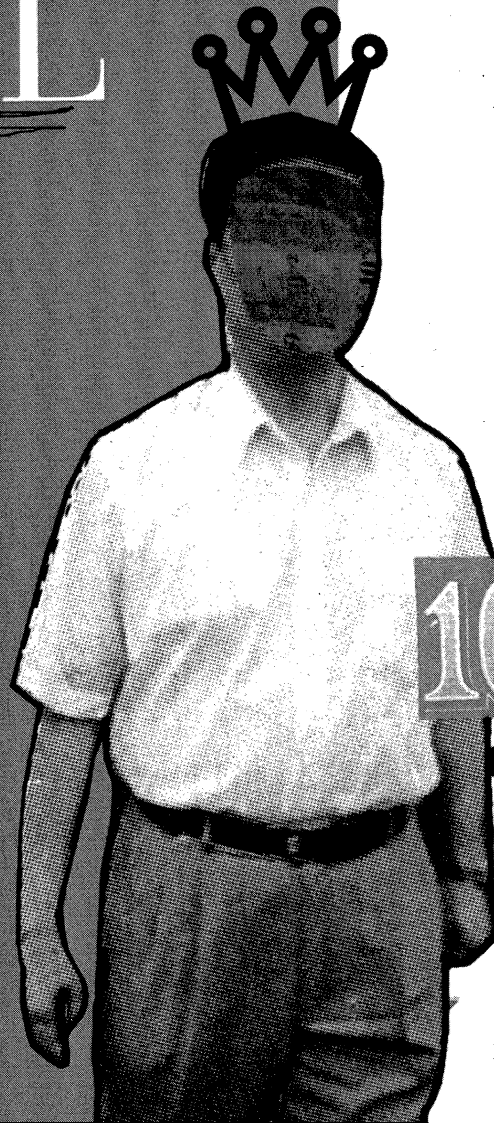


REVISTA
[●●●]
TRÊS PONTOS

■ CENTRO
■ ACADÊMICO DE
■ CIÊNCIAS SOCIAIS
■ DA UFMG
■ Ano 2 - Nº 2
ISSN: 1808-169X

FRÁGIL



100

UFMG
Universidade
Federal de
Minas Gerais



EDITORIAL

Completando seu primeiro ano, um balanço deste período aponta consolidações e avanços. A Revista Três Pontos consolida seu compromisso com a diversidade temática. Uma rápida consulta aos seus sumários demonstra seu caráter amplo e plural, trazendo vasta gama de temas e assuntos que compõem as ciências sociais. O envolvimento de graduandos e professores tornou ainda mais sólido este projeto, pautado pela preocupação com seu caráter científico, mas, também, inovador.

Verificam-se, também, avanços. A Revista Três Pontos firma-se como canal aberto, não-paroquialista, acessível para estudantes das mais variadas linhas de pesquisa e origens. Cada vez mais, temos recebido contribuições de graduandos de diversas regiões e instituições do Brasil – e não apenas de estudantes de ciências sociais, mas de diferentes cursos e áreas de conhecimento que compartilham de nossos temas e assuntos.

Outro importante passo foi a parceria com a Sociedade Brasileira de Sociologia. No XII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizada em Belo Horizonte, uma comissão avaliadora indicada pela

SBS selecionou, dentro da oficina "Sociólogos do Futuro", trabalhos que se destacaram por sua qualidade. Destes trabalhos, alguns daqueles que se encontravam em mais avançado estágio de desenvolvimento compõem, neste número, o "Dossiê SBS".

Desde sua edição anterior, a Revista Três Pontos conta com um ISSN – Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas – que é o identificador aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada, tornando-o único e definitivo.

Como próximos passos, teremos a formação de um Conselho Consultivo, composto por nomes importantes nas ciências sociais brasileiras que reconhecem a importância do papel da revista na formação de futuros cientistas sociais. Buscaremos, também, aumentar a circulação e a distribuição da revista, como forma de melhor divulgar os trabalhos aqui publicados.

Por fim, agradecemos ao Centro Acadêmico de Ciências Sociais pelo apoio irrestrito ao projeto, pelo financiamento, e pelo respeito à autonomia administrativa e editorial da Revista Três Pontos.



A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas e trabalhos artísticos inéditos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE

REDAÇÃO

REVISTA TRÊS [...] PONTOS

Centro Acadêmico de Ciências Sociais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade federal de Minas Gerais

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG – Sala 3086.

Pampulha – CEP 31270-000. Belo Horizonte – MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.

revistatrespontos@yahoo.com.br

EDITOR-EXECUTIVO:

Guilherme Alberto Rodrigues (Discente-UFMG)

EDITOR-ADJUNTO:

Fabrizio Mendes Fialho (Discente-UFMG)

CONSELHO EDITORIAL:

Profa. Ana Lúcia Modesto (SOA-UFMG)

Carlos Eduardo Marques (Discente-UFMG)

Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)

Prof. Eduardo Viana Vargas (SOA-UFMG)

Frederico Batista Pereira (Discente-UFMG)

Martha V. Santos Menezes (Discente-UFMG)

Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)

Prof. Renarde Freire Nobre (SOA-UFMG)

Rogério Jerônimo Barbosa (Discente-UFMG)

Profa. Tânia Quintaneiro (SOA-UFMG)

PROJETO GRÁFICO: Gilmar Campos

DIAGRAMAÇÃO: Brígida Campbell

CAPA: Cristiano Trindade

IMAGENS:

Brígida Campbell (págs: 12, 15, 26, 35, 44, 47) (brigidacampbell@yahoo.com.br);

Carlos Pedrosa (págs: 3, 7, 23, 31, 63) (gravurasbrasil@hotmail.com);

Cristiano Trindade (págs: 5, 16, 40, 55, 61, 65) (funkaholiks@yahoo.com.br)

e Igor Godinho (págs: 25, 36, 48, 59) (igorgodinho@yahoo.com.br)

FICHA CATALOGRÁFICA: Biblioteca Fafich-UFMG.

EDITORA: O Lutador

Tiragem: 400 exemplares

Circulação: outubro de 2005.

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFMG (Gestão Identidade 2005/2006) e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos : revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.

- Ano 2, n.2 (set 2005 / fev 2006). - Belo Horizonte: O Lutador, 2005 - .

V. ; 30,5 cm.

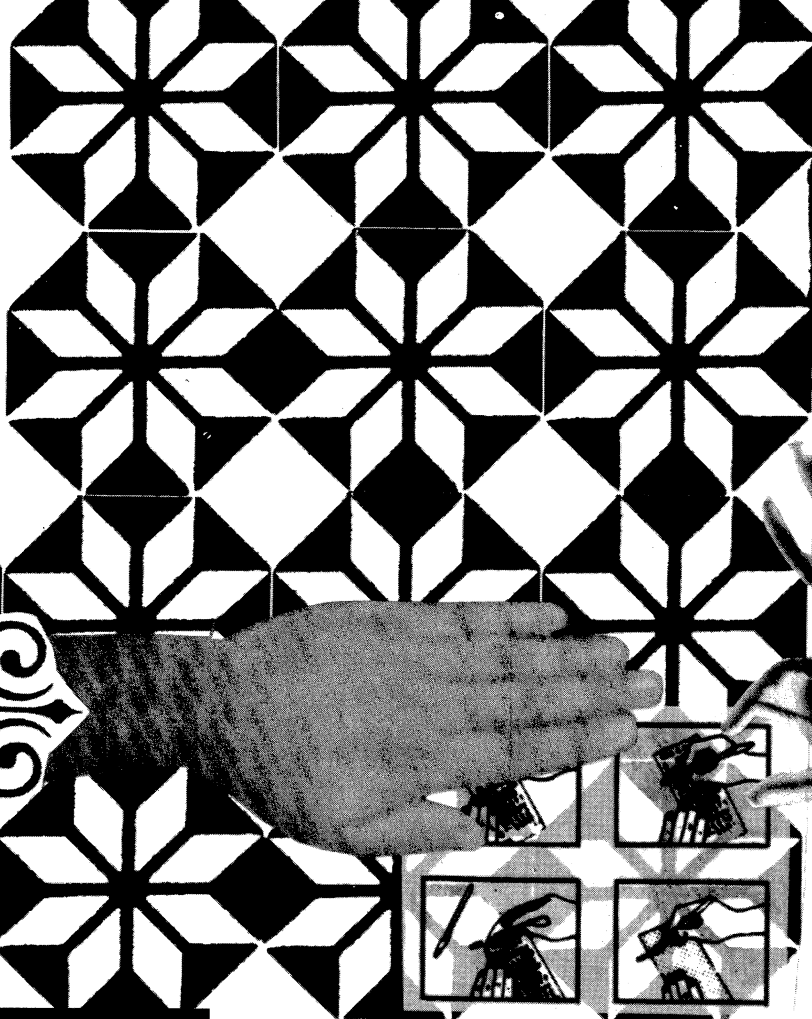
Semestral

Editor: Centro Acadêmico e Ciências Sociais/UFMG

ISSN:1808-169X

1 Teoria social - Periódicos 2.Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia

- Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências Sociais. III.Título



ÍNDICE

07

Faróis Estrábicos

Kleyton Rattes Gonçalves

15

Identidade Racial na Formação de Atores Coletivos: Alguns Problemas Teóricos com (possíveis) Implicações Práticas

Fabrício Mendes Fialho e André Drumond Mello Silva

Dossiê SBS - Sociólogos do Futuro

25

Métodos Gerenciais e Percepção dos Trabalhadores: Análise dos Mecanismos de Controle do Trabalho

Juliana Vieira Araújo

35

Violência Doméstica/Conjugal em Belo Horizonte: Uma Perspectiva Exploratória da Vitimização

Keli Rodrigues de Andrade

47

Os Efeitos dos *Laços Fracos* sobre os *Laços Fortes*: Uma Relação entre Associativismo e Indicadores de Capital Social

Luciana Conceição de Lima

55

Religião como Variável para se Pensar a Juventude: Um Modo de Ser Jovem Religioso?

Marcos Arcanjo de Assis

63

Regulação Eleitoral e Financiamento de Campanha: Uma Breve Revisão Teórica

Dalson Britto Figueiredo Filho

Faróis Estrábicos

**Kleyton Rattes
Gonçalves**

Graduando do
Curso de Ciências
Sociais / UFMG

Palavras-Chave:

Animismo,
Naturalismo,
Terror.

Key Words:

Animism,
Naturalism,
Terror.

RESUMO: O objetivo deste texto é discutir a confusão entre naturalismo e animismo. A partir da obra de Michael Taussig, este texto busca mostrar como, em "contextos práticos", o naturalismo e o animismo se fundem.

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze the joining between naturalism and animism. Based on the "Shamanism, colonialism, and the Wild Man", Michael Taussig, this text tries to shows how the naturalism and the animism are confuses in practices contexts.

"Idéia" é mônada – disse, certa vez, Walter Benjamin (1984) ao referir-se à filosofia de Leibniz, que, por sua vez, afirmava que *em cada mônada estão contidas todas as demais*. "A idéia é mônada – isto significa, em suma, que cada idéia contém a imagem do mundo" (BENJAMIN, 1984, p.70).

Por meio de um "filosofar poético" (ARENDT, 1987), Walter Benjamin propusera uma tentativa de pensar o mundo: estética. Mosaico; configuração de mônadas, cada qual – unitária, hermética em si própria – encerrando uma imagem (a imagem do mundo), que em conjunto com as demais, por meio de um jogo imagético – isto é, não concatenado logicamente, mas sim por fusões de referências imagéticas – esboça configurações. O sentido que surge, que emerge, como não é resultado de uma concatenação estritamente lógica e unidirecional dos elementos, afigura-se enquanto um conjunto de imagens. As imagens, componentes do mosaico, do conjunto, podem ser articuladas de maneiras díspares – embora, não infinitas – por aqueles que se aventuram a

entrar no "jogo imagético", isto é, num jogo estético de leitura monadológica.

Lembrando aqui Lévi-Strauss, a respeito do *pensamento*, não domesticado, *selvagem*: "uma multidão de imagens se forma simultaneamente, nenhuma das quais é exatamente igual às outras; cada uma delas, por conseguinte, só traz um conhecimento parcial [...] mas o seu grupo se caracteriza por propriedades invariáveis que exprimem uma verdade" (1989, p.299), exprimem um sentido.

Analogamente, cada mônada, idealmente, *em-forma* uma idéia que contém a imagem do pensamento sobre o mundo; mesmo que permeadas por diferenças, quantitativas e qualitativas, as mônadas alicerçam-se num substrato comum. Um quadro geral – somente lido com a articulação artesanal de cada parte – caracterizando a possibilidade de uma coexistência, conjunção, significativa e potente das particularidades. Tal qual o trabalho de um *bricoleur*, "cada elemento representa um conjunto de relações ao mesmo tempo *concretas e virtuais*; são operações, porém, utilizáveis em função de quaisquer operações dentro de um tipo" (ibidem, p.33 – grifo meu).

Neste texto pairam *sombrios e iluminantes* "faróis": cabe a você, leitor – estando aberto ao jogo imagético –, encontrar a leitura e a articulação mais apropriadas a eles – mônadas. O substrato, aqui, é o *estrabismo*.

Mônada 1

Graças às intermináveis histórias de caça que os homens gostam de contar, todo mundo também sabe qual foi o comportamento do animal antes de morrer, o medo, a tentativa de fuga abortada, o sofrimento, as manifestações de aflição dos seus companheiros. Em suma, ninguém pode ignorar de que maneira um ser vivo se torna comida.

Philippe Descola

Ei, ei, que é que mecê ta fazendo?

Desvira esse revólver! Mecê brinca não, vira o revólver pra outra banda... Mexo não, tou quieto, quieto... Ôi: cê quer me matar,



ui? Tira, tira revólver pra lá! Mecê ta doente, mecê ta variando... Veio me prender? Ôi: tou pondo a mão no chão é por nada, não, é à toa... Ôi o frio... Mecê ta doido?! Atiê! Sai pra fora, rancho é meu, xô! Atimborra! Mecê me mata, camarada vem, manda prender mecê... Onça vem, Maria-Maria, come mecê... Onça meu parente... Ei, por causa do preto? Matei preto não, tava contando bobagem... Ôi a onça! Ui, ui mecê é bom, faz isso comigo não, me mata não... Eu — Macuncozo... Faz isso não, faz não... Nhenhenhém... Heeé!...

He... Aar-rrã... Aaãh... Ce me arrhoôu... Remuaci... Rêiucâanacê... Araaã... Uhm... Ui... Ui... Uh... uh... êêêê... êê... ê... ê...

João Guimarães Rosa

O ensaio procede, por assim dizer, metodicamente sem método.

Theodor Adorno

Mônada 2

Philippe Descola advoga que o pensamento ameríndio se baseia em uma cosmologia animista-totêmica, ao passo que o ocidental em uma naturalista. Ou nas palavras de Eduardo Viveiros de Castro, os *ameríndios* seriam portadores de uma epistemologia multinaturalista, e as *sociedades ocidentais* de uma multiculturalista – cada qual respondendo de maneiras distintas ao mesmo questionamento que a dicotomia *natureza e cultura* impõe.

Ocidente > Naturalismo > Multiculturalismo
Ameríndios > Animismo > Multinaturalismo

Por multiculturalismo pode-se entender, a grosso modo, uma cosmologia que postula por uma unidade da natureza em contrapartida à multiplicidade de culturas – isto é, o corpo enquanto a esfera da universalidade objetiva e a subjetividade dos *espíritos* e da significação enquanto as dimensões da particularidade.

Do outro lado, pode-se conceber o multinaturalismo como uma cosmologia que propõe uma unidade do *espírito*, da humanidade, e uma multiplicidade dos corpos, da natureza – ou seja, cultura e subjetividade como universais, enquanto que natureza e objeto (corpo) como particulares. Todavia, como advoga Viveiros de Castro, essa divisão ontológica, no multinaturalismo, se dá através de uma constante *recombinação e dessubstancialização* das categorias *natureza e cultura*; isto é, não são regiões do SER – que obedecem a uma fixidez transcendente –, mas configurações relacionais, perspectivas móveis – enfim, *pontos de vista*. É a noção de uma essência antropomorfa do espírito comum aos seres, na qual o variável

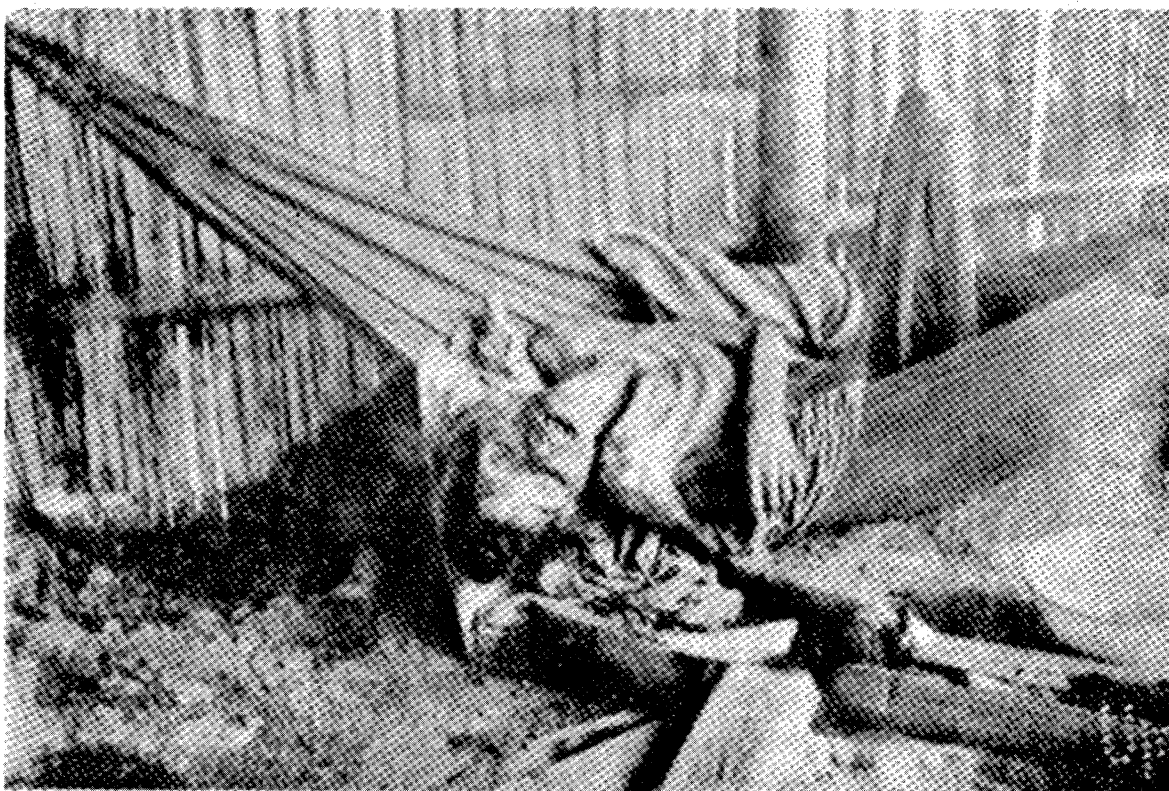
é o corpo, embora de forma essencialmente relacional, configuracional.

Neste bojo, o pensamento ameríndio, com seu multinaturalismo, engendra uma cosmologia perspectivista, em que antes que uma substancialização do mundo, se vê uma perspectivação deste, à medida que cada espécie se percebe como humana e portadora de uma cultura, assim como concebe as outras espécies como animalidade. Por assim dizer, há uma universal nos mitos ameríndios: a existência de um estado primevo em que tudo está mergulhado em um mesmo meio pré-subjetivo e pré-objetivo, em que a base é a humanidade, não a animalidade. Observa-se, então, uma postura epistêmica na qual conhecer é personificar; ou em outras palavras, tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido, para efetivar o ideal epistêmico de revelar o grau máximo de intencionalidade de cada ação, sendo cada espécie vista como portadora de uma cultura.

Esta visão e esta postura se chocam fortemente com a erigida pelo multiculturalismo, à medida que este recusa *o fundo de humanidade* (intencionalidade) entre as espécies. O multiculturalismo se constitui uma cosmologia devedora ao *naturalismo*, em sua divisão ontológica entre natureza e cultura, através de uma descontinuidade metonímica na qual a diferença entre a dimensão da *natureza* e a da *cultura* é interna ao *mundo natural*. Em contrapartida, o multinaturalismo é uma cosmologia herdeira do *animismo* – postulando por uma continuidade metonímica entre as esferas da *natureza e cultura*, em que a diferença entre as esferas é interna ao *mundo social*.

Posto isto, o animismo deve ser visto “como projeção das diferenças e qualidades internas ao mundo *humano* sobre o mundo *não humano*, isto é, como um modelo ‘sociocêntrico’ onde categorias e relações intra-humanas são usadas para mapear o universo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.366). É uma noção longe do cartesianismo divisório, comum ao naturalismo, ao pensamento moderno, em que se torna altamente difícil substancializar as categorias de *natureza e cultura* – quer dizer, é menos *substantivo*, é mais *pronome*. “As almas ou subjetividades ameríndias, humanas ou não humanas, são assim categorias de perspectivas, dêiticos cosmológicos cuja análise pede menos uma psicologia substancialista que uma pragmática do signo” (ibidem, p.373). É uma ontologia relacional, mais do que um apriorismo divisório; uma continuidade metafísica – um espírito, uma humanidade que integra – e uma descontinuidade física – um corpo que diferencia.

Portanto, observa-se que espécies são seres dotados de consciência e intencionalidade, que há um espaço de transmutação de perspectivas, de pontos de vista, ora, pois, para o animismo “a humanidade não constitui uma constante contínua, mas antes a variável de uma função, isto é, um ponto de vista que pode ser assumido por qualquer espécie” (ibidem, p.476).



(Hardenburg, apud, Taussig, 1993: 225)

Mônada 3

*Incomparável a linguagem da caveira:
total ausência de expressão — o negro de
suas órbitas oculares — unida à expressão
mais selvagem — as arcadas dentárias
arreganhadas.*

Walter Benjamin

Mônada 4

A obra de Michael Taussig, "Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura" (doravante, XCHS), se caracteriza por um provocador tratamento dado ao tema do colonialismo nas Américas, na qual se busca propor uma teorização que se contrapõe às teses de selvageria dos índios – e todo corolário dessas perspectivas –, mostrando o quão a "selvageria" é um reflexo de um conjunto de imagens, sobre bestialidade, projetado sobre a selva pelos colonizadores.

"À semelhança de uma esponja, a selva absorve e amplia a paixão humana" (TAUSSIG, 1993, p.58), incide sobre o corpo mutilado e engendra um imaginário colonial no qual a indiscernibilidade e o fetiche etnocêntrico são potencializados pelo terror e pela tortura. Ora "o mundo oficial se empenha em criar uma realidade mágica" (ibidem, p.26), um espaço da morte, pois este "é importante na criação do significado e da consci-

ência, sobretudo em sociedades onde a tortura é endêmica e onde a cultura do terror floresce" (ibidem, p.26).

Dessa maneira, Michael Taussig abre "XCHS", pois, segundo o antropólogo, para escrever sobre e contra o terror – do contexto colonial do final do século XIX e início do XX – e, por conseguinte, tentar passar a experiência desse fundo de horror, se faz necessário pensar através do terror heurísticamente, posto que apreender os traços principais do espaço da morte permite que o terror sirva como mediador para a compreensão da hegemonia colonial sobre o contexto de Putumayo, Colômbia¹ – é no "espaço da morte [que] o índio, o africano e o branco deram à luz um novo mundo" (ibidem, p.27). Assim, o espaço da morte "é onde a imaginação social povoou suas imagens do mal e do além" (ibidem).

A conquista e a colonização européias se efetivaram em um fundo comum de significantes essenciais, em que os *espaços da morte* se misturaram; em um contexto de rupturas entre *coisas* e *mundo*, *coisas* e *signos* – ou em outros termos, as *coisas* tornadas *humanas*, os *humanos* tornados *coisas*: a morte do sujeito. Neste enredo surrealista, de acordo com Taussig, o poder de sonhar passa para as coisas, que tornam perseguidoras dos humanos – um orbe onde as *coisas* transmutam-se em *agentes* do terror. É que em um "mundo de mendigos, a cultura do terror encontra sua perfeição" (ibidem), à medida que o terror transforma a natureza em sua aliada.

A cultura do terror, o *espaço da morte*, é nutrida por uma mescla de silêncio e mito, na qual o vitimizador necessita da vítima a fim de criar a verdade de suas projeções imaginárias – isto é, uma forma de objetivar a fantasia do discurso

¹ Ver Taussig (1993), a primeira seção do livro intitulada "Terror". Em especial, a caracterização da região de Putumayo, Colômbia, final do século XIX e início do século XX, dada pelo antropólogo, na qual é esboçado como as formas de domínio da região pelos espanhóis, entremeadas no "boom da borracha", eram pautadas pela extrema violência em conjunção com mecanismos de legitimação política alimentados por mitologias diversas. Uma delimitação deste quadro, nos limites formais deste artigo, se mostra inapropriada; todavia, cabe ressaltar, a título de nota, que a exploração da borracha em Putumayo estava intimamente ligada a um "teatro do terror", praticado por empreendimentos econômicos da companhia de exploração de borracha dos irmãos Arana, e a uma dizimação de boa parte da população nativa da região.

e do imaginário no outro, na alteridade. "Por de trás do interesse pessoal consciente que motiva o terror e a tortura, desde as esferas celeste da busca corporativista de lucro e a necessidade de controlar o trabalho, até as equações mais estritamente pessoais do interesse de cada um, permanecem formações culturais de significado – modos de sentir – intrincadamente construídas, duradouras, inconscientes, cuja rede social de convenções tácitas e de fantasia reside em um mundo simbólico e não naquela débil ficção 'pré-kantiana' do mundo, representada pelo racionalismo ou pelo racionalismo utilitarista" (Ibidem, p.31). Neste bojo, mais do que qualquer tentativa de distanciamento objetivo de um mundo latejante, ambíguo e paradoxal – o mundo do *espaço da morte* –, se faz necessário, de acordo com Taussig, mergulhar profundamente nas águas míticas do inconsciente político, poético e áspero do contexto.

O *espaço da morte*, com todas as nuances impossíveis de serem expressas na linguagem, é caracterização que Taussig dá para o comércio e exploração da borracha, na região de Putumayo, na Colômbia (vide nota 1). Exemplo notório desta atmosfera é a brutalidade que fora praticada pela companhia de borracha dos irmãos Arana – companhia que monopolizou a exploração e o comércio de borracha da região, no período colonial. Se a selva e os índios eram objetos de temor por parte dos brancos, aqueles não eram o maior objeto de ameaça, visto que foram as disputas entre os brancos pelos lucros do comércio de borracha que engendraram um aniquilamento mútuo entre os colonizadores: é paradigmático o fato de que, após os sete anos iniciais de exploração e comércio da borracha, em Putumayo, ocorrera o extermínio dos pequenos comerciantes e o controle total do comércio pela cia. dos irmãos Arana – uma espécie, um simulacro, da "companhia" enquanto o próprio Estado.

Segundo Taussig, a brutalidade da "companhia" se dava através da disciplina, num sentido quase foucaultiano, pois "o que importava naquele caso era a inscrição de uma mitologia no corpo do índio, a estampa da civilização em luta com a selva, cujo modelo se inspirava nas fantasias coloniais sobre o canibalismo [e a *selvageria* indígena]" (Ibidem, p.45). Deste modo, nesta *tecnologia de poder*, o corpo do índio dissolve os domínios como *violência e brutalidade, poder e conhecimento*, tornando-se um só complexo.

Mônada 5

A quarta mônada – que pela natureza de ser uma síntese sumária implica, necessariamente, em uma certa simplificação da proposição taussigiana – menos que evidenciar a contribuição da obra "*XCHS*" sobre o tema da colonização, algo já ressaltado por vários comentadores, tem como foco permitir um campo argumentativo para adicionar a discussão sobre a presença da noção de

multinaturalismo – conforme tratada por Viveiros de Castro – na tese de Taussig; assim como oferecer subsídios para a discussão da fusão entre *animismo* e *naturalismo* na experiência, na *práxis* – no *contato* colonial.

O elevado grau de semelhança da postura *multinaturalista*, com o *espaço da morte*, ou melhor dizendo, com as projeções de imagens de selvageria sobre a selva e os nativos de Putumayo, realizadas pelos colonizadores se mostra notório. Arriscar-me-ei a dizer que a proposição realizada por Taussig, para se opor às teses de barbárie indígena, está calcada na abertura que o antropólogo se permite à compreensão do mundo ameríndio no contexto colonial, sob a valoração da idéia *animista* de *universalização* da base de *humanidade* e a especificação das *diferenças* através do *corpo*.

O que dizer sobre o capítulo basal da obra de Taussig, "Selva e Selvageria", no qual é traçada a atmosfera de terror que rondava as mentes dos colonizadores, que projetavam todos os seus temores sobre a selva e sobre os índios, compreendendo suas próprias ações (de indivíduos ocidentais) através de diversos atravessamentos condicionados por uma cosmologia animista, multinaturalista? A ambigüidade dos colonizadores, dos europeus, é de dimensões hiperbólicas: indivíduos que a todo instante postulam por uma postura, ao menos teoricamente, naturalista – isto é, como dito anteriormente, uma postura que concebe o estatuto de humanidade somente aos homens –, mas que, na prática, ao entrarem em contato com o contexto de Putumayo, agem conforme o costume animista – ou seja, concebendo o estatuto de humanidade a inúmeras espécies (por exemplo, a intencionalidade da multiplicidade de uma selva)².

De acordo com Taussig, o contexto de Putumayo era regido por uma íntima dependência mútua entre verdade e ilusão, mito e realidade, tudo relacionado ao *metabolismo do poder*. Assim, a tentativa de uma "boa" objetividade é ilusória, posto que autorizar a *cisão entre verdade e ficção* é *assegurar a eficácia do alcance do poder colonial*, na compreensão do colonialismo em Putumayo. O que se observava era o entrelaçamento do *horror à selva* e o *horror à selvageria*. Uma total estranheza do outro na selva sob a intensa metáfora colonial: o *espaço da morte* e da crueldade – um constante "apelo masoquista de uma luta entre o bem e o mal, no escuro desespero da selva" (TAUSSIG, 1993, p.87). Um mundo, conforme nos conta Taussig, em que o *jaguar* também é homem, índio e feiticeiro; sendo "curioso" não os nativos de Putumayo sob a égide dessa noção animista, mas a postura dos brancos europeus – modernamente naturalistas – agindo conforme o condicionamento cosmológico animista.

É sempre a visão colonial da selva que propicia os meios para que se possa representar e dar sentido à situação colonial. O vazio e a ausência tornam-se presenças perturbadoras. O nebuloso torna-se corpóreo e tangível.

² Postura talvez só compreensível caso se adote, na esteira de Bruno Latour, a idéia de que os modernos, "antifetichistas", na passagem da teoria à prática agem conforme aquilo que tanto repudiam teoricamente. Ver: Latour, Bruno. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fé(t)iches*. São Paulo: Edusc, 2002.

vel. Nesse apavorante ato de se recriar um objeto, à medida que *as sombras das coisas adquirem substância*, um véu que é feito de ausência de vida, senão de morte, é afastado para revelar a *floresta não só como algo animado, como algo humano*. (ibidem, p.89, grifo meu).

É interessante notar o quão animista se apresenta essa postura naturalista (!?) dos colonizadores³, "pois nos sistemas anímicos, plantas e animas aparecem propriamente como pessoas, são singularidades irreduzíveis, e não classes" (DESCOLA, 1997, p.258). Um contexto no qual o que se observa é a valoração do espírito, da humanidade, enquanto o fundamento universal do mundo, e o corpo (natureza), o ponto de vista como o fundamento variável, múltiplo. A humanidade, com seu terror, está presente em todos os vazios e ausências, na revelação humana da floresta, ao passo que a especificidade se erige a partir de cada ponto de vista, seja ele do europeu, do jaguar ou da seringueira.

O ar, o silêncio, a imobilidade – a selva é como um todo, um inimigo horroroso a praticar o mal. Como dissera, com exagerada dose de espanto, o capitão Whiffen⁴, em seus diários de viagem à região das florestas colombianas: as selvas fechadas em Putumayo têm malevolência inata, nunca proporciona consolo – "é silenciosa, inóspita e cínica" (TAUSSIG, 1993, p.89). É de se notar que se trata de um contexto em que o imaginário e o realismo se fundem em um mesmo fundo, permeado por um campo de intersubjetividade entre humano, animal e vegetal – isto é, o multinaturalismo. Todas as espécies são representadas como dotadas de consciência e intencionalidade, que nas projeções do imaginário colonial se revelam enquanto fonte da maldade e do terror.

"A maldição pesa sobre a paisagem, e [cada um] se sente amaldiçoado como aquilo que está fazendo [em Putumayo]" (ibidem, p.91). O centro, que na cultura moderna, é o homem, o indivíduo, deixa de existir; e, conseqüentemente, toma o seu lugar a projeção de imagens do terror – uma *tropicalidade desconstrutiva* que decompõe os anseios do homem e que cresce desordenadamente sobre seus próprios escombros. Observa-se, então, que o otimismo do colonizador, com sua fé no indivíduo racional e no naturalismo cosmológico, é diluído por um contexto que, na ação prática, faz com que os europeus experimentem a alteridade: por conseguinte, projetem "diferenças e qualidades internas ao mundo humano sobre o mundo não humano" (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.366) e mergulhem em um cosmo animista, no qual o realismo mágico e o ilusório apodíctico são suas expressões mais contundentes.

"Aquilo que não havia, acontecia" (GUIMARÃES ROSA, 1964, p.51).

Paralelamente, de acordo com Taussig, além da projeção animista, sob a forma de terror colonial, esse experimento da alteridade, de forma fantasiosa, revelou-se também como uma fonte para legitimar o poder colonial e a exploração do

comércio de borracha em Putumayo – assim, o animismo que subjuga o naturalismo racionalista moderno do colonizador, na profusão de imagens de terror, é o mesmo pelo qual os brancos se apóiam para explorar os nativos colombianos – isto é, a força motriz à tortura e à dominação.

No imaginário colonizador, os índios também são a selva, ou melhor, uma de suas facetas. Novamente se observa a recusa, ou o desaparecimento, da noção de eu – conforme a cosmologia naturalista –, desta vez imputada na ausência dos índios. O relato de Casement⁵ para esta reificação dos nativos é esclarecedor: os índios penetravam no sombrio desespero da floresta, tornado "criaturas de beleza, possuidoras de grandes dons artísticos", mágicos, pois, mesmo no sombrio, "o índio ria nu ao menor estímulo" (TAUSSIG, 1993, p.92). "A violenta aspereza de materialidade da selva era a tela de fundo que contrastava com a delicadeza de duendes com que eles brincavam com as barras da prisão florestal" (ibidem, p.92). É mais que latente reconhecermos que a divisão ontológica entre natureza e humanidade – concebida pela descontinuidade metonímica entre mundo natural e mundo cultural, na qual a diferença entre esses dois mundos é interna ao mundo natural –, é abandonada por Casement, ocidental que é, em louvor de uma tentativa de compreender o mundo de modo animista.

O fascínio e a abominação dos brancos também se deram no âmbito das curas xamânicas – ponto em que mais uma vez o naturalismo, o racionalismo iluminado do colonizador, dá lugar ao animismo, ao realismo mágico de Putumayo. Conforme o relato de Whiffen, a "fé nos poderes curativos do pajé não se restringe aos membros de tribo" (ibidem, p.93), pois a noção de civilização fora reduzida pelo "feitiço" da "selvageria" – seja na cura xamânica, no canibalismo ou na transposição de projeções de imagens de barbárie sobre a selva.

A selva surge, assim, para os europeus, sempre como feitiçeira, dotada de humanidade e barbárie – uma atração mágica, não "racional", para aqueles que não fazem parte dela. Todavia, em uma observação cautelosa de Taussig, não é a selva que enche o coração de selvageria – o coração dos colonizadores racionais, não-animistas –, mas, fundamentalmente, os sentimentos que os colonizadores, não-naturalistas que por ora são, nela projetaram. Em um excelente aforisma de Taussig,

a vítima enquanto animal gratifica o torturador, mas pelo lado humano capacita o torturador a se tornar selvagem (ibidem).

Nesse sentido, o próprio sentimento de desprezo, frente ao horror selvagem, é o fermento principal para propiciar as formas de dominação em que se vigoram a tortura e a *atualização do virtual* de barbárie projetado pelos próprios algozes. Um *teatro do terror* (Brecht), à medida que a selvageria torna-se importante para a propaganda – uma guerra no campo da propaganda que garantira o controle, o monopólio, da região de

³ De acordo com Viveiros de Castro, o ponto fundamental do animismo é o reconhecimento do estatuto de humanidade, em primeira instância, aos animais, sendo o estatuto de humanidade às espécies vegetais um pouco menos recorrente, porém não menos potente. Como se observa no caso em questão, a floresta, com suas espécies vegetais, engendra uma forte cosmologia em que os atributos presentes são de humanidade – como, por exemplo, a feitiçaria da selva – e não de natureza, animalidade.

⁴ Chefe de uma das expedições inglesas à região de Putumayo, na Colômbia.

⁵ Viajante inglês do período da colonização americana, período da "companhia" de borrachas dos irmãos Arana. Vale ressaltar o caráter "objetivo" vigente no relato de Casement – ironicamente, um naturalismo-positivista evadido de animismo.

Putumayo, pelos comerciantes de borracha. As notícias, propagandas, enquanto ecos ao estilo da imagem do folclore do colonizador projetada na floresta, pois “a realidade [ou sua criação] transpira pelos poros da descrição e, por meio dessa transpiração, reafirma o sentido da descrição” (ibidem, p.139). Enfim, é “uma epistemologia imagética que entrelaça a certeza com a dúvida e o desespero com a esperança, e na qual o sonho [...] re-elabora o significado do imaginário” (ibidem, p.166); e que, por fim, mistura o *naturalismo* e o *animismo* em suas projeções do horror e da legitimação da violência.

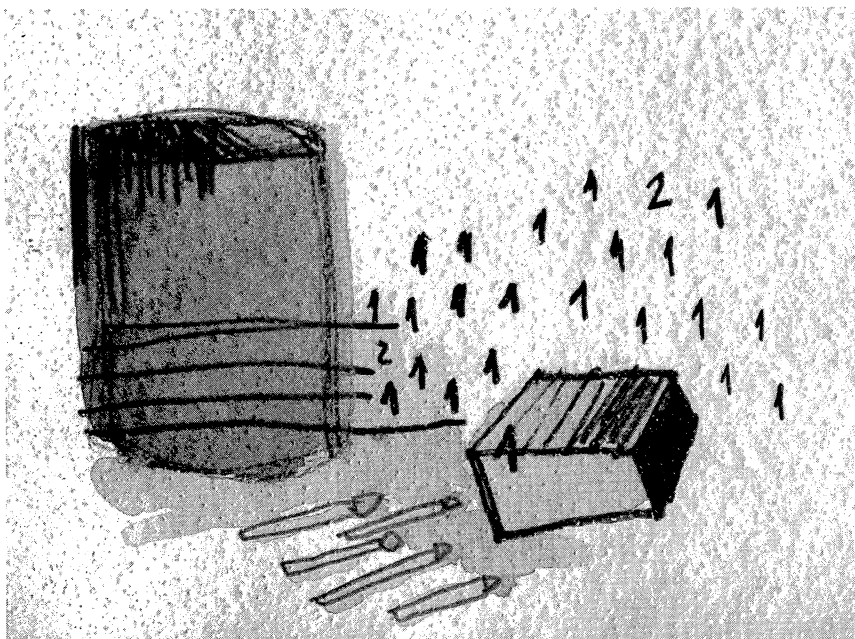
“Hoje eu desenho o cheiro das árvores” (BARROS, 1993, p.17).

É interessante notar o quão a cosmologia multinaturalista é vigorosa na ação dos colonizadores europeus em Putumayo. Europeus estes que, racionalistas e naturalistas idealmente que são, em suas ações práticas recorreram aos esquemas animistas de compreensão do mundo e ação sobre este – uma oscilação constante entre o naturalismo, enquanto categoria do discurso, enquanto abstrações, divagações, teóricas, e o animismo enquanto categoria da *práxis*; movimentos pendulares entre o multiculturalismo e o multinaturalismo. Uma “circulação dos fluxos, das identidades e das substâncias entre entidades, cujas características depende[ram] menos de uma essência abstrata do que das posições relativas por elas ocupadas umas em relação às outras” (DESCOLA, 1997, p.255). A humanidade de base, de fundo, às espécies, ora é reclamada pelos colonos em suas projeções de horror e de selvageria sobre as florestas colombianas e em seus teatros de tortura e de legitimação política; ora é renegada como forma de distinção entre os nativos – “bárbaros” aos olhos etnocêntricos e naturalistas dos colonizadores – e os europeus.

Mônada 6

Dialogando com Peter Rivière (2001), e cometendo uma pequena distorção em seu argumento, se faz necessário focar a análise também nas organizações, nas relações e nos sistemas concretos, e não somente considerar as estruturas virtuais em um todo coerente; isto é, fugir um pouco da descrição ideal das cosmologias, posto que a cultura não flutua, e sim mantém um contato retroativo com a experiência e, por conseguinte, as categorias simbólicas, utilizando um termo de Sahlins, estão expostas ao risco empírico da ação. A cosmologia naturalista, que para Descola é a forma ocidental de dar sentido ao mundo, se mostra imprópria para a compreensão do caso do espaço da morte em Putumayo, pois, na experiência, os colonizadores naturalistas atualizam, paradoxalmente, os virtuais da cosmologia animista de compreensão do mundo. Ora, este é um exemplo de que “a experiência pessoal, própria ou alheia, é mais decisiva que qualquer dogma cosmológico substantivo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.353), mostrando, assim, o quanto é imperativo, é necessário, olhar também para o que há além das estruturas virtuais.

Arriscando uma comparação ambígua e perigosa, a noção de *masa*, descrita por Arhem a respeito dos Makuna, uma noção por excelência animista, pode ser esclarecedora a este respeito. Segundo Arhem, os Makuna concebem uma dependência mútua entre os planos do visível e do invisível, em que menos uma divisão estanque, significa uma indiferenciação entre estas esferas. Em termos práticos, há como efeito a idéia de que o invisível, o incorpóreo é fundamental para a en-formação do visível, do material; sendo os homens, as plantas e os animais (todos *masa*) pertencentes à mesma categoria ontológica – pertencentes à mortalidade. Na descrição taussigiana sobre o contexto de Putumayo, sobre o espaço da morte, é de se notar uma ressonân-



cia desse virtual Makuna, à medida que para os colonizadores europeus as diferentes espécies em Putumayo (inclusive eles próprios) estavam mergulhadas no mesmo solo pré-subjetivo, mítico, dotadas de intencionalidade e compartilhando a mesma categoria ontológica da mortalidade, masa: o espaço do terror, a incomparável linguagem da caveira (Benjamin). Enfim, a mortalidade enquanto a forma mais expressiva do temor naturalista, enquanto a forma de identificação das espécies e hominização da natureza, assim como o mecanismo pelo qual o contexto colombiano se tornou compreensível – cognitivamente signifi-
cante – aos colonizadores.

A obra de Taussig podendo ser lida – em alguns de seus pontos – através da noção animista, nos mostra como, ao entrarem em contato com o contexto de Putumayo, os europeus viram o mundo de “animais desconhecidos” (GUIMARÃES ROSA, 1964, p.159); um lócus que destruiu e amalgamou a fronteira tranqüilizadora entre o eu-racional e o ele-selvagem. O mundo que os fez viver a cosmologia ameríndia multinaturalista, animista, denunciando assim o quão falho são os pressupostos naturalistas, multiculturalistas, utilizados como justificativas à colonização nas Américas.

Os amaldiçoados, êstes não eram de lá, [...] senão que animais desconhecidos, pegados só para se saber depois de quem fôsse quem sejam (ibidem, p. 159).

Não custa nada lembrarmos aqui Adorno e Horkheimer, na instigante *A Dialética do Esclarecimento*: a rememoração da natureza no indivíduo, a saber – a natureza negada de forma abstrata, algo caro ao Iluminismo (movimento epistêmico de radicalização dos preceitos naturalistas) retorna sempre, mas de modo mutilado. Ora, não são esses os animais desconhecidos: a unidade de base humana às espécies que povoam o mundo, na experiência de Putumayo?

Mais do que escolher, negar, um lado – o animismo ou o naturalismo –, ou pensar a brutalidade na objetivação da alteridade, não se faz necessário ver que ambas as cosmologias são razoáveis, por serem, justamente, operadores simbólicos que en-formam a ação, por serem imprecisas e distintas, por serem virtuais que na ação prática se confundem, geram confusões idiomáticas?

Há faróis – categorias culturais que tornam apreensíveis, ao pensamento, a massa disforme do mundo. Relume. Todavia, faróis estrábicos. Mais do que um paralelismo entre cada farol, uma convergência diagonal, com-fusão, mistura – o estrabismo paradigmaticamente pululando em Putumayo: animismo-naturalismo.

Mônada 7

Quem responde a um tu dito por um não-humano aceita a condição de ser sua 'segunda pessoa', e ao assumir, por sua vez, a posição de eu já o fará como um não-humano. A forma canônica desses encontros sobrenaturais consiste, então, na intuição súbita de que o outro é humano, entenda-se, que ele é o humano, o que desumaniza e aliena automaticamente o interlocutor, transformando-o em presa
— em animal.

Viveiros de Castro

No asco por animais a sensação dominante é o medo de, no contato, ser reconhecido por eles. O que se assusta profundamente no homem é a consciência obscura de que, nele, permanece em vida algo de tão pouco alheio ao animal provocador de asco, que possa ser reconhecido por este. — Todo asco é originalmente asco pelo contato. Desse sentimento até mesmo a subjugação só se põe a salvo com gestos bruscos, excessivos: o asqueroso será violentamente enlaçado, devorado, enquanto a zona de contato epidérmico mais fino permanece tabu. Só assim é possível dar satisfação ao paradoxo do imperativo moral que exige do homem, ao mesmo tempo, a superação e o mais sutil cultivo do sentimento de asco. Não lhe é permitido renegar o bestial parentesco com a criatura, a cujo apelo sue asco responde: é preciso tornar-se senhor dela.

Walter Benjamin

Mas, e este é o problema do naturalismo — quão 'não-naturais' são essas relações? Dada a universalidade da natureza, o estatuto do mundo humano e social é profundamente instável, e, como mostra nossa tradição, perpetuamente oscilante entre o monismo naturalista e o dualismo ontológico natureza / cultura.

Viveiros de Castro

Mônada 8

Jonathan Culler (1999), em uma discussão sobre a problemática da narrativa nas obras literárias, nos conta: “o humano com cabelos brancos no alto da cabeça segurou um bastão em chamas próximo a si e começou a subir fumaça de um tubo branco ligado a seu corpo” (CULLER, 1999, p.91). Eis um exemplo sobre os limites de conhecimento do narrador, em uma narrativa. O ponto é que, sob um outro farol, poder-se-ia dizer, sinteticamente, o mesmo: “o velho acendeu um cigarro” (ibidem, p.91).

Mônada 9

*O mundo não foi feito em alfabeto. Senão
que primeiro em água e luz. Depois árvore.
Depois lagartixas. Apareceu um homem na
beira do rio. Apareceu uma ave na beira do
rio. Apareceu a concha. E o mar estava na
concha. A pedra foi descoberta por um ín-
dio. O índio fez fósforo da pedra e inventou
o fogo pra gente fazer bóia. Um menino
escutava o verme de uma planta, que era
pardo. Sonhava-se muito com pererecas e
com mulheres. As moscas davam flor em
março. Depois encontramos com a alma
da chuva que vinha do lado da Bolívia — e
demos no pé.*

*(Rogaciano era índio guató e me contou
essa cosmologia.)*

Manoel de Barros

BIBLIOGRAFIA:

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. (1985), *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ADORNO, Theodor. (2003), "O Ensaio como Forma", in *Notas de Literatura*. São Paulo, Editora 34.
- ARENDT, Hannah. (1987), *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo, Cia das Letras.
- ARHEM, Kaj. (1996), "The cosmic food web", in Descola & Pálson, *Nature and Society, anthropological perspectives*. London e Nova York, Routledge.
- BARROS, Manoel de. (1993), *O Livro das ignoranças*. Rio de Janeiro, Editora Record.
- BENJAMIN, Walter. (1987), *Obras Escolhidas: Rua de Mão Única*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- _____. (1984), *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- CULLER, Jonathan. (1999), *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo, Beca Produções Culturais.
- DESCOLA, Philippe. (1998), "Estrutura ou Sentimento: a relação com o animal na Amazônia", *Mana*, 4,1: 23-45.
- _____. (1997), "Ecologia e Cosmologia", in Edna Castro & Florence Pinton. *Faces do Trópico Úmido*. Belém, Cejup.
- GUIMARÃES ROSA, João. (1964), "A Terceira Margem do Rio", "Tarantão, meu patrão", in *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____. (1985), "Meu Tio O Iauaretê", in *Estas Estórias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1989), *O Pensamento Selvagem*. Campinas, Papirus Editora.
- RIVIÈRE, Peter. (2001), "A predação, a reciprocidade e o caso da Guianas", *Mana*, 7,1. Rio de Janeiro.
- TAUSSIG, Michael. (1993), *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo, Paz e Terra.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2002), *A Inconstância da Alma Selvagem — e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify.

Identidade Racial na Formação de Atores Coletivos: Alguns Problemas Teóricos com (possíveis) Implicações Práticas*

**Fabício
Mendes Fialho
e André
Drumond
Mello Silva**

Graduandos do
Curso de Ciências
Sociais/UFMG

Palavras-chave:
Identidade,
Raça,
Participação
Política.

Keywords:
Identity,
Race, Political
Participation.

RESUMO: Procura-se tratar do critério racial enquanto fator de formação de atores coletivos. Devido à associação entre raça e dificuldade de acesso aos mais diferentes recursos necessários à participação política no Brasil, apontar-se-á o impacto das desigualdades sociais enquanto dificultadoras da ação política, em especial no caso dos negros brasileiros. Traz-se ao debate o crescente peso da raça como critério capaz de formar atores coletivos, bem como possíveis implicações do fortalecimento e possível recrudescimento deste reforço da identidade racial. Conclui-se que tornar saliente o critério racial para a articulação e mobilização só faz sentido se o que se visa é torná-lo absolutamente irrelevante em um período posterior.

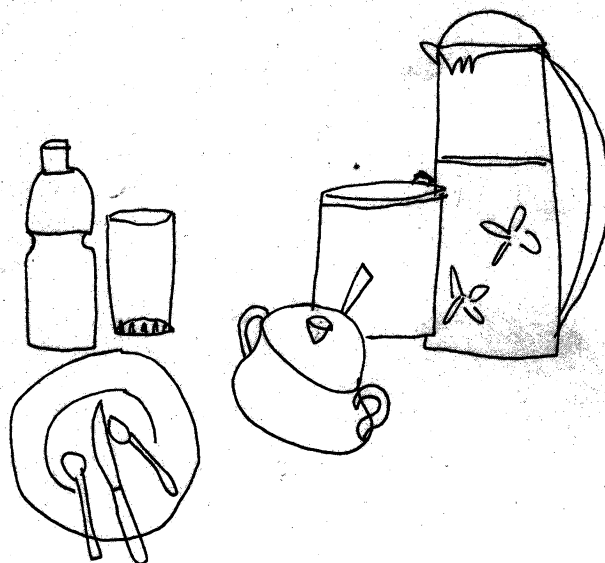
ABSTRACT: We considered as an aim to establish a relationship between the racial criteria and collective actors formation. Due to the correlation in Brazil of race and obstacles to reach different resources that compose political participation, we cast the impact of social inequalities as barriers to political action, specifically for the case of brazilian black people. We bring to discussion the rising debate of the weight of race as a criteria of collective actors formation, as well as possible implications of the strengthening, and the possible recrudescence, of the racial identity. We conclude that it only makes sense to point out race as a criteria of articulation and mobilization if we aim to make it completely irrelevant further on.

Introdução

Embora não possamos caracterizar o movimento negro no Brasil como um movimento "de massa" (assim como ocorre com os movimentos feminista, gay, e outros de caráter identitário), é inegável sua existência. Se, em termos quantitativos, não podemos dizer que ele obteve adesão substancial da população negra, isto não nos autoriza a afirmar sua ausência.

Mesmo não sendo constituído por uma grande parcela da população negra brasileira – o que, neste caso, significaria milhões de membros – os movimentos raciais, desde suas origens no

Brasil, com o Movimento Negro Unificado (MNU), ainda na primeira metade do Século XX, mostraram-se como atores coletivos dotados de coesão em torno de seu componente aglutinador (a raça) e de organização própria, que manifestava-se na tentativa de ação política contra a situação socialmente desfavorável vivenciada pelos negros. Se, por um lado, parte substantiva da população negra encontra(va)-se alheia a tal movimentação política, seja pela carência de recursos necessários à ação política, seja pela adesão à certa "ideologia da democracia racial", é verificado, por outro, que os movimentos negros alcançaram,



*Este trabalho é um primeiro resultado das discussões realizadas no grupo de Estudo Dirigido sobre "Desigualdades Raciais e Participação Política", orientado pelo prof. Dr. Bruno P. W. Reis. Agradecemos aos comentários da profª. Dra. Marliane Matos, interlocutora imprescindível no desenvolvimento deste artigo. Desnecessário lembrar que, se devemos a ambos os eventuais méritos deste trabalho, todos os equívocos e problemas são de nossa exclusiva responsabilidade.

paulatinamente, uma série de conquistas que afetaram de forma positiva a situação de todos os indivíduos passíveis de identificação com tal grupo racial.

A formação de um movimento negro, mesmo que numericamente limitado, indica a existência, ainda que difusa, de um sentimento de pertencimento a um grupo social específico, definido pela raça, que dá sustentação a um compartilhamento de valores comuns. A ausência de tal sentimento e compartilhamento de valores seria indispensável para a formação de um sistema de solidariedade próprio, que é, segundo Pizzorno (1975), condição necessária para a existência e sobrevivência de um grupo social. Dado o compartilhamento de uma estrutura de valores, a ação coletiva orientada para a prática política seria uma consequência.

Partindo de análises sociológicas que tematizam a existência de desigualdades sociais entre brancos e negros, a reflexão que aqui fazemos ganha relevância. Pois, se de fato não há uma ampla adesão segundo a qual poder-se-ia entender os indivíduos negros, ou sua maioria, como um ator coletivo (movimento negro, por exemplo), e, portanto, dotado de organização própria e interesses compartilhados, torna-se problemática a própria representação de seus interesses. Com isso, nos comprometemos com a idéia de que, a participação política organizada potencializa diretamente o comprometimento do poder público com os interesses dos reclamantes. Portanto, e isso é importante deixar claro, não se trata aqui de estabelecer a posição desfavorável dos negros em relação a brancos como consequência da falta de organização social e política (uma vez que, como se sabe, os negros, historicamente, partem de uma posição desprivilegiada quando comparados com os brancos), mas de que com a existência de tal articulação contribuiria para a

superação das desvantagens sociais nas quais se encontram em nossa sociedade.

Retomando o trabalho de Alessandro Pizzorno, este autor procura construir um arcabouço conceitual que permita a análise da participação política enquanto manifestação de interesses coletivos compartilhados orientada para a conservação ou modificação de uma estrutura de valores vigente na sociedade. Como o campo político é essencialmente um espaço de competição de interesses de atores coletivos, é imprescindível a vigência de tais sistemas de valores nos quais se baseiam os grupos. Para ele, caso não exista tal compartilhamento de padrões morais, objetivos de vida, etc., não podem ser formadas áreas de igualdade, ou seja, o virtual sentimento de que todos os membros do grupo pertencem a uma ordem comum, um sistema valorativo compartilhado. Esta afirmação é cara para o autor. Segundo ele, "solo se participa cuando se está entre iguales" (PIZZORNO, 1975, p.47, *itálico nosso*).

Para Anthony Giddens (2002), a participação política é um dos três princípios constitutivos de uma política de orientação emancipatória. Os outros dois seriam, a justiça e a igualdade. Fundada sob estes três princípios, a política emancipatória tem como objetivo "libertar os grupos não-privilegiados de sua condição negativa ou eliminar as diferenças relativas entre os grupos na sociedade" (GIDDENS, 2002, p.195). Para este autor, a participação é justamente o canal pelo qual seria combatida a opressão, pois permite que os indivíduos ou grupos socialmente desfavorecidos influenciem decisões que de outra maneira seriam impostas a eles. O que buscamos neste texto é apontar como a identidade racial tem se tornado ponto aglutinador por parte dos negros para a articulação de ações conjuntas, bem como as consequências não-preditas¹ que a saliência deste caractere adscrito pode acarretar.



¹ Tal ponto será tratado mais adiante, na sessão "Raça e Identidades Coletivas".

Formando Atores Coletivos

Segundo Geraldo Munck (1997), existem duas escolas principais relacionadas ao estudo dos movimentos sociais, ações e atores coletivos: a escola americana e a escola européia. As duas distinguem-se no estudo dos movimentos sociais basicamente da mesma forma como se distinguem nas suas construções de teoria social: enquanto a vertente européia se baseia na questão da identidade do grupo (o que implica em concepções voltadas para a estrutura social em que vivem e atuam), a escola norte-americana preocupa-se mais com a estratégia a ser incorporada pelo grupo (o que envolve teorias e concepções que se baseiam na racionalidade dos atores sociais, sejam eles individuais ou coletivos).

A escola americana centra-se no ator como foco de estudo. A escolha deste ponto de análise resulta na utilização de teorias relacionadas à racionalidade, como a teoria da mobilização de recursos, a teoria da escolha racional e a teoria dos jogos. O ator, individual ou coletivo, procura minimizar os custos de sua ação e maximizar os benefícios de que usufruirá no final da ação. Para esta vertente, o ponto focal principal é a participação do indivíduo nos movimentos sociais, e suas formas de engajamento no movimento. Baseando-se na teoria dos jogos, a escola americana pressupõe que a intenção do ator individual é se tornar um "carona", onde ele, diminuindo ao mínimo possível (e se possível até mesmo anulando) o seu gasto de recursos, ele consiga usufruir dos resultados benéficos que o movimento alcançou. Percebe-se que esta escola, assim como toda a tradição baseada na escolha racional, abdica do estudo da estrutura em que a ação será executada. A escola americana estaria mais voltada ao que conhecemos na literatura como ação coletiva, nos termos em que Olson (1999) a analisa, enquanto um movimento de caráter instrumental realizado por um grupo de indivíduos que partilham interesses comuns, do que para uma análise de movimentos sociais propriamente ditos, que possuem uma marca valorativa muito mais presente do que no caso das ações coletivas, como é o caso da escola européia.

A vertente européia, por sua vez, parte da premissa contrária. A tradição européia de estudo sobre movimentos sociais (tanto os chamados "novos movimentos sociais" quanto os que dizem respeito ao movimento operário) baseia-se na análise estrutural, centralizando-se nos fatores que levam os indivíduos a se reunirem em um movimento no intuito de transformá-lo política (no caso dos movimentos tradicionais) ou sócio-culturalmente (no caso dos novos). Ao passar a considerar central a união dos indivíduos em torno de uma causa, um problema que passa a ser de relevância fundamental é a questão da identidade daquele movimento social; e esta identidade se forma nos conflitos estruturais de uma sociedade. A escola européia, embora centre suas análises nos problemas estruturais e de identidade, considera a existência do ator que constituirá o movimento social. Entretanto, o ator e suas es-

tratégias só são analisados depois de formada a identidade coletiva daquele grupo.

Estas duas escolas de pensamento sobre os movimentos sociais, embora possuam seus méritos particulares, incorrem, cada uma delas, em problemas analíticos devido à suas próprias concepções. Uma teoria talvez mais adequada para este tipo de estudo seria uma que incorporasse características das duas, utilizando a vantagem de cada abordagem para neutralizar as deficiências da outra. Segundo Munck (1997), tal teoria dos movimentos sociais deve conter três componentes: a) a formação do ator; b) a constituição do movimento social e a sua coordenação; e c) a estratégia política.

A formação do ator deve levar em consideração as perspectivas de mudança estrutural e a formação da identidade coletiva. A coordenação do movimento social dá-se de forma não-hierárquica e a manutenção de sua coesão deve-se aos marcos culturais que se estabelecem e às redes de relações sociais que se formam. A questão da estratégia do movimento social tem sido o aspecto menos estudado e, portanto, o mais problemático em uma tentativa de síntese entre as duas escolas de estudo já citadas. A estratégia política deve ser construída de forma compatível com a identidade do movimento social. O desafio desta compatibilização é a reciprocidade entre identidade e estratégia, uma vez que a composição do movimento social enquanto ator estratégico só leva à mudança caso afirme-se a sua identidade de forma inegociável, o que nega a possibilidade de agir exclusivamente como ator estratégico².

Há uma necessidade de manter o equilíbrio entre estes dois fatores, evitando-se a sobreposição de um em relação ao outro, pois um movimento social se caracteriza pela capacidade de promover uma luta de maneira que a ação estratégica seja compatível com sua identidade.³

No capítulo 3 do livro *Racismo à brasileira*, Edward Telles (2003) apresenta um breve histórico dos movimentos sociais brasileiros orientados a um enfrentamento das desigualdades sociais e culturais que desfavoreciam o negro no Brasil. Segundo ele, antes da década de 1970, as associações de negros em nosso país tinham tendência culturalista e objetivos assimilacionistas. Além disto, estariam engajadas em políticas clientelísticas e corporativistas, o que teria comprometido seu caráter contestador. No entanto, em resposta a tais formas de articulação, fundou-se no ano de 1978 o MNU (Movimento Negro Unificado). Em setembro do mesmo ano, cerca de 2000 pessoas se reuniram em frente ao Teatro Municipal de São Paulo em protesto à existência generalizada de formas de preconceitos e discriminação racial no Brasil. Com o crescimento da pressão trazida pelo movimento negro, os governos estaduais teriam se comprometido a institucionalizar Conselhos Especiais sobre a condição dos negros.

Em outra frente, lideranças do movimento negro conseguiram incluir importantes leis antirracistas na Constituição de 1988, estabelecendo

² Esta posição assemelha-se à defendida por Fábio Wanderley Reis (1988), que afirma que toda ação coletiva é composta tanto por elementos estratégicos quanto por elementos valorativos.

³ Trata-se da mesma discussão, preservada as devidas diferenças, entre o debate em torno de políticas de redistribuição e políticas de reconhecimento apontado por Nancy Fraser (2001). Agradecemos à prof^a. Marliane Matos por este comentário.

o racismo como crime inafiançável e imprescritível. Nos anos que se seguem, uma quantidade cada vez maior de negros passa a ocupar postos importantes em nossa sociedade, o que começaria a desafiar o status subalterno que lhes é reservado no imaginário coletivo (TELLES, 2003, p. 72).

O que se segue é um grande aumento no número de ONGs claramente voltadas para o combate de formas de preconceito e de discriminação racial, bem como orientadas para a capacitação de profissionais conscientes das desigualdades sócio-econômicas que desprivilegiavam os negros em nossa sociedade.

Há que se afirmar que o movimento negro no Brasil obteve resultados positivos, seja por sua importância na busca pela superação da idéia de que no Brasil se verificaria uma “democracia racial”, seja pelo debate em torno das políticas de cotas raciais, como também pela própria inclusão de dispositivos constitucionais que caracterizassem o preconceito racial como crime a ser punido frontalmente. No entanto, parece-nos sintomático que grande parte das acusações de racismo levadas ao Poder Público seja tratada como injúria e ofensa à honra individual com agravante de racismo. Logo, não se encaixa na definição de crime de racismo conforme Art. 5, Inciso 42 da Constituição Federal, sendo assim punido com penas mais brandas⁴ (cf. GUIMARÃES, 2004).

Como Tilman Evers (1984) aponta, a raiz destes novos movimentos sociais não está na política, mas em fatores situados nas raízes do atual desenvolvimento social. Segundo este autor, “o potencial transformador dos novos movimentos sociais não é [apenas] político, mas [principalmente] sócio-cultural”, uma vez que o que “é novo (...) o fato de os movimentos sociais não estarem questionando uma forma específica de poder político, mas a própria situação central do critério de poder” (EVERS, 1984, p. 14, 20).

Raça, Política e Desigualdade Social

Segundo Amaury de Souza,

“existem pelo menos três aspectos do estudo de relações raciais que são imediatamente relevantes para a dimensão política. Em primeiro lugar, caberia indagar em que medida a experiência de desigualdades sociais por parte de um grupo étnico expressa-se em atitudes e comportamentos políticos diferenciados; em segundo lugar, e se a primeira pergunta comportar uma resposta positiva, sob que condições essa experiência se transmuta em uma solidariedade capaz de expressar-se como comportamento político coletivo; e, em terceiro lugar, como opera o sistema político de uma sociedade multirracial no sentido de desmobilizar o potencial de comportamento político coletivo” (1971, p. 63).

Ora, estas dimensões são de grande valia em uma tentativa de avaliar a emergência de um movimento negro e, sobretudo, a importância que se

atribui à identidade racial como elemento crucial para seu sucesso. Começamos pelo primeiro e pelo último, para, quando chegarmos no segundo ponto, finalmente chegarmos ao problema da identidade racial.

Estudos sobre estratificação social no Brasil mostram a posição sistematicamente mais precária que os negros estão, e estiveram, em absolutamente todos os indicadores e esferas da vida social. Em outras palavras, os negros têm menor acesso aos mais diversos recursos; e de acordo com importantes autores, como por exemplo L. Milbrath e S. Verba (tratados logo a seguir), este diferente acesso a recursos redundava em diferentes propensões à participação política. Apresentaremos, a seguir, dois autores que argumentam nessa direção.

De acordo com Lester Milbrath (1965), que elaborou o “modelo da centralidade”, quanto maior a renda, a educação, o status da ocupação de um indivíduo, mais próximo ele se encontra do que chama de “centro” do sistema, e quanto mais próximo do centro maior a propensão à participação política. Este modelo já aponta para o impacto das desigualdades sociais sobre a participação política, já que a maior posse de recursos reflete-se em maior participação política, o que sugere que tais recursos não estão igualmente distribuídos, o que por sua vez leva à conclusão de que alguns indivíduos e/ou grupos participam mais que outros.

Outro autor que segue nesta linha é Sidney Verba (VERBA, SCHLOZMAN & BRADY, 1995). Segundo este autor, a propensão a participar politicamente não está aleatoriamente distribuída no interior de uma população. Haveria um enviesamento no sistema político, já que a posição sócio-econômica de um indivíduo lhe proveria ou não os recursos iniciais necessários para participar. Sidney Verba e seus colaboradores, em pesquisa realizada nos Estados Unidos em 1990, detectaram que a estratificação social é a principal fonte de desigualdade política, uma vez que os recursos necessários para a participação são obtidos nas instituições sociais (como família, escola, igreja, local de trabalho etc.), e o diferente acesso a estas instituições provém diferentes níveis de recursos, o que molda o acesso à participação política. Para este autor, os inputs de participação enviados ao sistema político enviesam-se na direção dos grupos mais privilegiados, sobretudo no que diz respeito à renda e à escolaridade, mas também à raça. Além de haver este enviesamento na propensão à participação gerado pela assimetria de recursos, a estratégia de utilização destes recursos se dá na direção de acumulação de mais recursos, gerando uma realimentação das desigualdades através da participação política. De todos os recursos que têm impacto na participação política, a educação aparece como um recurso central, pois possibilita um acesso privilegiado aos demais (como status ocupacional, renda, recursos cognitivos).

Quando contemplamos estes dois modelos teóricos – muito próximos um do outro, aliás – à

⁴ Um caso recente ilustra este tipo de tratamento. Em jogo de futebol ocorrido no mês de maio deste ano, o zagueiro argentino Desábato chamou o atacante brasileiro Grafite de “macaco”. Desábato deixou o campo algemado por um delegado, mas foi solto após pagar fiança. O crime foi registrado como ofensa à honra, e não racismo.

luz dos dados de estratificação social por raça no Brasil, notamos a situação extremamente desfavorável que os negros se encontram em relação à participação política.⁵

Em relação ao terceiro ponto (o funcionamento do sistema político em sociedades multirraciais), deve ser salientado que o sistema político brasileiro, em sua história republicana, nunca possuiu instrumentos legais que impedissem a participação de negros - especificamente - na vida política do país, como já ocorreu nos Estados Unidos e na África do Sul. Entretanto, o Estado brasileiro, um ator político evidentemente dotado de grande poder, embora não tenha lançado mão de tais instrumentos legais, atuou de forma a desmobilizar e diluir os conflitos raciais no país quando adota a "democracia racial" como ideologia racial oficial no regime militar, de 1964 a 1985. Tal postura do Estado pode ser vista quando, por exemplo, o IBGE exclui a categoria cor/raça do Censo de 1970, indicando certa "opinião" de que a questão racial não constitui um problema a ser debatido no Brasil.

Todavia, o mesmo Estado que outrora levantava a bandeira da "democracia racial" como prova da convivência harmoniosa entre brancos e negros, no início do século XXI passa a atuar em direção contrária, atuando mesmo no reconhecimento das desigualdades que separam estes grupos, e, inclusive, criando meios institucionais com o intuito de fomentar debates e políticas públicas.

O segundo ponto, segundo Pizzorno (1975), poderia ser percebido nos aspectos que fundamentam a capacidade de movimentos sociais emergirem de grupos étnicos que experimentam situações de desigualdade no interior de uma sociedade. Segundo ele, duas são as condições necessárias para a mobilização social de um grupo específico, a existência de uma consciência de igualdade entre os membros do grupo (como já mencionado no início deste trabalho), e uma organização interna capaz de orientar as ações através da manutenção de uma comunicação entre os membros.

Para ele, dado um sistema de desigualdades de recursos entre os membros do grupo, para que seja criado um sistema de solidariedade, é preciso que as desigualdades sejam negadas - não necessariamente superadas economicamente, mas negadas no discurso. Uma boa ilustração e exemplo seria um contexto de guerra. Para que se forme um exército em um país desigual, um dos primeiros passos é recorrer a um sentimento de unidade da nação, nesse sentido, seria preciso fomentar nos indivíduos a percepção de que os fins individuais convergem na direção dos fins coletivos. Nesse sentido, cria-se um sistema de solidariedade, em que os indivíduos, virtualmente iguais, ocupam áreas de igualdade. Sendo, pois, iguais no que tangem os fins de suas ações. O mesmo pode ocorrer ao se falar de cidadania. É preciso recorrer a uma esfera em que todos são iguais, e nisto, essencialmente. Trata-se, pois, de entender a cidadania como agrupamento de direi-

tos inalienáveis, inerentes à condição humana.

Mas, como afirma o autor, a solidariedade só se torna concreta mediante a existência de uma organização interna, assim como em um partido ou em um sindicato. Tal organização, segundo ele, cumpriria o papel de coordenar as ações coletivas e asseguraria, por meio de sanções, que todos os membros do grupo tivessem seus interesses individuais em harmonia com os fins coletivos.

Percebemos, assim, que as duas condições a serem atendidas na formação de movimentos sociais correspondem, respectivamente, a aspectos de orientação ideológica e de ordem instrumental.

Raça e Identidades Coletivas

Segundo Lamounier (1968), podem ser separados quatro diferentes tipos de sociedade quanto à incorporação e integração de grupos étnicos ou raciais - conforme o quadro abaixo. Duas são as variáveis contempladas nessa tipologia, "correlação entre a posição social e a raça" e "saliência da dimensão racial como critério". A primeira tem por fim diferenciar sociedades em que fazer parte de um determinado grupo racial implica em ocupar uma determinada classe social, e isto, em dimensões sócio-econômicas. A segunda variável tem por fim categorizar sociedades de acordo com a intensidade da segregação social horizontal entre indivíduos de diferentes grupos raciais, isto é, em que medida o pertencimento a uma determinada raça implica em receber tratamento diferenciado nas relações cotidianas.

Quadro I - Posição social e raça

		Saliência da dimensão racial como critério	
		Alta	Baixa
Correlação entre a posição social e a raça	Alta	Soc. I	Soc. II
	Baixa	Soc. III	Soc. IV

Fonte: Lamounier, 1968, p.42.

Em I, temos a típica sociedade de castas, em que há uma ordenação hierárquica entre os grupos raciais e/ou étnicos. Já em IV, temos uma "democracia racial", em que há baixa, ou não existe, relação entre raça e posição social, e que as características étnico-raciais deixam de ser característica relevante na estrutura social. Em III, temos um modelo de sociedade semelhante ao dos Estados Unidos, no qual há baixa correlação entre posição social e raça, mas esta última continua sendo importante na estruturação das relações sociais. Em II, temos a situação mais próxima do caso brasileiro, pois, embora haja forte relação entre posição social e raça (TELLES, 2003; HASENBALG, 1999), a classificação racial não é critério relevante nas relações sociais ou políticas.

O objetivo de movimentos raciais, ao menos em tese, consistiria em promover a passagem dos tipos sociais I, II e III para o tipo IV, no qual raça deixe de ser uma variável social e sociologicamente relevante. Esta passagem seria uma das etapas do desenvolvimento político de uma sociedade; em que, à medida que tal processo de

⁵ Ver, por exemplo, Hasenbalg (1999) e Telles (2003).

desenvolvimento avançasse, características de natureza adscrita - como sexo e raça, por exemplo - deixariam de ter relevância na esfera política. Nesse sentido, tratar-se-ia da superação de obstáculos criados por características dadas pelo nascimento rumo a uma ordem meritocrática, em que a posição social e a participação na vida política (nos seus vários sentidos) seriam função de esforços e buscas pessoais, dado um contexto de igualdade de oportunidade atribuídas a todos os indivíduos (REIS, 1974).

Ao tentarmos localizar a sociedade brasileira neste quadro, situando-a no tipo II, em que, embora raça não seja percebida no senso comum como fator de criação de empecilhos em dimensões horizontais e verticais de sociabilidade⁶, há, de fato, como já apontado, forte correlação entre posição social e grupo racial a que o indivíduo pertence.

O movimento negro, ao tornar saliente o fator racial enquanto critério de estratificação social pretende, justamente, apontar que raça, ao contrário do aceito amplamente no discurso popular e propagado pela ideologia da "democracia racial", é fator relevante na diferenciação de oportunidades e captação dos mais diversos recursos (educação, renda, ocupação, grupos de status, oportunidades matrimoniais, etc.). Uma vez que ressaltar a importância do critério racial para a diferenciação de oportunidades, por si só, não as elimina, temos um deslocamento para a esquerda no quadro, passando para o tipo I. Este tipo de deslocamento é uma espécie de "um passo atrás" para, posteriormente, se dar "dois à frente", uma vez que o intuito é, ao salientar o critério racial, o que se busca é criar as condições para a superação da correlação negativa entre raça e posição social, e assim poder retornar ao caso de baixa saliência da raça, de forma a se alcançar o tipo IV e, assim, de fato, algo mais próximo da democracia racial. Podemos dizer que essa passagem de II para I, visando posterior mudança para IV, visa à derrubada da democracia racial enquanto mito, e sua ascensão à categoria de valor a ser atingido (REIS, 2000).

A instituição de políticas de ação afirmativa tem o intuito de realizar esta passagem de II - em que, virtualmente, não existiria alguma forma aberta de discriminação - para I, gerando o que chamamos de saliência via uma "discriminação positiva". Neste recuo a I, a identidade racial vem a se tornar elemento relevante para a real capacidade de mobilização necessária para a superação da saliência da raça, nos termos colocados anteriormente. A evocação de certa identidade racial transforma-se em foco de aglutinação de indivíduos então dispersos, mas que possuem algum potencial convergência para com os ideais e valores de tal movimento coletivo. Ao chamar atenção para problemas e dificuldades enfrentados por pessoas com um mesmo traço distintivo (no caso da cor da pele, torna-se ainda mais patente, uma vez que atributo de fácil visualização, até mesmo no sentido literal da palavra), o movimento social tem a possibilidade de criar

uma solidariedade baseada em uma "identidade comum", com as quais seus membros potenciais identificar-se-iam.

Entretanto, apesar da relevância deste debate, surge a pertinência de uma ressalva: o problema da cristalização da raça enquanto critério de classificação e criação de solidariedades. Se, de fato, objetiva-se algo próximo a uma "democracia racial", situação na qual raça deixa de ter relevância enquanto critério distintivo para qualquer tipo de relação social, há, portanto, a necessidade de real superação de seu caráter diferenciador. Sendo assim, tornar saliente o critério racial só faz sentido se o que se visa é torná-lo absolutamente irrelevante em um período posterior (REIS, 2000). Desta forma, trata-se de uma política identitária que visa sua própria obsolescência.

Embora apoiemos tal tese de Fábio Wanderley Reis, fazemos uma consideração que julgamos importante e que possui ligação direta com o problema em torno do qual gira este artigo, que é a temática da identidade. Embora critérios adscritos devam ser superados enquanto critérios gerados de discriminação e diferença no acesso a recursos e oportunidades - ponto que corrobora com a sua tese sobre a expansão do "mercado político"⁷ - cabe ressaltar que critérios adscritos, como raça e gênero, não deixam de ser importantes enquanto componentes da identidade dos atores sociais.⁸

O problema que apontamos reside justamente na possibilidade de que tal obsolescência não seja reconhecida. Se uma situação de baixa saliência racial (II) é transformada em uma de alta saliência para se combater a correlação entre raça e pobreza (I) é com o intuito de se avançar para IV. Entretanto, uma vez tornada baixa a correlação entre raça e posição social, a cristalização das identidades raciais impossibilita o avançar para IV, podendo tornar a sociedade em questão em uma de tipo III. Nesta sociedade III, os grupos raciais agora já em situação próxima sócio-economicamente acabam, pelo seu próprio caráter discriminatório (no sentido de que cria distinção, diferenciação), gerando segregação entre os grupos de raça - como é o caso dos Estados Unidos ainda hoje, em que há segregação residencial, no mercado de casamentos, nos círculos de amizade etc.⁹

Apontamentos Finais: Retomando o Problema da Identidade

O atual momento histórico, chamado por alguns autores de modernidade tardia, por outros de modernidade radical, é marcado pela fragmentação, ao mesmo tempo que pela "diminuição das distâncias", pelo contato com o diferente, situado nas mais diversas circunstâncias históricas e culturais. Ademais, há o fim das utopias totalizadoras (que guiavam os "antigos" movimentos sociais) - e que, como totalizadoras, negam as diferenças e as especificidades do indivíduos e grupos.

⁶ "Entende-se por relação raciais horizontais a sociabilidade inter-racial, especialmente entre pessoas de mesma classe social. Por sua vez, as relações verticais são aquelas entre diferentes classes sociais que implicam relações de poder sócio-econômico" (TELLES, 2003:303).

⁷ Ver Reis (1974).

⁸ Este debate, embora fundamental, escapa aos limites deste trabalho. Para análises mais específicas da importância de critérios adscritos na composição da identidade de atores sociais ver Woodward (2003), Honneth (2003), Hall (2003) e Silva (2003).

⁹ Para apontamentos sobre segregação residencial e no mercado de casamentos, ver, por exemplo, Telles (2003:137-184).

Com o fim destas tentativas de homogeneização – tratar a todos, indiscriminadamente, como “proletários”, por exemplo – há a emergência de uma diversidade, até então sufocada, em nome do combate contra um inimigo comum e maior (EVERS, 1984). Esta diversidade emergente traz à reboque a idéia de identidade: a identidade é construída através do contato com o outro; a peculiaridade só é reconhecida quando toma-se contato com o diferente (HONNETH, 2003).

Se, antes, todos (na verdade, a maioria) eram classificados como “oprimidos” – ou seja, todos tinham um mesmo “rótulo” –, com o fim das utopias totalizadoras, este rótulo único já não mais serve. Ao invés de uma única “classe” surgem grupos os mais diversos, cada qual requerendo seu direito de ser diferente, seu direito ao reconhecimento como ente singular, diverso (estas idéias servem, de modo geral, a variados níveis, seja individual, étnico, profissional etc.).

Deste contato com a diferença emerge a identidade, o auto-reconhecimento como diferente do outro, dotado de características próprias, de carências específicas e de demandas singulares (HONNETH, 2003). Se antes todos formavam um único grande grupo que englobava a todos e diminuía o peso das diferenças, dando peso ao comum, atualmente há uma inversão desta balança, e a diferença torna-se o ponto central. Se antes todos eram “trabalhadores”, hoje são mulheres, negros, gays, lésbicas, judeus, ambientalistas etc. Cada um destes grupos requer para si uma identidade própria, diferente das demais, com demandas próprias. Os novos movimentos sociais são exemplo de que grupos se mobilizam não mais por causas gerais, mas em torno de problemas específicos.

O movimento negro, que aqui discorreremos brevemente a respeito de algumas de suas potencialidades, articula-se em torno da identidade étnica, que durante muito tempo foi sufocada, no Brasil, pelo mito da “democracia racial”. Com o reconhecimento cada vez maior da discriminação sofrida por este grupo, em decorrência de caracteres adscritos, há a mobilização em torno do “empoderamento” deste grupo, de forma que abandone a posição social subalterna que ocupa e alcance a igualdade de direitos e o fim do preconceito.

O constante reforço da identidade étnica em

direção a um pleno reconhecimento do negro enquanto indivíduo e cidadão, e não mais como inferior (inferioridade socialmente construído pelo grupo racial dominante), mexe profundamente com a “balança de poder social” existente, pois traz um novo ator político (que luta por seu reconhecimento) para a esfera pública, o qual luta pela legitimação, tanto de sua identidade quanto de suas demandas e carências específicas. O empoderamento de um grupo diminui, proporcionalmente, a força de outros grupos que estão em posição dominante e que reagirão em auto-defesa, gerando debates e conflitos. Destes pontos, pode-se dizer que a discussão sobre identidade ocupa importante lugar tanto no debate político quanto acadêmico, já que alteram de forma significativa o status quo e o jogo político posto por ele.

Toda a mobilização em torno da identidade racial mostra-se extremamente justificável quando esta se mostra como forma e foco de aglutinação de um grupo disperso para uma mobilização contra um conjunto de instituições e valores que o prejudica. Entretanto, há a necessidade de certos cuidados ao se tornar saliente certo critério adscrito e facilmente visualizável. Ao se chamar atenção para a importância que tal critério, indevidamente, ainda possui, o que se intenta é justamente criar condições para que ele perca sua relevância.

Se a raça foi durante décadas e décadas um fator gerador de desigualdades sociais frequentemente desconsideradas, é pertinente chamar atenção para esta característica como forma de transformá-la em certa pauta política e social que carece de ações na direção da superação de seus efeitos indesejados. Todavia, tal tarefa só é justificável se o objetivo final é torná-la uma característica socialmente irrelevante no que tange à distribuição do acesso a recursos e oportunidades. E, tendo alcançado tal meta, a raça deixaria de ser um foco relevante de mobilização política. Uma vez superadas as desigualdades de origem racial, a continuidade da saliência deste ponto pode passar a ser foco de outros problemas, gerando uma “segregação às avessas”, certo isolamento do grupo em questão pela afirmação constante da diferença, ao invés da passagem para um discurso de universalidade. O que, ao fim, acabaria gerando um novo problema político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- EVERS, Tilman. (1984), "Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais". *Novos Estudos Cebrap*, 2,4:11-23.
- FRASER, Nancy. (2001), "Da distribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista", in Jessé Souza (org.), *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, Brasília, UnB.
- GIDDENS, Anthony. (2002), *Modernidade e identidade*. Tradução de Plínio Dentzler. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (2004), *Preconceito e discriminação*. São Paulo, Ed. 34.
- HASENBALG, Carlos. (1999), "Perspectivas sobre raça e classe no Brasil", in Carlos A. Hasenbalg, Nelson do Valle Silva & Marcia Lima, *Cor e Estratificação Social*, Rio de Janeiro, Contra Capa.
- HONNETH, Axel. (2003), *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, São Paulo, Ed. 34.
- LAMOUNIER, Bolívar. (1968), "Raça e Classe na Política Brasileira". *Cadernos Brasileiros*, 47:39-50.
- MILBRATH, Lester W.. (1965), *Political participation: how and why do people get involved in politics?*. Chicago, Rand McNally.
- MUNCK, Geraldo. (1997), "Formação dos Atores, Coordenação Social e Estratégia Política: Problemas Conceituais do Estudo dos Movimentos Sociais". *Dados*, 40,1,: 105-125.
- OLSON, Mancur. (1999), *A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios e A Teoria dos Grupos*. Tradução de Fabio Fernandez. São Paulo, Edusp.
- PIZZORNO, Alessandro. (1975), "Introducción al Estudio de la Participación Política", in Alessandro Pizzorno, Marcos Kaplan & Manuel Castells, *Participación y Cambio Social en la Problemática Contemporánea*. Buenos Aires, Siap-Planteos.
- REIS, Bruno P. W.. (2003), *The assessment of political inequality in a comparative survey: some preliminary notes*. Trabalho apresentado no XIX Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política. Durban, África do Sul.
- REIS, Fábio Wanderley. (1974), "Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político". *Cadernos DCP*, 1:5-58.
- REIS, Fábio Wanderley. (1988), "Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6:26-38.
- REIS, Fábio Wanderley. (2000), "Mito e Valor da Democracia Racial", in Fábio Wanderley Reis, *Mercado e Utopia: Teoria Política e Sociedade Brasileira*. São Paulo, Edusp.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (2003), "A produção social da identidade e da diferença", in Tomaz Tadeu da Silva (org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes.
- SOUZA, Amaury. (1971), "Raça e Política no Brasil Urbano". *Revista de Administração de Empresas*, 11,4:61-70.
- TELLES, Edward E.. (2003), *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Tradução de Ana Arruda Callado, Nadjeda Rodrigues Marques e Camila Olsen. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Ford Foundation.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E.. (1995), *Voice and equality: civic voluntarism in american politics*. Cambridge, Mass.; London, Harvard University Press.
- WOODWARD, Kathryn. (2003), "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual", in Tomaz Tadeu da Silva (org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes.

DOSSIÊ SBS SOCIÓLOGOS DO FUTURO

Durante o XII Congresso Brasileiro de Sociologia foi realizada a oficina "Sociólogos do Futuro". Tal iniciativa cria um espaço aberto para graduandos de ciências sociais e áreas correlatas tornarem públicos seus trabalhos e pesquisas desenvolvidos, ou em desenvolvimento, durante sua graduação. Uma comissão de professores e pós-graduandos, designada pela Sociedade Brasileira de Sociologia, avaliou os trabalhos expostos, selecionando aqueles que mais se destacaram por seu conteúdo e originalidade.

Esta oficina originou o aqui presente "Dossiê SBS". Os trabalhos selecionados

pela comissão avaliadora foram analisados pelo conselho editorial da Revista Três Pontos e por pareceristas anônimos, que considerando a qualidade e o estágio de desenvolvimento das pesquisas apresentadas, escolheram os artigos que compõem este dossiê.

Desta forma, a Revista Três Pontos espera incentivar a participação de jovens cientistas sociais em encontros acadêmicos, por considerar esta imersão nos debates promovidos pela comunidade científica uma parte importante, e, mesmo, fundamental, do processo de formação de suas identidades profissionais.



Métodos Gerenciais e Percepção dos Trabalhadores: Análise dos Mecanismos de Controle do Trabalho

Juliana Vieira Araújo

Graduanda do
Curso de Ciências
Sociais/UNICAMP

Palavras chave:
Métodos
gerenciais,
controle,
percepção dos
trabalhadores.

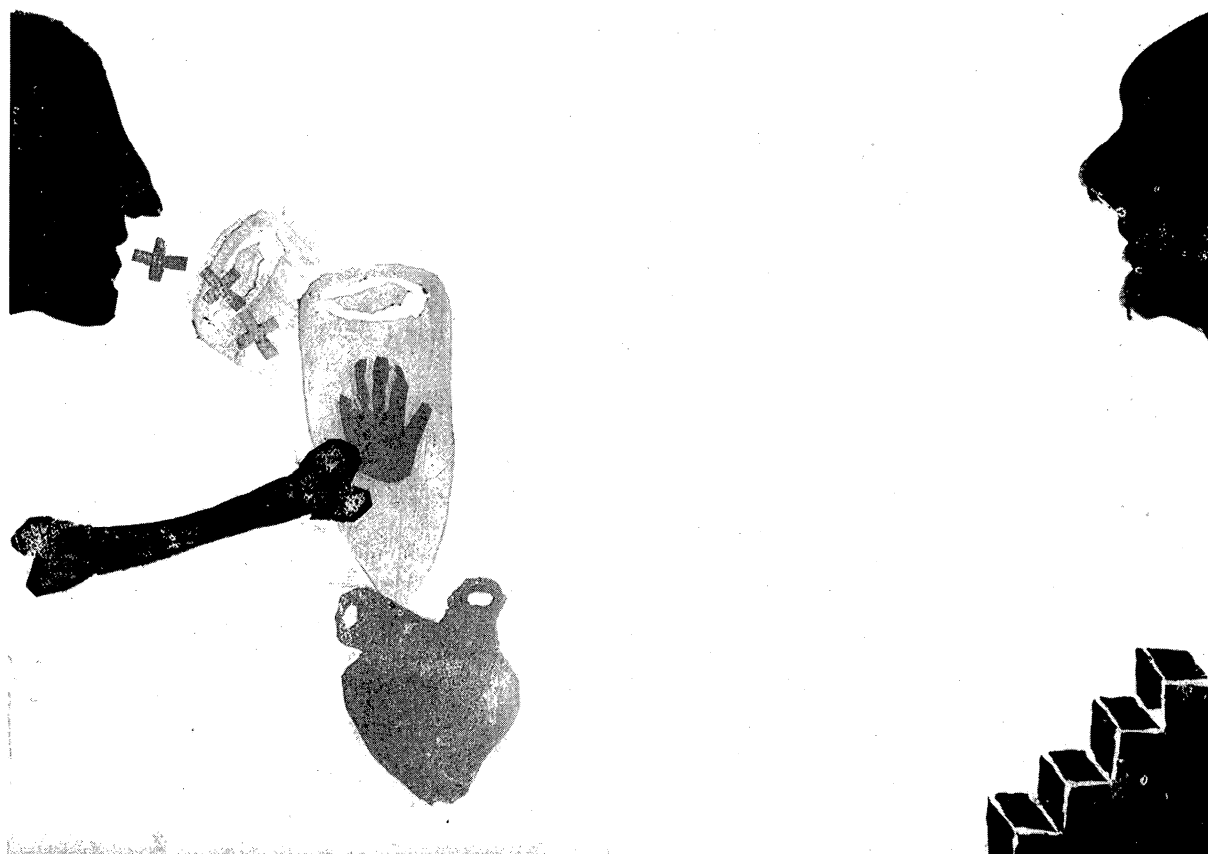
RESUMO: O processo de reestruturação produtiva introduz uma nova forma de controle do trabalho, voltada sobretudo para o aumento da adesão do trabalhador à ideologia gerencial. Através do estudo de caso de duas empresas do setor de eletrodomésticos de linha branca, busco analisar de que forma o trabalhador percebe esta nova realidade no âmbito fabril, principalmente com relação aos novos métodos gerenciais.¹

ABSTRACT: The business organizational restructuring process has introduced new forms of labour control based mainly on the increase of workers' acceptance of management ideology. Through the research of two multinational companies of the household appliances sector, this paper focus on the workers' perceptions of companies' changes related to the adoption of new management methods.

Introdução

No modelo de gestão taylorista-fordista, a figura do gerente é o principal eixo de controle do trabalho. Embora as mudanças organizacionais tenham deslocado um pouco a ênfase na chefia imediata enquanto forma de controle, a hierarquia e o poder gerencial continuam a pesar sobre o trabalhador. A postura menos autoritária dos gerentes encobre uma disciplina ainda mais rígida, dissimulada por justificativas im pessoais

(a figura do cliente, ou do mercado) e princípios de conduta exigidos através dos novos métodos gerenciais. As tentativas de obter o envolvimento dos trabalhadores e o discurso voltado para a idéia de participação são os mecanismos através dos quais as empresas investem na captura da subjetividade do trabalhador. As formas de controle tornaram-se mais sutis e sofisticadas por que agora visam a internalização do controle pelo próprio trabalhador, atribuindo a ele a responsa-



¹ Este estudo faz parte do projeto de pesquisa integrado "Globalização, estratégias gerenciais e respostas operárias: um estudo comparativo da indústria de linha branca". Em cada empresa foram entrevistados 50 trabalhadores do chão de fábrica e de 30 a 40 representantes da chefia (encarregados, supervisores e gerentes).

bilidade sobre sua própria disciplina e a de seus colegas.

Através do estudo de caso de duas plantas do setor de linha branca, busco analisar de que forma os trabalhadores percebem esta nova realidade de no âmbito fabril. Como interpretam o discurso que integra os novos métodos gerenciais e como reagem a ele.

Reestruturação Produtiva no Setor de Linha Branca

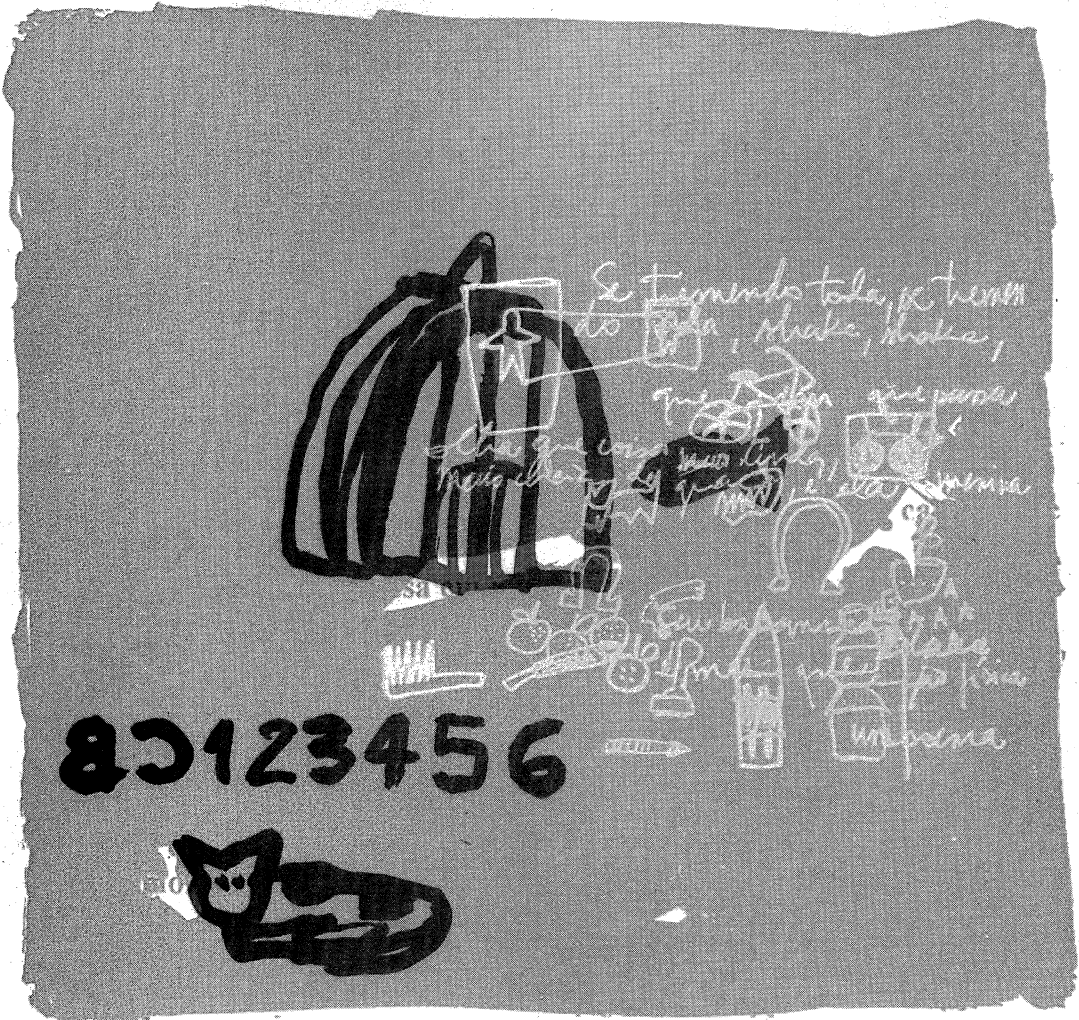
A indústria denominada de linha branca é produtora de eletrodomésticos não-portáteis, tais como refrigeradores, freezers, lavadoras, secadoras, fogões, etc. Até a década de 80, a indústria de linha branca brasileira caracterizava-se pela concentração em um número reduzido de empresas nacionais familiares. Nessa época, em acordo com as tendências gerais do país, tiveram início os primeiros passos do processo de reestruturação produtiva. Adotando um caráter defensivo, a reestruturação concentrou-se mais em investimentos restritos em máquinas e equipamentos e algumas experiências localizadas de inovações organizacionais.

A partir da segunda metade da década de 90, as empresas líderes nacionais começaram a ser adquiridas por grupos multinacionais estrangeiros. Somê-se a isso o fato de que o contexto é

marcado pela recessão e pelas medidas de abertura econômica. Nesse sentido, intensifica-se a difusão e implementação de inovações, sobretudo em função do acirramento da concorrência, provocada pela disputa do mercado interno agora com grandes grupos multinacionais. Esta disputa acirrada é especificamente marcante nos anos 1994-1996, quando houve um aumento da demanda em função da estabilização da economia.

Começam, então, a emergir novas formas de gestão e a implementação de programas mais abrangentes, em detrimento das ferramentas isoladas que caracterizaram o período anterior. Ganham destaque principalmente os Programas de Qualidade Total e as certificações com as normas ISO 9000. O departamento de RH das empresas passa a ter maior importância, já que aumenta a preocupação com as relações dentro da empresa, as políticas de recrutamento, questões relacionadas a treinamento, plano de carreira, etc. Também a organização e o planejamento da produção ligados a políticas de qualidade assumem papel de grande destaque. Essa transformação dos critérios de qualidade foi um dos catalisadores da reestruturação nessa indústria (INVERNIZZE, 2000).

Para os fins dessa análise, focalizarei as mudanças organizacionais que tiveram um profundo impacto sobre a forma de utilização da mão-de-obra. Com a maior racionalização do processo



produtivo, houve uma considerável redução do número de trabalhadores, paralelamente à introdução de diferentes formas de polivalência. Pequenas tarefas foram agregadas às funções tradicionais dos trabalhadores, tais como: limpeza da máquina e/ou do entorno de sua atividade de trabalho, controle de qualidade e de manutenção, etc. Além disso, as novas práticas de gestão adotadas passaram a centrar-se na obtenção de maior cooperação e envolvimento dos trabalhadores. Com isso difundiu-se a implementação de programas participativos (programas de sugestões e espaço para reivindicações), oferecimento de treinamentos, uma significativa diminuição no número de chefias imediatas e uma grande mudança na postura gerencial (mais próxima e mais aberta à participação do trabalhador).

As Empresas Estudadas

Nosso estudo de caso foi feito com uma planta produtora de fogões e outra produtora de geladeiras e freezers (as quais denominaremos CookCo e FridgeCo, respectivamente), ambas estabelecidas na região de Campinas - SP.

A CookCo era uma empresa familiar tradicional até a década de 90, quando se deu início a um processo de profissionalização da gestão da empresa. Juntamente com a contratação do primeiro presidente de fora da família, teve início um processo de automação de vários setores e de realização de experiências com algumas técnicas gerenciais japonesas.

Em 1996, a empresa é comprada por uma grande multinacional do setor de eletrodomésticos e o processo de reestruturação é ainda mais aprofundado.

Antes da aquisição já tivera início um processo de enxugamento de pessoal porém, depois dela, este processo se aprofundou com a redução de pessoal da produção, terceirização de diversas atividades e também uma redução significativa de níveis hierárquicos. A partir de 1998, operou-se um "achatamento" do organograma, isto é, o tipo hierárquico tradicional deu lugar a uma mudança na divisão de responsabilidades entre os distintos níveis gerenciais, embora a coordenação entre os setores da produção ainda conte com chefes e encarregados em menor quantidade. Algumas novas tarefas foram transferidas aos trabalhadores da produção: pequenas manutenções corriqueiras, a limpeza do ambiente e das máquinas e a inspeção visual das peças. E quanto à rotatividade das tarefas ela é realizada mais no sentido de evitar os casos de LER do que de desenvolver a polivalência dos trabalhadores.

Uma nova questão adquire peso entre os investimentos da empresa: a mudança de atitude dos trabalhadores com relação à sua responsabilidade e comprometimento com a qualidade e a eliminação de desperdícios. Um dos aspectos que nos interessa ressaltar é a valorização dos programas de treinamento, claramente voltados para a mudança de atitude, com ênfase principalmente na questão da qualidade e do envolvimento com os objetivos da empresa. Esta empresa

conta com um expressivo grupo de trabalhadores com muitos anos de serviço, já acostumados com uma determinada forma de trabalho, sendo este um dos fatores que explicam a preocupação em prepará-los para as mudanças. Também encontramos o uso de pesquisas de "clima" dentro da empresa (questionários aplicados tanto entre trabalhadores do chão de fábrica quanto de escritório).

Outra característica da empresa que deve ser mencionada é o fato de que sua origem familiar tinha como implicação uma postura paternalista frente aos funcionários. Postura esta que sofreu modificações após a aquisição, embora não tenha sido abandonada de todo.

A FridgeCo é a planta mais nova de uma empresa produtora de eletrodomésticos de linha branca, cuja matriz em São Paulo tem 35 anos. Esta empresa pertenceu ao capital nacional até o início dos anos 90. Até que em 1994, ela entrou em uma joint venture com um grupo multinacional estrangeiro e, já no final desta década, foi definitivamente adquirida pelo grupo. A marca da empresa brasileira, que era bastante forte no mercado interno foi mantida, juntamente com o início da produção também da marca da empresa estrangeira.

A planta na qual foi realizado o estudo de caso começou a ser montada em 1996 e passou a produzir no ano seguinte. De início, a planta era administrada pelos mesmos administradores da planta de São Paulo e alguns engenheiros estrangeiros vieram para implantar a parte de infraestrutura. Ela já foi implantada com tecnologia moderna e elevado grau de automação do processo produtivo. Embora não possua linhas de produção robotizadas, as três linhas da fábrica são flexíveis, isto é, cada uma delas tem a mesma capacidade para produzir todos os produtos.

Esta empresa tem como característica particular o fato de que atribui uma grande importância aos critérios de recrutamento dos funcionários. Sobretudo na época do início de suas atividades, isto fica muito evidente na forma criteriosa como os primeiros funcionários foram selecionados – sendo que alguns chegaram até mesmo a serem visitados em suas casas, como uma medida de prevenção contra a contratação de trabalhadores vinculados ao movimento sindical. Atualmente, com a fábrica já estabelecida e com a base dos funcionários rigorosamente selecionada, o processo de recrutamento foi terceirizado. Ainda assim, a seleção continua criteriosa, já que antes de serem efetivados, a grande maioria dos trabalhadores passa por um período de experiência, através de contratos por tempo determinado (contratos de 3 meses, com possibilidade de serem renovados por mais 3 meses). Além disso, vale a pena ressaltar que apesar dos critérios variarem de acordo com o cargo, uma qualidade foi destacada como fundamental na contratação de qualquer funcionário: a "flexibilidade" – definida pelo gerente industrial como a capacidade de fazer coisas diferentes, aprender rápido, ter assiduidade e gostar do trabalho.

Até o ano de 2001, a gerência da empresa era toda composta por brasileiros. Mas, a partir deste período, começou um processo de reengenharia, juntamente com a chegada de estrangeiros para trabalhar na fábrica. Um pouco na contramão do que comumente ocorre nos processos de reestruturação, houve um aumento do número de gerentes na planta, aumento este relacionado com o processo de descentralização das decisões, até então concentradas na planta de São Paulo. A partir de então, a gerência brasileira foi substituída quase completamente por gerentes estrangeiros.

Quanto à questão da terceirização na FridgeCo, ela abarca algumas atividades indiretas sendo que a mais importante delas é a manutenção. Estes trabalhadores, que antes eram contratados diretamente pela empresa, foram recentemente transferidos para uma empresa que faz parte do conglomerado multinacional. A intenção da gerência é aprofundar este processo de externalização, embora eles estejam impedidos de incluir atividades da produção, neste processo, devido à convenção coletiva que impede que isso ocorra.

Métodos Gerenciais

Métodos japoneses, tais como Kanban, Just-in-Time (interno e externo) e Kaizen, utilizados em alguns momentos no passado, foram, em grande medida, abandonados. A CookCo fez uma tentativa de uso do Kanban, mas o abandonou em função das dificuldades encontradas. Já a FridgeCo utiliza este método de forma readaptada à realidade da empresa. Embora as empresas demonstrem preocupação com a diminuição de estoques, a utilização do just-in-time também apresentou dificuldades, em razão, principalmente, da falta de coordenação com os fornecedores.

Ambas as empresas estudadas têm priorizado métodos gerenciais voltados para a questão da qualidade. Entre eles destacam-se principalmente os Programas de Qualidade Total e as Certificações ISO9000 e 14000. O Six Sigma, enquanto um método que reúne várias ferramentas de qualidade, já foi implementado na CookCo e foi bastante difundido entre os funcionários através de palestras e treinamentos. O mesmo não ocorre na FridgeCo, que reserva para o futuro a intenção de implementação deste método.

Com relação ao Trabalho em Grupo, não percebemos a utilização de células de produção ou grupos semi-autônomos em prática nas fábricas. No entanto, este termo é bastante utilizado e conhecido tanto entre gerentes como entre os trabalhadores do chão de fábrica. Entre os méto-

dos mais conhecidos figura ainda a manutenção preventiva, também amplamente reconhecida pelos trabalhadores. Sobretudo por que nas duas empresas, os funcionários do chão de fábrica passaram a incorporar pequenas atividades de inspeção e manutenção das máquinas, estando bastante familiarizados com tal prática.

Outros métodos tais como CCQ (Círculos de Controle de Qualidade), Produção Enxuta, Reengenharia e CEP (Controle Estatístico de Processo), são pouco conhecidos entre os trabalhadores, estando mais restritos ao conhecimento gerencial.

Cabe aqui mencionar um outro elemento, ligado aos métodos gerenciais, encontrado em ambas empresas: a implementação de programas de sugestões que prevêm a premiação (simbólica e/ou material) de idéias que promovam melhorias no processo de trabalho. Tais "melhorias" se referem à diminuição dos custos da produção, modificações que revertam em lucro para a empresa e modificações nas condições físicas de trabalho que preservem melhor a saúde do trabalhador (evitar casos de LER, de afastamento de trabalhadores, prevenção de acidente, etc).

Há ainda um outro fator que coincide amplamente nas duas empresas: o discurso gerencial. Ainda que as culturas gerenciais sejam bastante diferenciadas entre as duas empresas, a valorização da atuação participativa dos trabalhadores, da harmonia interna e da adesão aos objetivos da empresa é comum às falas de ambas as gerências. Exemplo disso é a fala de um dos supervisores entrevistados na FridgeCo: "eu acho que as pessoas, elas precisam ter um comprometimento maior com resultado (...). Eu acho que elas precisam ter consciência de que o trabalho singular que ela produz diariamente, não é exatamente ligado só ao departamento dela, mas com uma empresa diante de um todo".

Um aspecto do discurso gerencial tem um papel importante na disciplina fabril. Os métodos gerenciais são apresentados aos trabalhadores em termos de princípios comportamentais que devem ser incorporados ao dia-a-dia de trabalho. Sendo assim, a fim de ter mais clareza sobre a percepção dos trabalhadores frente aos novos métodos gerenciais implementados nas empresas, selecionamos aqueles que são os mais conhecidos entre os trabalhadores e fazemos uma comparação entre os significados atribuídos a eles por gerentes e trabalhadores. A tabela abaixo mostra a resposta dos trabalhadores quanto à familiaridade e a utilização dos métodos gerenciais.

Tabela 1 – Métodos mais conhecidos e utilizados pelos trabalhadores*

Você conhece os métodos gerenciais?	Está utilizando?	
	Sim	Não
CookCo		
Qualidade Total	100	60,4 39,6
Trabalho em grupo	88,7 11,3	56,6 32,1
Six Sigma	84,9 15,1	32,1 52,8
Certificações	96,2 3,8	37,7 58,5
FridgeCo		
Qualidade Total	94,2 5,8	92,3 1,9
Trabalho em grupo	92,3 7,7	90,4 1,9
Six Sigma	11,5** 88,5	1,9 9,6
Certificações	100	98,1 1,9

* Os números da tabela representam a porcentagem relativa às respostas do conjunto de entrevistados em cada empresa.
** Embora na FridgeCo o Six Sigma não seja tão conhecido, consideramos relevante levá-lo em consideração, não só por que a empresa tem a intenção de implementá-lo, mas também por que as idéias ligadas a ele são difundidas dentro dela, mesmo ele não sendo ainda adotado. Além disso, o Six Sigma tem presença marcante na CookCo, que já o utiliza.

O conceito de qualidade total se apresenta de forma bem marcante, ligada à exigência de bastante atenção do trabalhador a fim de evitar erros e retrabalho. Um supervisor da produção da CookCo afirma que “Desde que nasce qualquer peça, seja do produto ou da área de ferramentaria até a parte final, tem que ter cada um colaborando com sua parte, com seu comprometimento. Para que na montagem final não descubramos que alguém na metade do caminho não fez o que devia fazer e muitas vezes a gente joga fora o produto por falta de atenção no caminho”. Este método também é associado à garantia de manutenção da empresa no mercado. Um encarregado da produção da FridgeCo afirma que a Qualidade Total “é super útil para nós. É ela que garante a nossa sobrevivência”. Nesses dois aspectos, a maioria das falas dos trabalhadores reproduz o discurso gerencial. Um exemplo disso é a fala de um operador da montagem da FridgeCo: “Hoje no mercado, a qualidade do produto é imprescindível – sem ela o cliente vai embora”.

Também a idéia de trabalho em grupo ganha destaque. A solidariedade que comumente existe entre colegas de trabalho, passa a ser utilizada como uma forma de garantir maior aproveitamento para a produção. Na CookCo, um gerente do setor de engenharia industrial avalia o Trabalho em Grupo da seguinte forma: “Sem isso não se faz nada, é o grande método hoje. Envolvimento e comprometimento”. Um encarregado da produção da FridgeCo diz que “Trabalho em grupo é quando é quando você vê o outro em dificuldade, você tem que ajudá-lo. Todos têm que remar para um lado só – da qualidade e produção”.

Com a idéia de trabalho em grupo, as empre-

sas passam a incentivar uma maior colaboração, cooperação, a fim de evitar conflitos e garantir um ambiente de harmonia no processo produtivo, da forma que cabe melhor a seus interesses. Ele não é usado como um método formal, com práticas definidas, mas está ligado a idéias genéricas de cooperação: ajudar ao colega sempre que este estiver em dificuldades em sua tarefa. Caso um trabalhador não esteja dando conta de sua atividade, os outros devem estar sempre dispostos a ajudá-lo, devem orientá-lo quando estiver fazendo seu trabalho errado. Também caso um termine sua tarefa antes, incentiva-se a que ajude os outros em suas atividades, para que todos possam cumprir as metas de produtividade. Esse “espírito” de trabalho em equipe se apresenta como uma forma de disciplinar o trabalhador a agir para evitar erros e desperdícios, tanto de material quanto de tempo, apelando para a autodisciplina e o controle entre eles próprios.

Nesse aspecto, principalmente, os trabalhadores mostraram-se bastante afinados com o discurso gerencial. Um operador da montagem da FridgeCo diz que trabalho em grupo é “ajudar os companheiros corrigindo seus erros, fazendo uma crítica construtiva”. Na mesma empresa, outro trabalhador da produção conta que “Eu chego mais cedo para ajudar a fechar a ficha. Eu não venho no horário em cima da hora para o colega do outro turno ter que fechar a ficha desesperado. Tem uma união entre nós. Tem uma sincronia – eu vou jantar, vem outro e fica no meu lugar. Se tiver precisando de ajuda, a gente vai buscar alguém para ajudar. Sempre a gente trabalha em grupo”.

A percepção do Six Sigma também vai em direção a um maior auto-controle por parte dos trabalhadores, no sentido de tentar realizar suas tarefas com o máximo de perfeição possível. Um operário da pré-montagem da CookCo diz que “A intenção é reduzir o máximo o erro de um produto qualquer. Diminuir mesmo as chances de acontecer isso”. Tal visão é amplamente coincidente com o que pensa a gerência, pois como afirma um supervisor da produção desta mesma empresa, o Six Sigma significa “Busca da perfeição, qualidade total, busca de erro zero”.

Finalmente, o significado das Certificações aparece relacionado à credibilidade da empresa no mercado externo e à garantia de satisfação do cliente, vale dizer, de manter-se no mercado. Também com relação a este método, as falas de trabalhadores e gerentes são amplamente coincidentes. Um supervisor de logística da FridgeCo enfatiza que a certificação ISO 9000 é “Necessária, é a única maneira de exportar”. A resposta de um operador de Injetoras plásticas da mesma empresa é um exemplo da internalização deste discurso. Para eles as Certificações servem para “manter o nível do produto bom, senão não consegue vender pra ninguém”.

Exigência de Envolvimento e Contrapartidas
A valorização da vida profissional é um dos

fatores essenciais à incorporação do trabalho enquanto um valor. Juntamente com esta valorização emergiu com muita força, sobretudo no final da década de 70 e nos anos 80, uma exigência cada vez maior pelo reconhecimento do trabalhador dentro da fábrica, isto é, da valorização da sua presença, da sua experiência e da sua influência dentro do processo produtivo (COLBARI, 1995; MARONI, 1992). Um dos objetivos a que se prestam os novos métodos gerenciais é, justamente, lidar com esse "problema". No entanto, o estudo empírico mostrou que as empresas encontram muitas dificuldades em sustentar uma postura de valorização do trabalhador, ainda que tal idéia seja uma constante nos discursos gerenciais.

A manutenção no dia a dia de uma postura que, de fato, valorize e respeite o trabalhador está limitada pelo embate fundamental de interesses entre trabalhadores e gerência. Em última instância, o que fala mais alto aos gerentes são os objetivos de produtividade e lucratividade e não as necessidades do trabalhador.

Se por um lado o discurso gerencial apela para o reconhecimento da importância do trabalhador e de seu saber, a fim de obter seu maior envolvimento com os interesses gerenciais, por outro, os trabalhadores reforçam esta idéia enquanto ponto de apoio para suas reivindicações. Ao mesmo tempo em que aceitam as regras do jogo indicadas pela empresa, passam a formular seus próprios limites, dentro dos quais aceitam colaborar. Um trabalhador do setor de montagem da CookCo avalia que "as qualidades deveriam ser cultivadas também, tá? Às vezes a equipe faz alguma...eu já vi isso uma vez,(...) nós fizemos uma mudança lá e o gerente chamou todo mundo e falou "eu parabeno vocês e tal", entendeu? Eu acho que isso é importante fazer...e ele (o gerente da produção) deveria fazer mais... Faz, mas deveria ser mais, tá?"

A intensificação do trabalho, as exigências de horas extras e a rígida disciplina exigidas são apresentadas como aspectos normais das atuais condições de trabalho. Encontramos entre os gerentes entrevistados falas tais como: "Hoje, temos pressão? Temos. Qual a empresa que não tem pressão? Todas elas têm"; "Também sofremos (supervisores) a pressão de termos que sempre produzir mais e sempre acabamos exigindo um pouco mais dos operadores. Então, algumas vezes entramos em atrito, mas sempre contornamos"; ou "Eu acho que a gente tem que aprender a lidar com a pressão. Acho que nem todo mundo está preparado para suportar a pressão"². No entanto, aparece entre os trabalhadores uma expectativa de que tais exigências sejam compensadas através de contrapartidas simbólicas e materiais que correspondam aos esforços realizados. Caso as expectativas não se realizem, os trabalhadores passam a ver a gerência com outros olhos. Um operário do setor de esmaltação da CookCo afirma que "Os gerentes são arrogantes. Fazem promessas, mas na hora do vamos ver, nada".

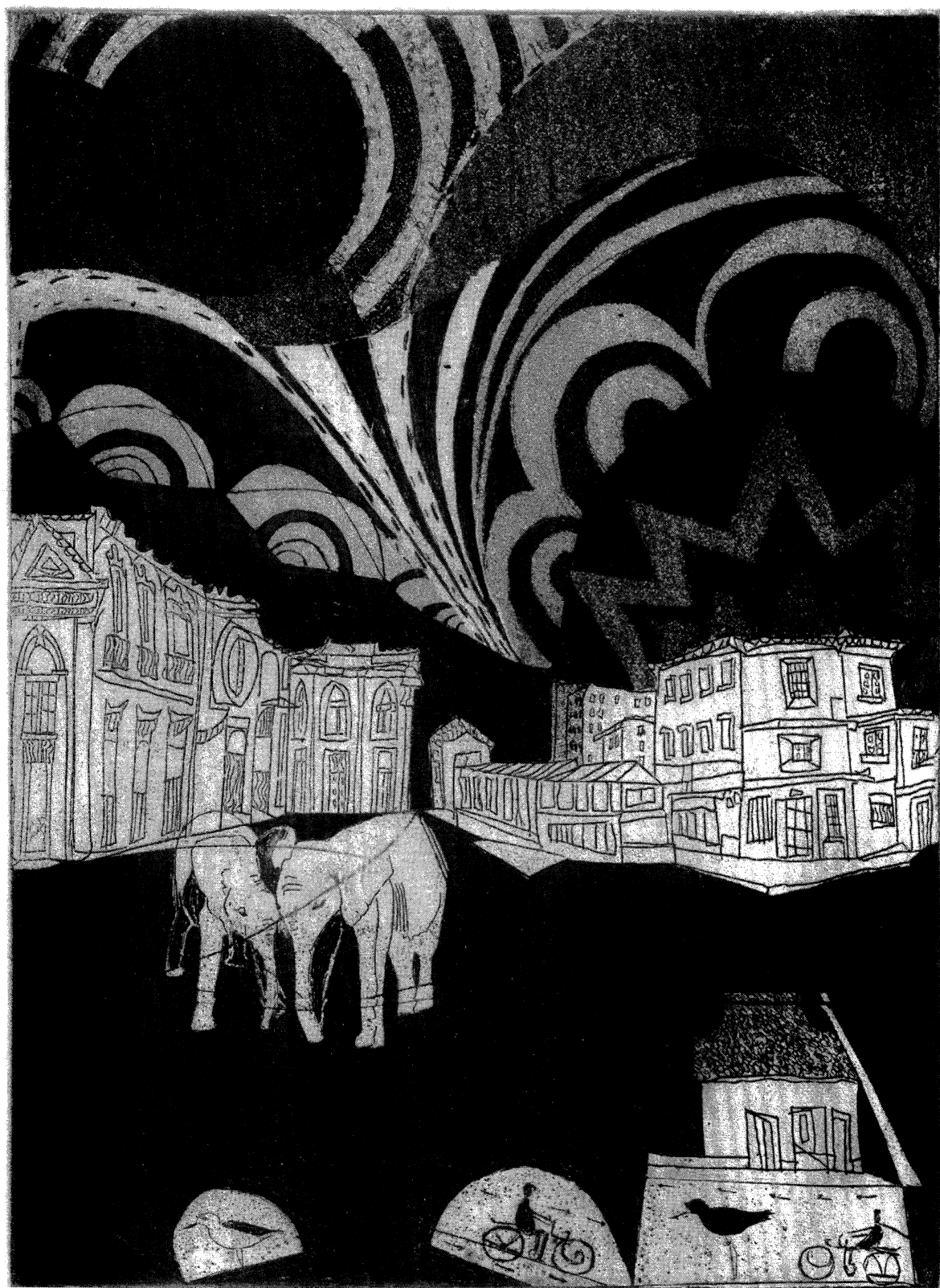
A prática das empresas estudadas apresenta uma grande assimetria entre aquilo que é exigido e o que é oferecido em troca. Embora a promessa de compensações esteja presente no discurso gerencial, na prática elas ficam aquém do que é esperado pelos operários. Esta contradição entre o discurso gerencial e a prática efetiva tem implicações importantes sobre a percepção do trabalhador.

No caso da CookCo, apesar de haver um certo grau de internalização do discurso gerencial por parte dos trabalhadores, falhas na comunicação entre eles e a gerência contribuem para a emergência de conflitos. Os trabalhadores manifestam preocupações quanto às exigências feitas pela gerência (como por exemplo, o investimento na própria qualificação), porém não recebem da empresa as contrapartidas esperadas. Em parte, isto ocorre por que a empresa se mostra incapaz de recompensar a todos os trabalhadores. Não apenas por que, em termos materiais, isto iria de encontro aos seus objetivos de redução de custos e aumento da lucratividade, mas por que não parece haver interesse nem mesmo em desenvolver contrapartidas simbólicas que assegurem o reconhecimento e o envolvimento do trabalhador.

No que diz respeito ao relacionamento mais direto entre gerentes e trabalhadores, embora as empresas incentivem uma maior aproximação e diálogo, os gerentes parecem ser os menos adaptados a essa nova situação. Enquanto os trabalhadores receberam esta inovação como algo positivo, os gerentes parecem ainda não ter encontrado a melhor forma de se utilizar dela. Percebemos pelas entrevistas com os trabalhadores, que a possibilidade de um contato mais direto e franco com a chefia tem sido utilizada por eles como um meio de interferir mais na condução do processo de trabalho. Vários dos entrevistados destacaram a possibilidade de fazer sugestões, mesmo que a decisão final fique por conta do superior hierárquico.

No entanto, quando há resistência da parte dos gerentes e encarregados em manter um canal aberto de comunicação e diálogo com os operadores da produção e em confiar na capacidade que estes têm de tomarem iniciativas e decisões com respeito ao seu trabalho, a crítica faz-se presente. Um trabalhador do setor de montagem da CookCo afirma que "Não há proximidade entre os gerentes e nós, só se aproximam quando há interesse deles. Quando eles querem algo nosso, eles se aproximam. A qualidade total, quando eles alcançaram a Iso 9000, 9002, então eles se aproximaram mais da gente. Eles dizem para a gente se aproximar mais, mas eles mesmos não se aproximam de nós. Nós temos acesso às questões que vão nos afetar porque tem o sindicato que nos informa". Um operador especializado da FridgeCo reclama que "(o supervisor) quando chega de manhã não dá, primeiramente, um bom dia pra gente, não pega na nossa mão... Chega logo falando o que tem que fazer, pressionando que tem que fazer logo, porque não fez aquilo... Mandando, vamos trabalhar, trabalhar... Como se

² As falas citadas correspondem, respectivamente, ao gerente de qualidade da FridgeCo, ao supervisor de produção desta mesma empresa e a um gerente da produção da CookCo.



fosse uma escravidão"

De uma forma geral, os trabalhadores apresentam uma visão positiva em relação às duas empresas, o que contribui para que a gerência obtenha deles um certo consentimento e um certo grau de internalização das regras e do autocontrole. Dois fatores parecem relevantes: a mudança nas relações com a chefia (diminuição da hierarquia e da burocracia amplamente reconhecida entre os entrevistados) e a condição econômica do país. Creio que neste ponto, o que favorece o controle gerencial sobre os trabalha-

dores são as contrapartidas oferecidas: benefícios e salário, que são considerados por estes últimos as melhores coisas da empresa. Muitos operários explicam sua satisfação por compararem a sua situação na empresa com as condições gerais do mercado de trabalho brasileiro (terceirização, trabalho sem registro, baixos salários, alto nível de desemprego, alta competitividade mediada pela exigência de qualificação, etc). Também a instabilidade no emprego, amplamente reconhecida, contribui como forma de disciplina-mento, pois induz os trabalhadores a aceitarem

mais facilmente o que lhes impõe a gerência.

Um outro elemento fortemente disciplinador presente na empresa também diz respeito à inibição dos questionamentos, porém num outro sentido. A implementação de um programa de sugestões cujo aproveitamento está exclusivamente centrado nas necessidades da empresa, ao invés de se tornar um canal em proveito do trabalhador, volta-se contra ele. Em primeiro lugar, o programa de sugestões individualiza a relação do trabalhador com a empresa. Esta relação individualizada incentiva o trabalhador, não a discutir coletivamente as propostas de melhorias no trabalho, mas a guardá-las para si enquanto espera uma resposta da gerência. Além disso, ele se coloca sozinho diante da empresa, que detém total poder de decisão quanto aos tipos de sugestões que serão consideradas e os critérios de aprovação e implementação. Apesar de reconhecerem as limitações do Programa de Sugestões, os trabalhadores não demonstram preocupação em propor um sistema alternativo de sugestões, que conte com idéias voltadas para os interesses dos próprios trabalhadores, em detrimento do exclusivo interesse da empresa. A FridgeCo, preocupada em estar a par das insatisfações dos trabalhadores e de conflitos passíveis de virem à tona, antecipou-se a uma ação dos trabalhadores e planeja um novo programa voltado para o estabelecimento de um diálogo direto dos operários com a direção. Tal programa pretende evitar qualquer possibilidade de confronto dos trabalhadores com a empresa, abrindo espaço para negociações internas e diretas com eles. Esta atitude demonstra que a política de afastamento do sindicato não foi de todo abandonada. A empresa continua voltando seus esforços para a exclusão do sindicato, o que teria como consequência o enfraquecimento da força de negociação dos trabalhadores.

Conclusão

Encontramos, portanto, dois movimentos no sentido de obtenção do controle sobre o trabalhador: um negativo, no sentido de impor barreiras ao surgimento de conflitos e questionamentos coletivos, e outro positivo, no sentido de tentar investir o trabalhador de uma nova forma de pensar e agir, levando-o a atuar da forma que convém à empresa. Diante disso, o trabalhador se vê numa condição bastante crítica. As pressões sobre ele são fortes e as investidas gerenciais muitas vezes obscurecem sua própria percepção da situação.

Na pesquisa nas duas empresas, notamos os esforços gerenciais em conquistar cada vez mais a adesão do trabalhador aos seus ideais. Através de treinamentos, programas de participação, mudanças na atitude gerencial, contrapartidas materiais e simbólicas, as chefias vão tecendo uma forma bastante sutil de disciplinamento. Vão inserindo o trabalhador dentro de uma lógica de participação, na qual, segundo a gerência, ambos têm a ganhar. Porém, os mecanismos de controle e convencimento implementados pelas empresas

não são totalmente bem sucedidos, não apenas por que estão sujeitos a consequências não previstas, como resta sempre um espaço de conflito e resistência por parte dos trabalhadores.

Desta forma, a busca da adesão e da cooperação do trabalhador não se dá sem inconvenientes. O inconveniente é que o trabalhador não atende passivamente aos intuitos da empresa. A intenção de remodelar-lhes o comportamento bate de frente com o próprio trabalhador enquanto sujeito ativo dentro do processo produtivo. Quando o novo discurso gerencial entra em cena, ele tem que dialogar com a vivência do trabalhador. Neste diálogo, as novas proposições são postas à prova e se tornam objeto de disputa dentro da empresa. A demanda empresarial por cooperação do trabalhador exige da empresa contrapartidas que, por sua vez, são reivindicadas pelo trabalhador enquanto condição de adaptação. É claro que no atual contexto socioeconômico, as condições de negociação das mudanças é bem menos favorável aos trabalhadores, porém é preciso reconhecer que a atuação deles é fundamental na implementação e conformação das mudanças.

Como pudemos perceber através das falas dos trabalhadores, a crítica continua presente no dia-a-dia das empresas. Os trabalhadores do chão de fábrica não deixaram de questionar e resistir ao que vai contra seus valores e bem estar. No caso da CookCo, percebemos que eles dão grande importância ao investimento em sua própria capacitação, em sintonia com as expectativas gerenciais. No entanto, a empresa não se mostra capaz de aproveitar as novas habilidades destes trabalhadores, pois é incapaz de absorver todos os trabalhadores que estão investindo em novos conhecimentos. A empresa exige flexibilidade e adaptação por parte dos trabalhadores, mas ela mesma é incapaz de atingir estes ideais e por isso mesmo desperdiça enorme "capital humano". A falta de perspectiva de carreira é uma das principais reclamações entre os trabalhadores da CookCo.

A singularidade da FridgeCo está em que, pelo que tudo indica, os questionamentos mais fortes giram em torno da ausência de contrapartidas simbólicas. A falta de consideração dos gerentes com os trabalhadores, o descaso com sua opinião a respeito das mudanças implementadas, o excesso de pressão e o pouco reconhecimento dado a eles formam um conjunto de elementos que atentam contra a dignidade do trabalhador do chão de fábrica. Esta condição acaba atuando no sentido de fortalecer a identidade do trabalhador enquanto coletivo. Em função deste tratamento que lhe é dado é que ele se percebe fazendo parte de um grupo maior, é que ele se constitui enquanto "nós, trabalhadores" em oposição ao "eles", representantes da empresa.

Também nos dois casos vimos o quanto o contexto econômico e social do país interfere na percepção e atitude do trabalhador dentro da empresa. As atuais circunstâncias os colocam numa condição fragilizada, o que favorece a disciplina e a aceitação das condições impostas. Sobre tudo

por que as exigências e métodos gerenciais são associados à garantia de permanência da empresa no mercado e, conseqüentemente, de preservação de seus empregos.

Assim, retomando a noção de experiência de Thompson, utilizada por Leite (1994), pudemos perceber que as práticas dos trabalhadores são amplamente determinadas pela experiência vivida dentro dela. O choque entre representações e realidade vai moldando a percepção e a própria identidade dos trabalhadores.

Assim, um fator que vem favorecendo o reconhecimento da comunhão de interesses entre os trabalhadores, em detrimento das estratégias de individualização utilizadas pela empresa, é a própria postura gerencial em flagrante contradição com seu discurso. Esta circunstância específica tráz à tona "a divergência de interesses em relação ao patronato" (LEITE, 1994: 30).

O discurso gerencial traz consigo a promessa de contrapartidas simbólicas e materiais que nem sempre é capaz de garantir na prática. A prometida participação, autonomia e aumento das responsabilidades do trabalhador não têm se

concretizado, assim como há poucas perspectivas de aumento salarial e ascensão profissional. Em conseqüência disso, os trabalhadores sentem-se pouco reconhecidos em seus esforços de adaptação às novas exigências e práticas gerenciais.

O que podemos concluir com relação aos trabalhadores das duas empresas é que eles tomaram para si as promessas do atual discurso gerencial e agora exigem coerência por parte da gerência. A percepção dos trabalhadores revelou-se bastante crítica com relação às falhas dos seus superiores ao não assegurar de fato a participação e a adesão que eles insistem tanto em exigir. Diante desta contradição, os trabalhadores invertem a exigência de adesão e passam a definir a participação e envolvimento a seu próprio modo, através da reivindicação de reconhecimento, respeito, poder de decisão e autonomia. Sendo assim, parece-me que estes são, nas duas empresas, um dos principais fatores de disputa sobre o controle no trabalho, ou seja, o reconhecimento subjetivo e objetivo da importância do trabalhador no processo produtivo.

BIBLIOGRAFIA

- BRAVERMAN, Harry. (1987), *Trabalho e Capital Monopolista (A degradação do trabalho no século XX)*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora.
- CASTRO, N. Araújo e GUIMARÃES, A. S. Alfredo. (1991), "Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na sociologia do trabalho" in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17.
- COLBARI, Antônio L.. (1995), *Ética do Trabalho*, São Paulo, Editora Letras & Letras/ Ed. Da FCAA/UFES.
- INVERNIZZE, Noela. (2000), *Novos rumos do trabalho. Mudanças nas formas de controle e qualificação da força de trabalho brasileira*. Tese de Doutorado. Unicamp, datilo.
- LEITE, Márcia de Paula. (1994), *O Futuro do Trabalho (Novas tecnologias e subjetividade operária)*, São Paulo, Editora Pagina Aberta.
- MARONI, Amnérís. (1982), *A Estratégia da Recusa (análise das greves de maio/78)*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- RAMALHO, José Ricardo. (1991), "Controle, conflito e consentimento na teoria do processo de trabalho: um balanço do debate". *BIB*, 32, 2:31-48.

Violência Doméstica/Conjugal em Belo Horizonte: Uma Perspectiva Exploratória da Vitimização*

Keli Rodrigues
de Andrade

Graduanda do
Curso de Ciências
Sociais/ UFMG

RESUMO: O tema da *violência doméstica* vem ganhando espaço tanto na mídia quanto em debates acadêmicos, principalmente naqueles ligados à sociologia da violência e à questões de gênero. Entretanto, apesar de ser notório o impacto deste tipo de violência tanto para as vítimas em si, quanto para a estrutura familiar de um modo geral, existem poucos estudos específicos quantitativos e alguns estudos qualitativos que evidenciem a situação da cidade de Belo Horizonte em relação ao fenômeno. O objetivo central deste trabalho é *explorar e analisar a bateria referente à violência doméstica/conjugal, parte integrante da Pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte realizada pelo CRISP/UFMG em 2002*. A idéia partiu da necessidade de construção do perfil das vítimas de violência doméstica na cidade de Belo Horizonte, bem como da identificação dos principais tipos de agressão perpetrados no âmbito doméstico.

ABSTRACT: The *domestic violence* theme is attracting the attention of the media and academic debates circles, mainly if we consider it linked with sociology of violence and other related subjects. Although, even with its huge impact to the victims and, in a general way, to the family structure, there are just a few specific quantitative studies about it, with some qualitative studies evidencing the situation of the city of Belo Horizonte on that aspect. The main target of this project is *to explore and analyze domestic/conjugal violence reports, produced by the Belo Horizonte Victimization Survey sponsored by CRISP/UFMG back in 2002*. The idea emerged from the demand of producing a domestic violence victims profile for Belo Horizonte city, with identification of the main aggression types found at domestic environment.

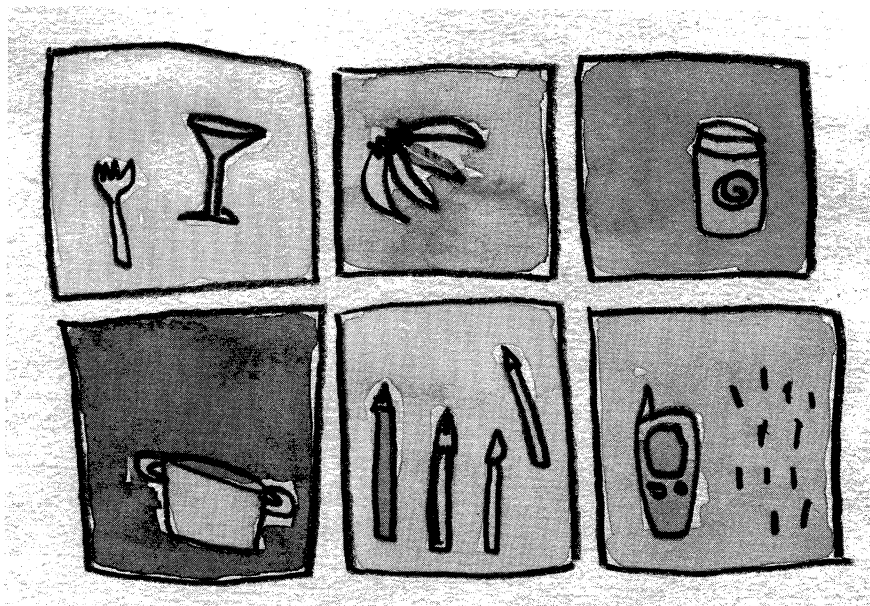
Introdução

O tema da violência e criminalidade já vêm há algum tempo ganhando destaque nos meios de comunicação de massa. Diversas são as matérias em jornais, revistas e noticiários de TV sobre roubos, assaltos, seqüestros-relâmpago, estupro, rebeliões em presídios, homicídios etc., o que muitas vezes leva a população a identificar a violência como um grave problema da atualidade.

Também no âmbito das ciências sociais este tema tem sido amplamente discutido. Existe gama considerável de autores, que vão desde clássicos (E. Durkheim, F. Engels e A. Quetelet), passando por grupos de pesquisadores, como os integrantes da Escola de Chicago, até autores das décadas de 1960/70 (R. Merton, E. Goffman,

F. Ferracuti, M. Wolfgang etc.) que desenvolveram teorias sobre criminalidade para explicar o fenômeno, bem como os motivos e/ou características e influências que levariam um indivíduo a tornar-se agente criminoso.

Partindo deste quadro de referência a grande maioria das teorias de criminalidade centram sua atenção no agente e nas características dos crimes. Como argumenta Siegel (2004), por muito tempo as vítimas não eram consideradas tópico importante nos estudos de criminologia, eram consideradas "recipientes" passivos desses crimes, que simplesmente estavam em locais errados em horas erradas. Nos anos 60, estudos pioneiros mostraram como o comportamento das vítimas era importante na ocorrência



*Agradecimentos especiais à prof. Marlise Matos, orientadora e principal incentivadora e deste trabalho; e ao CRISP por ceder a base de dados da Pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte/2002

de crimes. Mas, a não ser em estudos embasados em pesquisas de vitimização, a situação da vítima não é analisada em profundidade, apesar do seu comportamento ser componente fundamental para a consumação do ato criminoso e, portanto, também fundamental para a explicação da dinâmica em que o mesmo se dá.

Entretanto, as pesquisas de vitimização e as análises que delas têm se originado no Brasil vêm explorando, com um maior número de detalhes, situações de vitimização relacionadas a roubos, furtos, agressão física e sexual, invasão/roubo de domicílio (tentados e consumados), como ocorre, por exemplo, no artigo *Crime, oportunidade e vitimização* de Beato *et alii* (2004). Neste artigo são explorados os resultados relativos a crimes como furto, roubo e agressão obtidos na pesquisa de vitimização de Belo Horizonte (CRISP/2002) à luz das teorias denominadas de *teoria de estilo de vida* e *teoria das oportunidades*. Estas teorias destacam cinco fatores que influenciariam o risco de uma pessoa se tornar vítima: *a exposição; a proximidade entre vítima e agressor; a capacidade de proteção; os atrativos das vítimas e a natureza dos delitos*.

Em detrimento de sua importância e impacto social, em nosso país a violência que ocorre em ambiente familiar tem recebido destaque menor nas pesquisas de vitimização. Embasado na constatação desta lacuna, o presente artigo tem o propósito de tratar a questão da violência traçando como recorte *a violência doméstica/conjugal na cidade de Belo Horizonte*, explorando as informações obtidas na pesquisa de vitimização de Belo Horizonte (CRISP/2002). Além disso, será feita uma comparação entre os dados encontrados nesta pesquisa e as estatísticas oficiais do Anuário Estatístico da Polícia Civil de Minas Gerais/2001, para que se obtenha a chamada *cifra oculta* que é a diferença entre os registros oficiais e os dados da pesquisa, que aproximam-se mais do que realmente ocorreu na realidade.

Apesar da existência de alguns estudos de âmbito nacional, como a pesquisa *A mulher brasileira nos espaços públicos e privado* (2001) da Fundação Perceus Abramo, existe uma lacuna de estudos quantitativos que tenham a violência doméstica como foco central. Daí a importância deste trabalho que pretende justamente explicitar estatísticas relacionadas a este tipo de violência na cidade de Belo Horizonte. Cabe aqui destacar que as situações de vitimização relacionadas à violência doméstica, necessariamente, envolvem questões de gênero. Portanto, a presente análise terá como base as teorias de gênero e conceitos tais como o de *desigualdade de gênero e patriarcado*.

Criminalidade, Violência e a Questão do Gênero: Algumas Abordagens Teóricas e Práticas

Estudos sistemáticos sobre violência no Brasil demonstram um aumento considerável nas taxas de criminalidade violenta. De acordo com *Atlas de Criminalidade de Belo Horizonte. Diagnósticos perspectivas e sugestões de programas de controle* (CRISP/2003) este aumento se intensificou nos últimos dez anos. Ainda nesse sentido, Njane *et alii* (1999) argumenta que a partir da década de 80 a violência mudou o perfil de mortalidade no país. Homicídios e acidentes de trânsito, que até então estavam em quarto lugar, passaram a ocupar o segundo nas causas de morte dos brasileiros. Além disso, torna-se importante salientar que grande parte das ocorrências deste tipo não são registradas oficialmente.

Se muitas vítimas de agressões sofridas no trânsito, em pequenos assaltos e em discussões do cotidiano não chegam a denunciar seus agressores, isto se agrava em relação à questões de gênero, pois é possível pensar que esta omissão ocorra de modo ainda mais freqüente em relação às vítimas de violência doméstica, intra-familiar e conjugal.

De acordo com Saffioti (2004), a omissão em relação à violência ocorrida em ambiente doméstico é explicada por dois motivos principais: um deles é a vergonha que a vítima sente em relação a agressão sofrida, que pode ser ampliada quando o caso é exposto. O segundo está ligado ao modo como a sociedade, de um modo geral, concebe a instituição família e dita as regras de comportamento em relação aos problemas que a envolvem, estabelecendo verdadeiro pacto de silêncio sobre aquilo que se vivencia "entre quatro paredes".

A concepção de família ainda hoje é influenciada por critérios tradicionais que fazem uma relação estreita da família com elementos místicos. Considerada como uma instituição envolta pelo "sagrado", ela deve permanecer preservada a todo custo, incluindo a manutenção do silêncio em relação à agressões e abusos entre parceiros, pais e filhos etc. Permanecem também noções de uma clara superioridade do homem (provedor/chefe da família) em relação à mulher (mãe/cuidadora da família).



A postura de preservação da instituição familiar ancora-se em duas dinâmicas principais: por um lado, nas estruturas de dominação patriarcal, da qual nossa sociedade carrega diversos traços e, por outro, nas relações de desigualdades de gênero (diferenças salariais, clara divisão de tarefas entre os sexos etc.) também presentes em nossos tempos, guardando forte ligação com as hierarquias do patriarcalismo.

Antes de prosseguir com a análise dos dados referentes à vitimização conjugal em Belo Horizonte, torna-se necessário tecer alguns breves esclarecimentos. Principalmente porque, como aponta Saffioti (2004), existe um impasse teórico entre estudiosos e feministas impedindo uma interlocução clara entre os adeptos(as) do conceito de *patriarcado* e aqueles(as) que privilegiam o uso do conceito de *gênero*.

É importante salientar que este artigo propõe a utilização simultânea dos dois conceitos, uma vez que, ainda de acordo com Saffioti, o conceito de *gênero* é mais amplo que o de *patriarcado*. O primeiro, pode compreender relações igualitárias. Já no segundo, "as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais" (2001, p. 14)

Sobre o Conceito de Patriarcado

O *patriarcado* pode ser compreendido como um modo de pensar que se define assimetricamente, ou seja, a desigualdade e a dominação do homem sobre mulher é inerente ao conceito. Este modo de pensar cristaliza-se nas consciências, impossibilitando enxergar outra possibilidade que não a superioridade/poder/dominação/exploração e opressão do homem sobre a mulher. Como argumenta Saffioti (2001), o patriarcado tem a capacidade de penetrar em todas as demais instituições, inclusive no Estado, no corpo e na psiquê dos indivíduos, sendo até legitimado pelo estatuto científico de determinados conhecimentos.

Evidentemente, por ser este um fenômeno social, o patriarcado está em permanente processo de transformação (SAFFIOTI, 2004). Assim, na atualidade, o patriarcado não é mais exercido enquanto pátrio-poder, como no caso da Roma Antiga, onde o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e filhos. Além disso, as mulheres já vêem reconhecidos parte de seus direitos políticos (como, por exemplo, o direito ao voto), e cada vez mais ocupam espaço no mercado de trabalho, chegando muitas vezes a chefiar suas famílias.

Entretanto, as mulheres continuam submetidas a inúmeras formas de preconceito, cerceamentos e violências advindos de uma cultura machista viva nas instituições sociais e na sociedade como um todo. Nas palavras de Saffioti:

"... patriarcado exprime, de uma só vez, o que é expresso nos outros termos, [referindo-se aos conceitos de dominação masculina, falocracia ou falogocentrismo] além de trazer estampada de forma muito clara a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada, que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor,

quase automaticamente. (...) observam-se (...) diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre as mulheres. A natureza do fenômeno, entretanto, é a mesma". (2001, p. 03)

Como argumenta M. Chauí (1985), as mulheres são definidas e educadas como seres para os outros. Por outro lado, os homens são definidos e educados como seres com *os outros*. Este argumento encaixa-se bem à proposição de Welzer-Lang, quando este afirma que *"a opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens."* (2001, p. 461). A existência da dominação masculina é uma evidência clara nos dias atuais, inclusive sendo bastante debatida na sociologia em estudos de autores como P. Bourdieu, A. Giddens etc.

Partindo da perspectiva de que o patriarcado seria um caso específico das relações de gênero, outro ponto importante colocado por Saffioti ao citar Pateman é que este conceito seria o único que:

"(...) se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, (...) abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada". (PATEMAN apud SAFFIOTTI, 2001, p. 24).

Sobre o Conceito de Gênero

O conceito de gênero, por sua vez, é relacional. Ele lida com as interações humanas: simétricas ou assimétricas, hierárquicas ou igualitárias. Dizendo respeito à construção social dos masculinos e dos femininos, não determina *a priori* a existência de uma desigualdade inerente entre homens e mulheres; afinal, o gênero pode ser construído independentemente do sexo.

Porém, na compreensão de algumas feministas - e esta pode ser, segundo Saffioti (2004), a causa do impasse teórico entre os conceitos de gênero e patriarcado - existe uma hierarquia que privilegia o homem/masculino e que, ao longo do tempo, tem mantido a mesma intensidade, independentemente do período histórico analisado.

Em verdade, o conceito de gênero surgiu através de estudos feministas que, de acordo com Louro (2001), visavam dispensar o determinismo biológico implícito nos termos "sexo" e "diferença sexual", utilizados para justificar as desigualdades sociais entre homens e mulheres, remetendo-as exclusivamente às características biológicas. Para estas feministas, o conceito de gênero serviria tanto como instrumento analítico quanto político. Isto porque teria a capacidade de demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas sim as construções sociais que elas carregam (ou seja, a forma como estas características sexuais são representadas e valorizadas) que definem masculinos e femininos, e promovem a desigualdade entre homens e

mulheres. Sendo assim, se a desigualdade entre os sexos é construída socialmente, seria possível reverter o quadro de dominação masculina.

Saffioti define gênero tanto como uma categoria analítica quanto uma categoria histórica, destacando que J. Scott foi uma autora que:

"percorreu meandros de gênero em sua forma substantiva, enquanto categoria histórica. Com efeito, sua primeira proposição estabelece: 'gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (segunda: e gênero é um modo primordial de significar relações de poder)". (...) E tem como consequência que, "...gênero envolve quatro elementos interrelacionados: primeiro, símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (e frequentemente contraditórias) (...) Segundo, conceitos normativos que estabelecem interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. (...) esta espécie de análise deve incluir uma noção política e referencia a instituições e organizações sociais - o terceiro aspecto das relações de gênero. (...) O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva." (SCOTT apud SAFFIOTTI, 2001, p. 09)

Apesar de afirmar que o artigo de Scott evidencia algumas ambigüidades da autora, ainda em relação à sua definição de gênero, Saffioti chama atenção para a colocação de que *"Gênero não carrega consigo uma afirmação necessária sobre a desigualdade ou poder nem nomeia a parte oprimida (...)"* (2001, p.10). Para Saffioti, esta seria a maior vantagem do uso do conceito de gênero: ser mais amplo, deixando aberta a direção do vetor de dominação-exploração, tendo capacidade de explicar eventuais transformações, seja no sentido do vetor, seja na abolição da exploração/dominação.

Através de uma análise temporal, Louro (2001) e Piscitelli (2002) evidenciam que o conceito de gênero sofreu algumas transformações. A máxima da universalidade da dominação masculina passou a ser questionada, já que se pressupõe que em cada país, e em cada momento histórico, as relações de dominação se constroem de maneiras diversas. Louro (2001) chama atenção para o caráter pluralista do gênero, revelando a precariedade de uma polaridade rígida entre os gêneros, na verdade o pólo masculino conteria o feminino e vice-versa.

A desconstrução deste binarismo tem aberto espaço para a compreensão de diversas formas de masculinidades e feminilidades, dinamizando ainda mais o conceito de gênero, que passou a constituir mais uma das características identitárias dos sujeitos tal como a identidade racial, sexual, social etc.

Cabe ressaltar neste ponto que, assim como se deve estar atento à discussão teórica entre os conceitos de gênero e de patriarcado, é importante que se tenha atenção ao tratar de questões relacionadas às violências doméstica, intra-familiar ou conjugal. Existem entre elas

algumas diferenças importantes, apesar da confluência nos âmbitos em que ocorrem. Deve-se lembrar que a primeira é a mais abrangente, e que da mesma forma como ocorre com o conceito de gênero, não está pré-determinado que nestes tipos de violência o agressor seja sempre homem e a vítima sempre mulher.

Entretanto, inúmeros estudos sobre o tema apontam o fato de que as mulheres são mais vítimas, principalmente em relação a agressões físicas. Como aponta Grossi (1994), estudos realizados em Delegacias da Mulher evidenciam que o Brasil aparece como país recorde de violação dos direitos humanos das mulheres. De acordo com o "Balanço sobre esforços e atividades dirigidas a erradicar a violência contra as mulheres na América Latina e Caribe":

"o custo social dessa violência reflete-se em dados concretos. (...) no Brasil, a cada 4 minutos uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relação de afeto; (...) registros nas delegacias especializadas de crimes contra a mulher demonstram que 70% dos incidentes acontecem dentro de casa e que o agressor é o próprio marido ou companheiro; mais de 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos; e essa violência custa ao país 10,5% do seu PIB". (2003, p.40)

De acordo com o *Dossiê Violência Contra a Mulher. Panorama sobre a violência de gênero* (2001), anualmente, um número entre 3 e 4 milhões de mulheres são agredidas em suas residências por pessoas íntimas. O dossiê mostra ainda que uma pesquisa coordenada por Saffioti (1994) chegou à conclusão de que existe um alto padrão de violência e agressividade nos conflitos entre pessoas com laços conjugais em São Paulo: 11% dos entrevistados disseram já ter sido vítima de violência conjugal, destes 64% eram mulheres e 36% homens.

Para Belo Horizonte, de acordo com a Pesquisa de Vitimização (CRISP, 2002), também se verificou predominância da vitimização feminina principalmente em relação às agressões mais intensas, com maior uso e abuso da força física. O tópico seguinte trará informações mais detalhadas sobre a vitimização doméstica/conjugal na cidade de BH, tendo-se como referência o ano de 2001.

A Vitimização Doméstica/Conjugal em Belo Horizonte

A Pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte (CRISP, 2002) contou com uma bateria de 19 questões aplicadas a maiores de quinze anos que tiveram pelo menos um parceiro nos últimos trinta dias anteriores a entrevista.

Para facilitar o estudo e impedir que números de casos absolutos reduzidos o inviabilizassem, as variáveis foram divididas em duas categorias: *Mediação de Conflito e Violência Doméstica - Agressão*. Cada uma destas categorias incorporou variáveis com graus de gravidade semelhantes.

Tabela 1 - Categorias de Violência Doméstica / Reações dos Parceiros em Momentos de Brigas e Discussões

Categoria: Mediação de Conflito	Frequência			Percentual		Taxa/100mil habitantes	
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Discutiu calmamente	943	998	1941	48,58	51,42	132,60	120,63
Procurou informações	679	688	1367	49,67	50,33	95,48	83,16
Trouxe alguém para ajudar	136	133	269	50,56	49,44	19,12	16,08
Ficou emburrado	695	719	1414	49,15	50,85	97,73	86,91
Retirou-se do quarto	290	386	676	42,90	57,10	40,78	46,66
Chorou	524	289	813	64,45	35,55	73,68	34,93
Total	3267	3213	6480	50,41	49,59	x	x

Categoria: Violência Doméstica - Agressão	Frequência			Percentual		Taxa/100mil habitantes	
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Xingou insultou	361	360	721	50,07	49,93	50,76	43,51
Fez/disse coisas para irritar	442	592	1034	42,75	57,25	62,15	71,56
Ameaçou bater, jogar coisas	92	123	215	42,79	57,21	12,94	14,87
Destruiu, jogou objetos	71	116	187	37,97	62,03	9,98	14,02
Jogou coisas em você	43	44	87	49,43	50,57	6,05	5,32
Empurrou, agarrou você	98	112	210	46,67	53,33	13,78	13,54
Deu tapa ou bofetada	51	73	124	41,13	58,87	7,17	8,82
Chutou, mordeu, deu murro	48	48	96	50,00	50,00	6,75	5,80
Bateu, tentou com objetos	30	28	58	51,72	48,28	4,22	3,38
Espancou	6	29	35	17,14	82,86	0,84	3,51
Estrangulou, sufocou	5	10	15	33,33	66,67	0,70	1,21
Ameaçou com faca, arma	12	21	33	36,36	63,64	1,69	2,54
Usou faca, arma	7	12	19	36,84	63,16	0,98	1,45
Total	1266	1568	2834	44,60	55,40	x	x

Nesta tabela estão somadas as respostas afirmativas para cada pergunta (aconteceu uma vez + aconteceu mais de uma vez) de modo que os resultados dizem respeito a pessoas vitimadas, pelo menos uma vez, no último ano.

Foi perguntado ao entrevistado(a) se, nos últimos doze meses, nas discussões e brigas entre ele(a) e o parceiro(a), este(a) reagiu tomando alguma das seguintes atitudes descritas no quadro a seguir, que apresenta ainda as frequências, percentuais e taxas das agressões sofridas de acordo com o sexo das vítimas:

As seis primeiras variáveis foram classificadas como *Mediação de Conflito*, uma vez que as reações nos momentos de desentendimento não configuravam agressões. As variáveis dessa categoria foram consideradas como reações, que buscavam mais o diálogo e a ajuda para resolver o conflito que causar danos físicos, morais ou psicológicos à pessoa para quem a reação fora dirigida. Nesta categoria houve equilíbrio nas reações de homens e mulheres, em quase todas as respostas, à exceção de duas:

- *Retirou-se do quarto* para qual 57,10% das mulheres disseram que o parceiro reagiu desta forma.
- E *Chorou* para qual 64,45% dos homens disseram que a parceira reagiu desta forma.

Do total de pessoas que foram receptoras dos tipos de reação que formam a categoria *Mediação de Conflito* 50,41% eram homens e 49,9% eram mulheres. Parece-nos que os dados acima poderiam indicar dois tipos distintos de comportamentos/

atitudes de gênero diante de situações onde se pretende mediar o conflito e evitar a escalada para agressões. Os homens apresentam um comportamento socialmente sancionado de “retirada”, com intuito de interrupção da discussão; enquanto as mulheres por sua vez, recorrem à outra atitude, sancionada ao feminino em nossa sociedade, que é “chorar”. Evidencia-se que metade da amostra interrompe, com atitudes claramente diferenciadas entre os sexos, a escalada da violência quando em situações de conflito.

Na categoria denominada *Violência Doméstica-Agressão*, formada pelas outras 12 variáveis, na qual ocorreram reações agressivas de intensidade crescente, a vitimização entre mulheres foi maior em todas as variáveis exceto em duas:

- O parceiro: *Xingou, insultou*, nesta variável 50,07% das vítimas foram homens.
- O parceiro: *Bateu, tentou bater com objetos*, nesta variável 51,72% das vítimas foram homens.

Entretanto, as mulheres foram:

- 82,86% das vítimas de *Espancamentos*;
- 66,67% das vítimas de *Estrangulamento e sufocamento*;
- 63,64% das vítimas de *Ameaças com faca ou arma*;
- 63,16% das vítimas com *Uso de faca ou arma*.

Do total de vítimas da categoria *Violência Doméstica — Agressão*, 55,40% eram mulheres. Ou seja, de fato fica claro que a violência doméstica/conjugal que se dá através de agressões no plano da força física inside mais sobre as mulheres.

Outra importante maneira de analisar dados sobre violência é a observação das taxas do fenômeno. Desta forma é possível controlar os efeitos das diferenças populacionais, possibilitando comparação. A partir de uma taxa por 100 mil habitantes, confirma-se que a vitimização feminina é maior, principalmente nas agressões intensas relacionadas ao uso de força física ou de arma. É expressiva a diferença na taxa de *Espancamento*: 0,84 por 100 mil habitantes entre os homens contra 3,51 por 100 mil habitantes entre as mulheres. Nas *Ameaças com faca ou arma*, a taxa entre os homens foi de 1,69 e entre as mulheres de 2,54 por 100 mil habitantes. A taxa de *Uso de faca ou arma* contra homens foi de 0,98 e de 1,45 por 100 mil contra mulheres.

Ainda utilizando a divisão das variáveis nas categorias *Mediação de Conflito e Violência Doméstica - Agressão*, foi criado um *Índice de Violência Doméstica*, que agrupou variáveis levando-se em conta a semelhança da gravidade da agressão bem como as frequências com que os eventos ocorreram. Assim sendo, o índice criado opera com duas grandezas: a) a frequência da ocorrência (uma vez ou mais) e b) um aumento na gravidade da violência perpetrada como se observa nas tabelas a seguir:

Tabela 2 - Variáveis Componentes do Índice de Mediação de Conflito e Violência Doméstica					
Grau		Grau Questões (reação/atitude dos parceiros)	Peso I	Peso II	Peso III
Mediação	Negociação	Vd3.1 (discutiu o problema calmamente); Vd2.2 (procurou informações para entender) e Vd2.3 (trouxe alguém para ajudar)	Não Aconteceu=0	Aconteceu (Aconteceu + aconteceu uma vez)=0,5	Aconteceu mais de uma vez=1,0
	Desistência	Vd2.5 (ficou emburrado); Vd2.6 (retirou-se) e Vd2.7 (chorou)	Não Aconteceu=0	Aconteceu (Aconteceu + aconteceu uma vez)=0,5	Aconteceu mais de uma vez=1,0
Violência doméstica	Ameaça	Vd2.4 (xingou ou insultou); Vd2.8 (fez ou disse coisas para irritar) e Vd2.9 (ameaçou bater ou jogar coisas)	Não Aconteceu=0	Aconteceu (Aconteceu + aconteceu uma vez)=0,5	Aconteceu mais de uma vez=1,0
	Grau I	Vd2.10 (destruiu, bateu, jogou, chutou objetos); Vd2.11 (jogou coisas); Vd2.12 (empurrou, agarrou) e Vd2.15 (bateu ou tentou bater com objetos)	Não Aconteceu=0	Aconteceu (Aconteceu + aconteceu uma vez)=0,5	Aconteceu mais de uma vez=1,0
	Grau II	Vd2.13 (deu tapa ou bofetada); Vd2.14 (chutou, mordeu ou deu murro); Vd2.16 (espancou); Vd2.17 (estrangulou ou sufocou); Vd2.18 (ameaçou com faca ou arma) e Vd2.19 (usou faca ou arma)	Não Aconteceu=0	Aconteceu (Aconteceu + aconteceu uma vez)=0,5	Aconteceu mais de uma vez=1,0

OBS: é importante enfatizar que o índice criado opera com duas grandezas: a) a frequência da ocorrência (uma vez ou mais) e b) um aumento na gravidade da violência perpetrada

Tabela 3 - Estatísticas Descritivas: Índices Criados						
	N	Varição	Mínima	Máxima	Media	Desvio Padrão
Índice de Ameaça	1227	0,0045	0,0075	0,2215	0,1233	0,0671
Índice de Grau I	304	0,0004	0,0039	0,073	0,0324	0,0188
Índice de Grau II	160	0,0003	0,0034	0,0659	0,0288	0,0174

Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

Como as variáveis de *Mediação de Conflito* não constituem reações geradoras de vitimização, será priorizada agora a categoria *Violência Doméstica-Agressão*, que caracteriza a violência doméstica propriamente, traçando-se o perfil das vítimas de acordo com sexo, idade, raça/cor e nível de escolaridade.

A Vitimização Conjugal Violenta em BH

Antes de iniciar a descrição do perfil das vítimas de violência doméstica em Belo Horizonte é importante salientar que testes de regressão linear entre as categorias de *Ameaça e Grau I* e as variáveis *Sexo, Faixa Etária, Raça, e Escolaridade*, e a categoria de *Grau II* e as *Variáveis Faixa Etária, Raça, e Escolaridade* não evidenciaram nenhuma correlação significativa. Entretanto, no caso do *Grau II*, foi detectada uma correlação positiva com o *sexo*. Apesar de ser fraca ($R=0,185$), a correlação indica que as mulheres foram mais vitimizadas nesse Grau.

Tabela 4 - Correlação entre Vítimas do "Sexo Feminino" e a Categoria "Violência Doméstica de Grau II"

Modelo 1	Coeficiente Padronizado d			Teste t
	B	Desvio Padrão	Beta	
Constante	0,19	0,004		4,307
Sexo Feminino	0,006	0,003	0,185	2,369

Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

Através de uma regressão logística também foi evidenciada uma forte correlação entre o sexo e a variável referente a *espancamento*. Observou-se que as mulheres têm 4,546 vezes mais chances de serem vítimas de espancamentos:

Tabela 5 - Chances de Sofrer Espancamentos por Sexo da Vítima

Regressão	Beta	Desvio Padrão	Wald	Graus de Liberdade	Significância Observada	Exponencial (b)
Constante	-5,77	0,42	188,55	1	0	0,003
Sexo	1,514	0,46	10,849	1	0,001	4,546

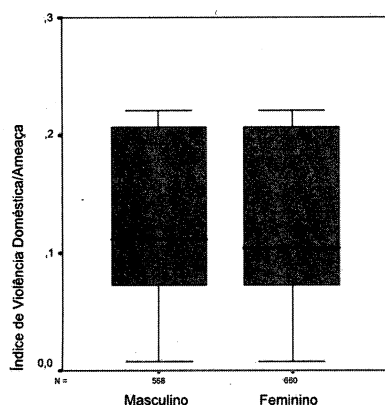
*Na Regressão Logística a variável sexo teve como referência valor 1 para masculino e valor 2 para feminino.
Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

Ainda que a correlação entre as categorias *Ameaça, Grau I e Grau II* e as variáveis *Sexo, Faixa Etária, Raça, e Escolaridade* (com exceção da variável *sexo e Grau II*) não tenham sido estatisticamente relevantes, sua descrição é de grande importância para que se tenha delineado o comportamento do fenômeno da violência doméstica conjugal em BH, no ano de 2001¹.



Perfil das Vítimas de Ameaça

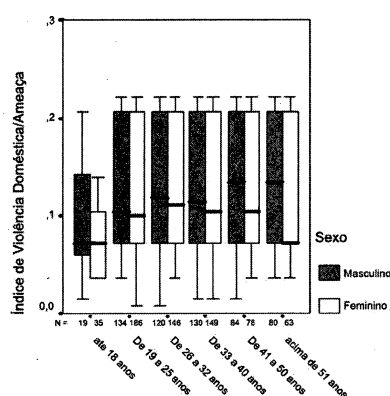
Gráfico 1 - Relação entre Vitimização do tipo Ameaças por Sexo das Vítimas



Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

A distribuição das vítimas de ameaça de acordo com o sexo é semelhante. Tanto para homens quanto mulheres a mediana fica em torno de 0,1 no *Índice de Violência Doméstica*. A maior parte das vítimas está concentrada entre valores de 0,1 e 0,2.

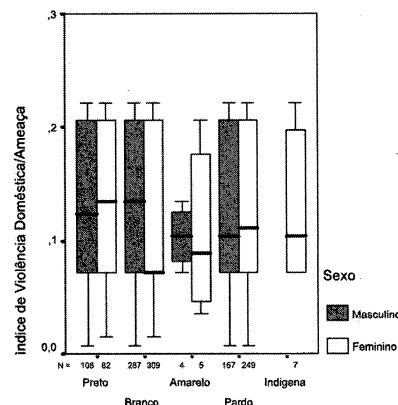
Gráfico 2 - Relação entre Vitimização do tipo Ameaças por Faixa Etária e Sexo das Vítimas



Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

Um primeiro ponto a destacar em relação à faixa etária das vítimas de ameaças é que, em todas as faixas, a mediana dos homens está em ponto pouco superior à das mulheres, sendo que esta diferença se acentua nas duas últimas faixas etárias. Ou seja, de uma forma geral, os homens sofrem um pouco mais de ameaças de vitimização que as mulheres, ameaças estas que se intensificam ligeiramente com o avançar da idade. Em segundo lugar, a faixa até 18 anos possui uma distribuição significativamente diferente das outras faixas, (que são bastante semelhantes entre si). Os homens vitimados nesta faixa aparecem com índice <0,1 chegando até aproximadamente 0,15. Já as mulheres aparecem em nível ainda mais baixo no índice, atingindo o ponto máximo em 0,1.

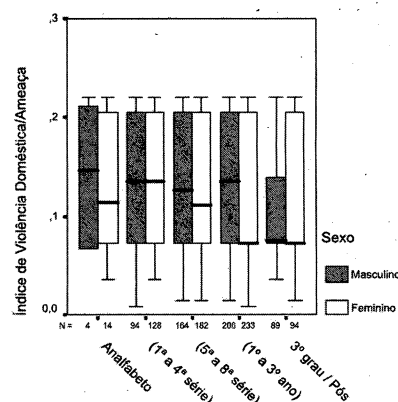
Gráfico 3 - Relação entre Vitimização do tipo Ameaças por Cor/Raça e Sexo das Vítimas



Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

Quanto à cor ou raça das vítimas é importante destacar que, com exceção de amarelos e indígenas, todas as demais categorias aparecem com índice que varia entre 0,08 e 0,2. No caso de pretos e pardos a mediana feminina é levemente superior à masculina. Entre os brancos cabe ressaltar que todas as vítimas mulheres alocam-se acima da mediana, ou seja, todas concentram-se em valores maiores que aquele que divide a amostra ao meio. Entre as vítimas que se classificaram como amarelas, as mulheres aparecem de maneira mais distribuída, com índice variando entre valores em torno de 0,05 e 0,17, enquanto os homens se concentram no índice entre 0,09 e 0,13. Desse modo, percebe-se que cor/raça não parece fator de influência significativo na vitimização doméstica violenta.

Gráfico 4 - Relação entre Vitimização do tipo Ameaças por Escolaridade e Sexo das Vítimas



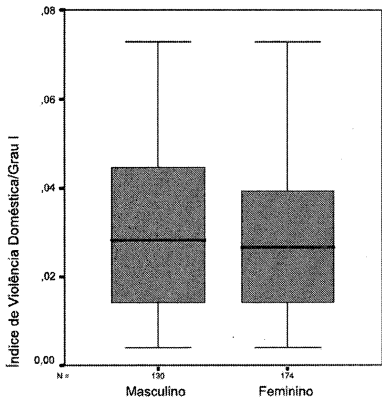
Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

Quanto à escolaridade das vítimas de ameaça, interessa destacar que em todas as categorias as vítimas de sexo feminino concentram-se em valores acima da mediana. Nas escolaridades equivalentes aos 2º e 3º graus todas estão acima da mediana. Entretanto, as medianas são maiores para as vítimas do sexo masculino, mantendo um índice em torno de 0,14. É importante salientar que a vitimização doméstica/conjugal via ameaças ocorre, com mais intensidade, entre pessoas com escolaridade equivalente ao 3º grau ou pós-graduação. Isto evidencia que, contrariando o senso comum, uma escolaridade alta e o acesso

a informações não está diretamente relacionada a um comportamento menos violento no que se refere às ameaças entre parceiros.

Perfil das Vítimas de Grau I

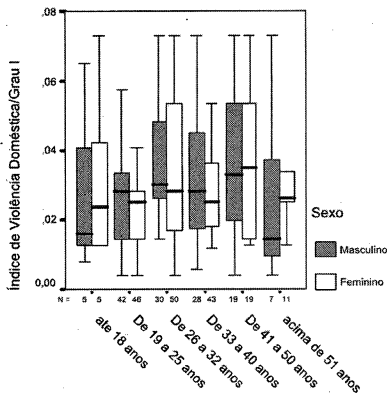
Gráfico 5 - Relação entre Vitimização de Grau I por Sexo das Vítimas



Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

No caso das agressões classificadas como Grau I existe certo equilíbrio entre homens e mulheres. Porém, percebe-se que a mediana dos homens é um pouco superior à das mulheres, o mesmo ocorre com a distribuição no índice em torno de 0,015 e 0,043 para homens e 0,015 e 0,038 para mulheres. Podemos, portanto, concluir que, de um modo geral, tanto mulheres quanto homens têm reações nas quais são utilizados principalmente objetos para tentar agredir ou agredir o companheiro (a), durante brigas e discussões.

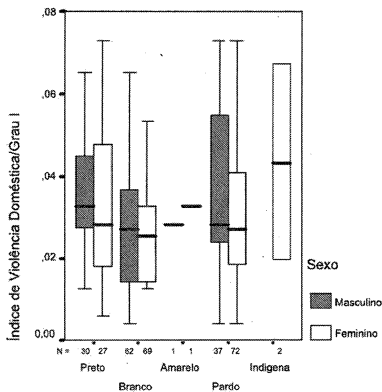
Gráfico 6 - Relação entre Vitimização de Grau I por Faixa Etária e Sexo das Vítimas



Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

A vitimização de Grau I se dá de maneira bastante heterogênea nas faixas etárias. Nas faixas: até 18 anos; de 26 a 32 anos e de 41 a 50 anos a amplitude da distribuição no índice é maior para o sexo feminino. O contrário ocorre nas faixas de 19 a 25 anos; de 33 a 40 anos e acima de 50 anos, não sendo possível identificarmos algum padrão diferente entre os sexos.

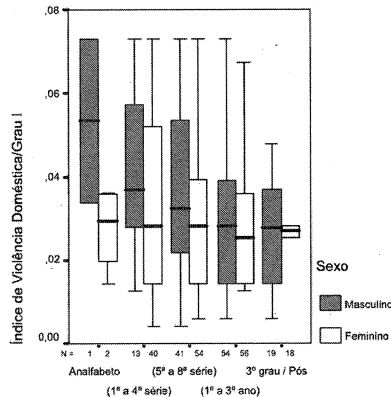
Gráfico 7 - Relação entre Vitimização de Grau I por Cor/Raça e Sexo das Vítimas



Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

Quanto à raça das vítimas de Grau I é importante destacar a inexistência de vítimas que se declararam amarelos e também de vítimas do sexo masculino que se declararam indígenas. As mulheres indígenas tiveram a maior amplitude no índice que variou em torno de 0,02 e 0,065. Entre os pretos, a mediana masculina teve valor superior à mediana feminina. Entretanto, as mulheres pretas atingiram um índice maior que o dos homens: 0,046, e 0,043 respectivamente. Brancos e pardos do sexo masculino possuem a mediana maior que a do sexo feminino, bem como apresentam índices maiores, aproximadamente 0,036 e 0,042 respectivamente.

Gráfico 8 - Relação entre Vitimização de Grau I por Escolaridade e Sexo das Vítimas



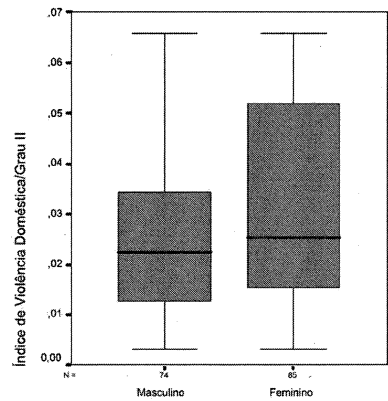
Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

A distribuição da vitimização de Grau I é semelhante entre os sexos para a escolaridade de 1º grau. Entre os homens, o índice varia em torno de 0,025 e 0,056; entre as mulheres o índice varia entre 0,015 e 0,053 (de 1ª a 4ª série) e de 0,015 a 0,039 (de 5ª a 8ª série). Destacam-se os valores encontrados para vítimas analfabetas e de 3º grau. Homens analfabetos atingiram o maior Índice de Violência Doméstica no Grau I, aproximadamente 0,074. Entre as mulheres analfabetas o valor máximo atingido no índice foi aproximadamente 0,019, sinalizando que, com-

parando os 2 sexos, os homens analfabetos são mais vitimados no Grau I. Entre as vítimas com 3º grau ou pós graduação, há uma predominância de vitimização masculina com índice que chega a 0,036. Entre as mulheres o índice variou entre 0,028 e 0,031. Neste caso, cabe destacar que o aumento da escolaridade refletiu-se em menor vitimização, principalmente entre as mulheres. Com relação às medianas cabe destacar que elas são maiores para vítimas de sexo masculino em todas as escolaridades.

Perfil das Vítimas de Grau II

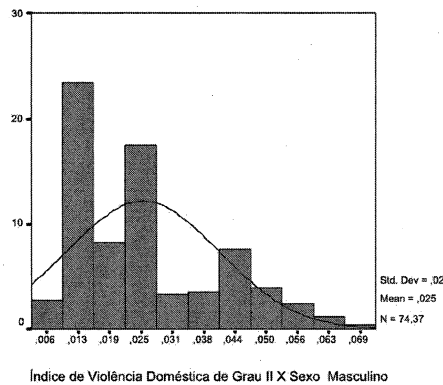
Gráfico 9 - Relação entre Vitimização de Grau II por Sexo das Vítimas



Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

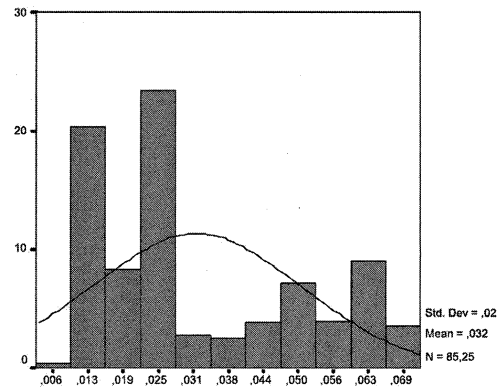
Se nos outros graus observava-se equilíbrio de vitimização entre os sexos, no caso do Grau II, que agrupa as agressões mais fortes, capazes até de gerar lesões corporais graves, ou a morte, a predominância das mulheres é clara. Enquanto a distribuição dos homens no índice varia entre aproximadamente 0,014 e 0,034, a das mulheres varia entre 0,016 e 0,051. Ou seja, há entre as mulheres uma amplitude consideravelmente superior, agravada pelo fato de que o valor mínimo é superior ao encontrado entre as vítimas do sexo masculino. Além disso, a mediana das mulheres é levemente superior à dos homens, sendo que a maior parte das vítimas do sexo feminino se encontra acima da mediana. Esta concentração da vitimização feminina nos pontos mais elevados do índice pode ser melhor observada nos histogramas a seguir:

Gráfico 10 - Vitimização de Grau II X Sexo Masculino



Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

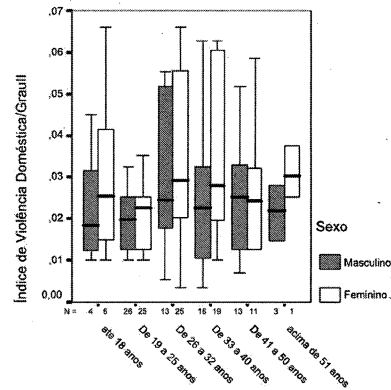
Gráfico 11 - Vitimização de Grau II X Sexo Feminino



Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

Vale ressaltar ainda, que o teste de Qui-quadrado (95% de confiabilidade) indicou uma associação significativa de 0,039 entre a variável sexo e o Índice de Violência Doméstica de Grau II.

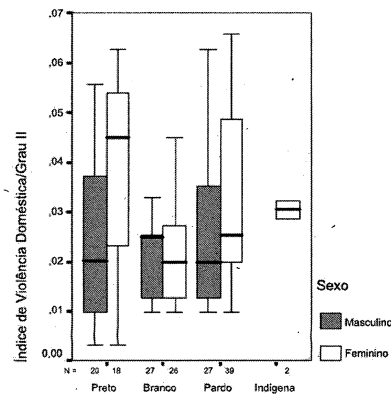
Gráfico 12 - Relação entre Vitimização de Grau II por Faixa Etária e Sexo das Vítimas



Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

Quanto à faixa etária destaca-se que as mulheres com idade entre 33 e 40 anos foram as vítimas de maior índice, chegando a aproximadamente 0,06. Nesta faixa etária, os homens vítimas se distribuíram entre valores aproximados de 0,01 e 0,032. Na faixa etária entre 26 e 32 anos mulheres e homens quase se equiparam chegando a 0,057 e 0,053 pontos, respectivamente. Neste Grau, tanto na faixa até 18 anos quanto na faixa acima de 51 anos as mulheres apresentaram índices bem mais elevados.

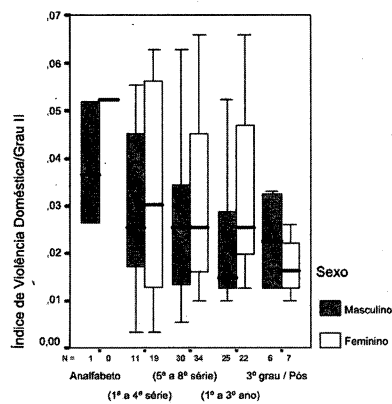
Gráfico 13 - Relação entre Vitimização de Grau II por Cor/Raça e Sexo das Vítimas



Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

As mulheres aparecem, também, com índices maiores de vitimização nas categorias preto e pardo. Entre as vítimas brancas esta diferença é menor, mas ainda persiste. Porém, deve-se destacar que todos os homens brancos concentram-se em valores abaixo da mediana enquanto que no caso das mulheres brancas isso acontece apenas com a metade. As mulheres pretas foram as que atingiram maior pontuação no índice, aproximadamente 0,055. Cabe salientar que, nesse caso, existe uma diferença acentuada entre a vitimização de brancos por um lado, e pretos e pardos por outro. Os primeiros apresentam índices bem menores que os últimos, sugerindo-nos, aqui, que raça é um elemento importante para a vitimização doméstica mais grave.

Gráfico 14 - Relação entre Vitimização de Grau II por Escolaridade e Sexo das Vítimas



Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002.

Quanto à escolaridade, um ponto importante é o fato de que não foram registradas vítimas analfabetas de sexo feminino. Entretanto, homens analfabetos apresentam uma distribuição expressiva no índice que vai de aproximadamente 0,028 a 0,053. O valor máximo do índice em relação à escolaridade foi atingido pelas mulheres de 1ª a 4ª série, com um valor aproximado de

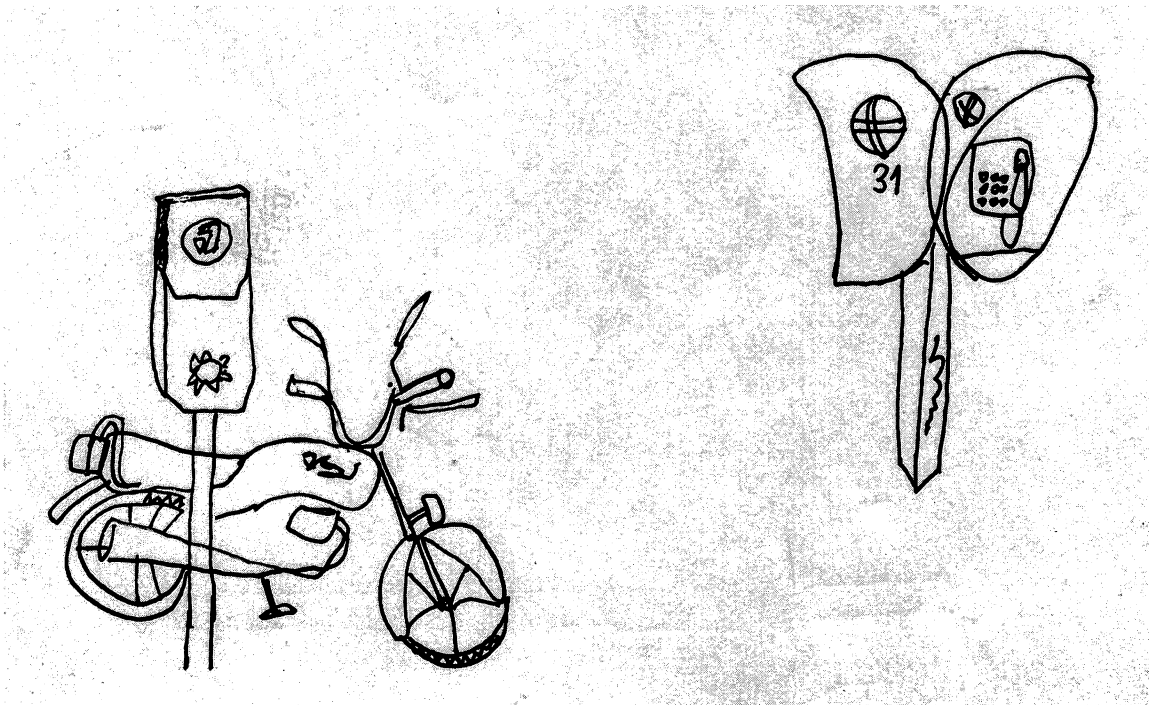
0,055. A vitimização atinge valores consideravelmente superiores entre as mulheres de 5ª a 8ª série e 2º grau. Já no caso de vítimas com 3º grau ou pós-graduação, os homens apresentam índice mais elevado, voltando a desmistificar o senso comum de que conhecimento seria um “filtro” a graus avançados de vitimização. É também importante registrar que, neste caso, surge a vitimização masculina.

Os Dados Oficiais X A Realidade

Os dados apresentados mostram que a vitimização doméstica/conjugal aumenta consideravelmente entre as mulheres quanto maior é a gravidade da agressão sofrida, principalmente quando ocorrem espancamentos, ameaças e uso efetivo de facas e/ou armas.

Através de uma comparação entre dados oficiais sobre violência doméstica (geradoras de “lesão corporal”) obtidos nos registros do Anuário Estatístico da Polícia Civil de Minas Gerais/2001, e aqueles obtidos na Pesquisa de Vitimização de Belo Horizonte/2002, foi determinada a chamada **cifra oculta** deste tipo de crime. A “cifra oculta” seria a diferença entre o número de crimes oficialmente relatados e aqueles computados no survey. Sua determinação é de extrema importância, já que um dos objetivos principais dos estudos de vitimização é, justamente, chegar a um número de ocorrências mais próximo do real, pois sabemos que, muitas ocorrências não são denunciadas.

Para Chegarmos à **cifra oculta** com relação a agressões que configurariam lesão corporal (de acordo com uma definição própria) em Belo Horizonte no ano de 2001 foi utilizado um fator de extrapolação que permite que o número de casos absolutos encontrados na amostra seja extrapolado para a população total. As variáveis da Pesquisa de Vitimização que, segundo definição própria, seriam causadoras de lesão corporal e que



por isso foram utilizadas para o cálculo da *cifra oculta* foram: *Destruiu, bateu jogou objetos; Jogou coisas; Empurrou, agarrou; Deu tapa, bofetada; Chutou, mordeu; Bateu, tentou bater; Espancou; Estrangulou; sufocou e Usou faca ou arma.*

Assim, para Belo Horizonte no ano de 2001, falando especificamente sobre agressões que configurariam lesão corporal temos uma diferença de 98,67% entre registros oficiais e números de vítimas encontradas na pesquisa. Ou seja, apenas 1,33% das ocorrências daquele ano teriam sido denunciadas à polícia.

Tabela 6 - "Cifra Oculta" de Lesão Corporal derivada de Violência Doméstica Conjugal em Belo Horizonte - 2001

Dados de Vitimização (Lesão Corporal/Extrapolada)	Dados Delegacias (LESÃO CORPORAL)	Diferença (%)
333.427	4.434 (1,33%)	328.993 (98,67%)

Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte, CRISP/2002 e Anuário estatístico da Polícia Civil de MG/2001.

Conclusão

Como apontam os estudos sobre violência doméstica/conjugal, a cidade de Belo Horizonte não foge à regra: mulheres são efetivamente mais vitimizadas, principalmente quando existe uso de força física. Além disso, a grande maioria dos casos não chegam a ser denunciados a polícia, o que certamente contribui para a re-vitimização. Entretanto, os dados apontam que em níveis de violência de menor intensidade como ameaças,

arremesso de objetos e tentativas de agressão física, surge uma incidência maior de vítimas do sexo masculino, principalmente entre jovens até 18 anos, idosos acima de 51 anos e homens de alta escolaridade. Estes dados merecem estudos mais aprofundados tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

É importante ressaltar que o recorte temporal (último ano anterior a entrevista - 2001) e a faixa etária englobada pelo *survey* (acima de 15 anos) pode ter deixado de fora pessoas que já passaram por situação de agressão conjugal há mais tempo e, também, pessoas que possuem parceiros apesar de serem menores que quinze anos.

Entretanto, ainda que possuam algumas limitações, os dados apresentados deixam clara a extensão e gravidade do problema, salientando a necessidade de que se produzam outros estudos e, principalmente, políticas públicas que visem à redução de situações de violência/dominação no lar. Além disso, abre espaço para que sejam propostas pesquisas de cunho mais qualitativo, que possam trabalhar especificamente a influência cultural sobre a definição dos gêneros feminino e masculino; bem como a estrutura patriarcal a que ainda estamos expostos e que influenciam o comportamento de vítimas e agressores deste tipo de violência, contribuindo para sua configuração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEATO, Cláudio C, ANDRADE, Mônica V, PEIXOTO, Betânia T. (2004), "Crime,oportunidade e vitimização". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 55:73-84.

CLADEM / UNIFEM. (2003),Balanço sobre esforços e atividades dirigidas a erradicar a violência contra as mulheres na América Latina e Caribe.

CHAUÍ, Marilena. (1985), "Participando do debate sobre mulher e violência". *Perspectivas Antropológicas da Mulher: sobre mulher e violência*, 4. Rio de Janeiro, Zahar

CRISP. (2003), *Atlas de Criminalidade de Belo Horizonte. Diagnósticos perspectivas e sugestões de programas de controle*. Belo Horizonte .

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. (2001), *Dossiê Violência Contra a Mulher. Panorama sobre a violência de gênero*.

GROSSI, M. P. (1994), "Novas/Velhas Violências Contra a Mulher no Brasil". *Estudos Feministas*, 2: 473-483.

LOURO, Guacira Lopes. (2001), *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. 4ª edição, Petrópolis, Vozes.

NJANE et. al. (1999), *A produção da (dês)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória*.

PESQUISA NACIONAL 2001 – Núcleo de Opinião publica. (2001), *A mulher brasileira nos espaços públicos e privado*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

PISCITELLI, Adriana. (2002), "Recriando a (categoria) mulher?". in Leila Algranti, (org), *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, Campinas, IFCH-Unicamp.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. (2001), *Gênero e Patriarcado*. Manuscrito

SAFFIOTI, Heleieth I. B. (2004), *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

SIEGEL, Larry J. (2004), *Criminology The Core*. 2ª Edição, Belmont-CA, Thomsom Wadsworth.

WELZER-LANG, Daniel. (2001), "A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia". *Estudos Feministas*, 9: 460-482.

Os Efeitos dos *Laços Fracos* Sobre os *Laços Fortes*: Uma relação entre Associativismo e Indicadores de Capital Social*

**Luciana
Conceição de
Lima**

Graduanda em
Ciências Sociais/
UFMG

Palavras-chave:
Capital Social; *Laços Fracos*; *Laços Fortes*; Redes de Relacionamento; Associativismo.

Key-words:
social capital;
weak ties; *strong ties*; nets of relationship; social participation.

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo verificar as influências de laços fracos, aqui denominados como participação em entidades, sobre laços fortes, mensurados como relações de vizinhança, a partir dos dados da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PRMBH – colhidos no ano de 2002. As abordagens de James Coleman e Mark Granovetter que delineiam visões distintas para capital social – aspecto da estrutura ou aspecto do indivíduo, respectivamente – e seus efeitos sobre a percepção do mesmo em relação à sua comunidade, dão origem à duas hipóteses, cada qual, em apoio a cada uma das referidas abordagens. O emprego do teste para o Qui-quadrado e de um modelo de regressão logística multinomial são as ferramentas utilizadas para testar as hipóteses de pesquisa levantadas.

ABSTRACT: This work has the objective of verifying the influences of the weak ties (here named as participation in entities) over the strong ties (measured as neighborhood relations) from the data of the “Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte” – PRMBH – harvested in 2002. The boarding of James Coleman and Mark Granovetter, which have distinct visions of social capital – structural aspects or individual aspects, respectively – and their effects on the individual perception of his/her community, originate two hypotheses supported by the two boarding above. This work, used the Qui-square test and one model of multiple logistic regression to test the hypotheses of our research.

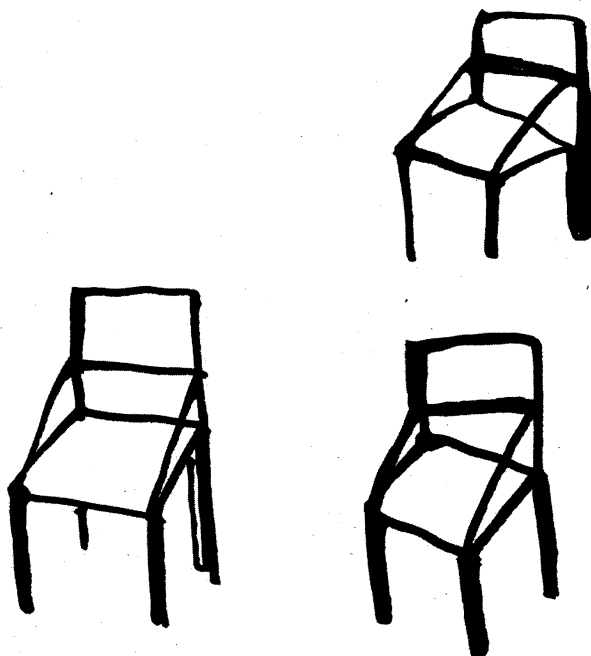
Introdução

O termo capital social tem sido articulado com várias dimensões sociais para explicar o porquê de alguns grupos e/ou indivíduos acessarem com maior facilidade certos recursos, tais como informações sobre emprego, acesso à educação, ou participação política. As redes de relacionamentos que produzem e reproduzem o capital social são os pontos de partida para entender uma das razões da não uniformidade da posse de certos bens materiais ou simbólicos, vis-à-vis as

inúmeras probabilidades de relações interpessoais que um único indivíduo ou uma organização pode estabelecer com outros tantos atores da vida social.

Sob o amparo da literatura, o presente trabalho dialoga com dois autores que ocupam lugar de destaque nessa área: James Coleman (1988, 1990) e Mark Granovetter (1973, 1995). Ambos concordam que é na esfera de relações sociais que o capital social se origina, porém enquanto o primeiro considera capital social como algo ine-

*Agradeço ao parecerista anônimo pelas sugestões que ajudaram a enriquecer esse trabalho, ao professor Jorge Alexandre Barbosa Neves pela orientação, aos colegas da bolsa PAD/Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e a Fabrício Mendes Fialho cujos comentários e atenção foram decisivos para a conclusão desse artigo.



rente à estrutura do grupo, o segundo defende o termo como recurso que pertence ao indivíduo para o alcance de seus objetivos pessoais, numa visão próxima à de Pierre Bourdieu.

Considerando a finalidade de ações, os relacionamentos que se estabelecem dizem muito a respeito de seu ambiente de origem. Tendo em vista esse aspecto, o presente trabalho contempla as diferenças naturais das relações que os atores estabelecem na vida social, bem como as influências que um tipo de relação exerce sobre a outra na posse ou na carência de certos recursos. A distinção que será feita entre as relações interpessoais terá como referência os conceitos de Mark Granovetter para *laços fracos* e *laços fortes*, que se diferenciam pela regularidade e pela intensidade das relações estabelecidas (GRANOVETTER, 1973). Os dados da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH) limitam a aplicação literal desses conceitos, todavia o que se pretende é aproximar as denominações desse autor para *laços fortes* e *laços fracos* aos indicadores de capital social (PRATES, 2001) que exprimem relações de vizinhança e ao associativismo, respectivamente.

Portanto, levando-se em consideração as duas abordagens para capital social, a de James Coleman e a de Mark Granovetter, o presente trabalho volta-se para o teste dos efeitos da vida associativa sobre as relações de vizinhança na Região Metropolitana de Belo Horizonte à luz dos dados da PRMBH.

Reflexão Sociológica Sobre A Escolha Dos Objetos

Antes de apresentar as abordagens de Coleman e Granovetter cabe uma breve reflexão sobre a importância de se pensar em indivíduos socialmente interdependentes. Esses dois autores fazem parte de uma geração de sociólogos e economistas preocupados em pensar as rela-

ções interpessoais como elementos incidentais à conduta e às instituições. Embora esses dois autores, conforme já mencionado, divirjam quanto ao ponto de alocação do capital social, ambos apresentam esse recurso como bem precioso à articulação da ação coletiva.

A Teoria Econômica Clássica e Neoclássica, bem como a Filosofia Política dos séculos XVII e XVIII contribuiriam para a formatação de um arcabouço teórico essencialmente individualista quanto à atuação dos atores. O fim do Antigo Regime e o despontar de uma economia de mercado baseado na livre e perfeita concorrência valorizaram a busca pela individualidade, caracterizando o que Coleman chama de "mito da sociedade moderna":

"This fiction is that society consists of a set of independent individuals, each of whom acts to achieve goals that are independently arrived at, and that the functioning of the social system consists of the combination of these actions of independent individuals". (COLEMAN, 1994, p.330).

Tanto o termo capital social introduzido por Glenn C. Loury na abordagem econômica e incorporado por Coleman, quanto o argumento do *embeddedness* de Granovetter apresentam-se como *link* entre os níveis micro e macro da teoria sociológica e econômica. Coleman destaca como importante propriedade do capital social a eficiência desse recurso para o alcance de certos benefícios que se encontram total ou parcialmente sobre o controle de outros indivíduos. (COLEMAN, 1994). Valorizando a reciprocidade das ações que se preservam pelo depósito mútuo de confiança entre os atores, Coleman delineia uma estratégia teórica para a introdução da estrutura social aos paradigmas da escolha racional (COLEMAN, 1988), visto que, nesse caso, a racionalidade pressupõe a cooperação mútua entre aqueles que se relacionam:

"Esta formulação de Coleman encontra suas bases na teoria de redes, onde a idéia central é a de que o comportamento do indivíduo, muito mais do que guiado por interesses próprios ou pressionado por normas culturais está alicerçado na rede de relações sociais que ele estabelece e/ou mantém." (FIALHO, 2004, p.33).

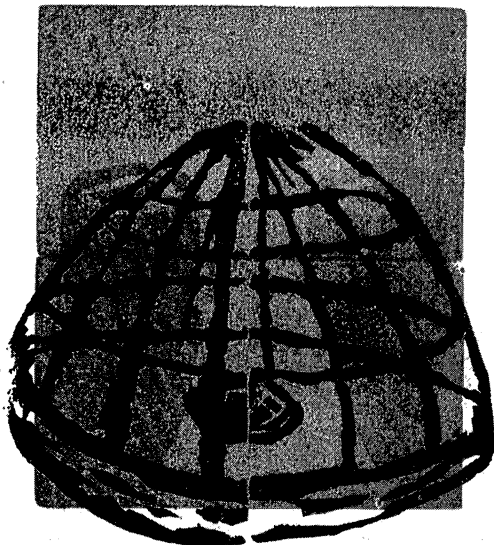
Seguindo essa mesma tendência, Granovetter apresenta o termo *embeddedness*, como o argumento de que as ações humanas e as instituições são influenciadas pelas relações sociais. (GRANOVETTER, 1995):

*"actors do not behave or decide as atoms outside a social context, nor do they adhere slavishly to a script written for them by the particular intersection of social categories that they happen to occupy. Their attempts at purposive action are instead embedded in concrete, ongoing systems of social relations"*² (GRANOVETTER, 1985, p.487).

Granovetter não emprega explicitamente o termo capital social, mas destaca a importância de redes de relacionamento para que o indivíduo se aproprie de meios para o alcance de certos

1. "Este mito é que a sociedade consiste em um lugar de indivíduos que agem de forma independente para o alcance de suas metas, e que o funcionamento do sistema social consiste na combinação dessas ações independentes"

2. "Atores não se comportam ou tomam decisões como átomos fora de um contexto social, nem aderem compulsoriamente a um roteiro escrito para eles pela particular interseção de categorias sociais que eles vêm a ocupar. Eles tentam em ações intencionais, estar inseridos em sistemas concretos de relações sociais existentes".



objetivos, que de outra forma, não poderiam ser alcançados livres de maiores custos.

As redes de relacionamento são, portanto, meios maximizadores da disponibilidade de recursos para a realização dos mais variados fins. A vida associativa e as relações de vizinhança, ambas referenciadas no presente trabalho, são exemplos de como tais redes podem ser formadas e caracterizadas de acordo com a especificidade dos vínculos que são estabelecidos. O reverso também constitui dado relevante, visto que a não-associação e a não-interação do indivíduo com sua vizinhança denotam diferenças cruciais de posse e/ou carência de bens materiais e simbólicos em relação àqueles que mantêm ativos seus respectivos laços.

Se for nas relações sociais que o indivíduo acessa o capital social, que por sua vez lhe servirá de recurso, fica evidente que quanto maior o número de relações estabelecidas maiores as chances de se conhecer as pessoas certas de modo a satisfazer convenientemente os desejos práticos da vida cotidiana. A seguir, apresentam-se as abordagens de James Coleman e Mark Granovetter e a divergência que fomenta esse trabalho: aonde se aloca o capital social? No indivíduo que o incorpora ou na estrutura que o abriga?

Abordagens Teóricas

1- Coleman: Capital Social Como Recurso Coletivo

O alcance do recurso capital social é posta a termo por James Coleman (1988) como resultado da escolha racional – livre dos excessos individualistas da teoria econômica³ – e seletiva dos indivíduos, mas que no entanto é um tipo de capital inerente à estrutura das relações interpessoais, ou seja, só pode ser apropriado em grupo, não passível de ser internalizado por aquele que mobiliza a rede:

*"[Social capital] is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors (...) within the structure. Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that in its absence would not be possible. (...) Unlike other forms of capital, social capital inheres in the structure of relations between actors. It is not lodged either in the actors themselves or in physical implementes of production."*⁴ (COLEMAN, 1988, p.98).

O autor ilustra a sua abordagem para capital social citando o exemplo de uma comunidade judaica de Nova York que comercializa pedras preciosas. Os membros desse grupo freqüentam a mesma sinagoga, vivem no mesmo bairro e caracterizam um grupo tipicamente fechado. Observa-se que os laços de ordem familiar, religiosa e comunitária que os unem produzem a

segurança necessária para que o comércio das pedras preciosas seja facilitado e ocorra, com a única garantia de que as jóias não serão roubadas ou substituídas por pedras falsas, pela confiança produzida por esses laços. (COLEMAN, 1988). Esse exemplo denota a idéia de capital social como algo que pertence à comunidade e não a um único indivíduo, além de demonstrar a importância dos sentimentos de confiança e reciprocidade para manter o equilíbrio do grupo.

Com respeito às obrigações, expectativas e confiabilidade das estruturas que foram ilustradas no exemplo acima, essas são caracterizadas por Coleman (1988) como uma das formas possíveis de capital social. De acordo com o autor, em algumas estruturas sociais os indivíduos parecem depender mais uns dos outros, enquanto que em outras, os indivíduos demonstram ser mais auto-suficientes. No primeiro caso, cada vez em que um indivíduo realiza algo em benefício de alguém, cria-se naquele que oferta/auxílio a expectativa em ser retribuído e, naquele que é auxiliado, a obrigação em agir de forma recíproca. Os indivíduos acumulariam créditos e débitos em suas relações que seriam honradas pela confiança necessária existente entre as partes envolvidas. Na segunda forma de estrutura social, os créditos e as dívidas entre os indivíduos tenderiam a serem menores em função da menor dependência entre aqueles que se relacionam, e a confiabilidade do meio social assumiria papel essencial para garantir que as obrigações fossem devidamente cumpridas.

Segundo Coleman seja qual for a estrutura, quanto maior o nível de obrigações que perduram através do tempo entre os indivíduos, maior o estoque de capital social disponível ao grupo:

*"Whatever the source, however, individuals in social structures with high levels of obligations outstanding at any time have more social capital on which they can draw. The density of outstanding obligations means, in effect, that the overall usefulness of the tangible resources of that social structure is amplified by there availability to others when needed."*⁵ (COLEMAN, 1988, p.103).

Com base nos argumentos apresentados, observa-se que o autor interpreta capital social como recurso da estrutura que proporciona um maior bem-estar para seus integrantes. Quanto maior o estoque de capital social de um grupo, maiores serão também as chances de que a ação coletiva se efetue e de que os benefícios se disponibilizem para o acesso de seus membros. Sendo assim, a percepção positiva que um grupo tem sobre seu ambiente estaria ligada à maior ou menor posse de capital social em seu interior.

2- Granovetter: Capital Social Como Recurso Individual

Sem empregar explicitamente o termo "capital social" para denominar o conjunto de bens pertencentes a um grupo e passíveis de serem internalizados pelos indivíduos, Mark Granovetter

3. Em trabalhos recentes – "Social Theory, Social Research and a Theory of Action" e "Individual Interest and Collective Action", – Coleman discute a importância de se desenvolver uma teoria que combine tanto a proposição da sociologia de que os atores são socializados e agem segundo normas, papéis e obrigações, quanto a premissa econômica de que o ator age de forma independente visando o máximo de satisfação particular. A ferramenta conceitual que funcionaria, ao mesmo tempo como *link* e crítica entre e para essas duas vertentes teóricas, seria a própria noção de capital social.

4. "O capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de entidades que apresentam duas características: todos eles compreendem alguns aspectos da estrutura social e também facilitam certas ações dos atores dessa estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produzido, facilitando o alcance de certos fins que na ausência do mesmo não seria possível alcançar. (...) Ao contrário de outras formas de capital, o capital social é inerente à estrutura de relações entre atores e não se encontra alocado nem nos indivíduos e nem nos implementos físicos de produção."

5. "De qualquer forma, qualquer que seja a origem, aqueles indivíduos dentro de estruturas sociais com altos níveis de obrigações dispõem de maior estoque de capital social. A densidade das obrigações significa que o proveito total desses recursos para aquela estrutura é ampliado quando os mesmos encontram-se disponíveis para outros indivíduos."

(1973,1995) apresenta-se na literatura como um dos primeiros a explorar os recursos captados em redes de relacionamentos na perspectiva da procura de emprego e da ascensão profissional. No entanto, as atenções do presente trabalho se dirigem para a visão distinta desse autor em relação à abordagem de Coleman para capital social e para as suas definições para *laços fracos* e *laços fortes*.

Conforme expresso no parágrafo anterior, na abordagem de Granovetter o capital social apresenta-se como recurso individual. Os laços de relacionamentos, potenciais ou efetivos, são apresentados pelo autor como peças decisivas para o indivíduo alcançar seus propósitos, vis-à-vis a motivação e o poder necessários de seus contatos para que suas demandas sejam atendidas.

Granovetter (1973) classifica tais laços de relacionamentos em *laços fortes* (*Strong ties*) e *laços fracos* (*Weak ties*). Ambos são postos a termo pelo autor para diferir, respectivamente, aqueles relacionamentos da esfera íntima do indivíduo (amigos próximos e família – os *laços fortes*) daqueles contatos que são externos ao círculo imediato de parentes e amigos (os *laços fracos*). O poder de influência de um e outro sobre o indivíduo e, conseqüentemente, sobre as chances de se colher as melhores informações para o alcance de seus fins, são também marcadas como distintas, principalmente em relação ao fluxo de informações propagadas e ao número de pessoas que se tornam receptoras potenciais dessas notícias.

Granovetter define em *The Strength of Weak Ties* (1973) a noção intuitiva para laço interpessoal como a probabilidade linear de que tempo, intimidade, conteúdo emocional e reciprocidade se combinem e caracterizem o laço. Pressupondo que esse arranjo apresenta-se em ponto ótimo nos *laços fortes*, e em ponto mínimo nos *laços fracos*, espera-se que novos contatos estabelecidos por ambos os grupos sigam a tendência que caracteriza um e outro:

*"Thus, if strong ties connect A to B and A to C, both C and B, being similar to A, are probably similar to one another, increasing the likelihood of a friendship once they have met. Applied in reverse, these two factors —time and similarity— indicate why weaker A-B and A-C ties make a C-B tie less likely than strong ones: C and B are less likely to interact and less likely to be compatible if they do"*⁶. (GRANOVETTER, 1973, p.1362)

Se por um lado os *laços fracos* perdem em consistência, por outro ganham em habilidade de estabelecerem ligações com contatos mais longínquos do que aqueles que os *laços fortes* conseguem alcançar. Granovetter (1973) apresenta como *pontes* os próprios *laços fracos* que indiretamente conectam vários pontos da rede via fluxo de informações no interior da mesma. A transmissão de notícias que se efetua nesse caso, atinge potencialmente um maior número de

indivíduos, apresentando uma relação direta com o número de intermediários entre a origem e o destino da informação, e uma relação inversa com o grau de densidade – em que medida a interação é regular e intensa - entre os contatos. (GRANOVETTER, 1973).

Com base nessas proposições, pode-se inferir que os contatos estabelecidos via *laços fracos* não se justapõem aos contatos estabelecidos pelos *laços fortes*, ou seja, quanto mais o indivíduo estabelece relações pautadas sobre *laços fracos*, suas probabilidades de procurar por um *laço forte* diminuem.

A respeito dos *laços fortes* ou laços social-familiares, o autor demonstra através de um *survey* aplicado entre trabalhadores em Massachusetts nos Estados Unidos (GRANOVETTER, 1995), que os indivíduos da amostra consultavam menos seus parentes e amigos próximos para obterem informações sobre emprego do que a seus meros conhecidos (ou seja, recorrem primeiramente às suas redes de laços fracos). A explicação de Granovetter para esse resultado é a de que isso se trata da primazia da estrutura sobre a motivação, pois embora os vínculos sejam mais estreitos nos laços social-familiares, e em razão disso espera-se que a motivação para que o indivíduo procure ou ajude a um dos seus seja maior, o volume expressivo de oferta e de ofertantes que estão para além do círculo imediato de relações faz a diferença e atrai um maior número de preferências. Ainda segundo o autor, os *laços fortes* seriam mais acionados entre indivíduos jovens e entre indivíduos em situação de pressão particular – no caso do *survey* analisado, momentos de desemprego – pois em ambos os casos esperam-se que a segurança de um vínculo afetivo funcione como medida extra-ordinária para superar tanto a fase da iniciação profissional quanto a falta de emprego.

Esses exemplos são úteis para entender que a abordagem de Granovetter para capital social parte da proposição de que esse recurso que o indivíduo internaliza é utilizado para a satisfação pessoal, sem que a coletividade ganhe com isso melhores condições para agir em prol de seus interesses. Portanto, a comunidade não se beneficiaria com o abrigo de relações interpessoais geradoras de capital social, uma vez que haveria um distanciamento do indivíduo em relação ao seu grupo na medida em que ele estabelecesse relações para além das fronteiras de seu núcleo de origem, o que produziria, então, efeitos negativos das relações externas sobre aquelas relações internas ao grupo.

Operacionalizando Conceitos: Capital Social, Laços Fortes e Laços Fracos

As páginas precedentes trouxeram dois conceitos distintos para capital social. Serão consideradas nesse trabalho as duas idéias conflituosas

6. "Assim, se *laços fortes* conectam A até B e A até C, e se ambos, C e B, são similares a A, esses *laços* são provavelmente similares a um outro, aumentando a probabilidade de mais um relacionamento uma vez que os indivíduos tenham sido apresentados. Pelo contrário, esses dois fatores - tempo e similaridade - indicam porque a fragilidade dos *laços* que unem A-B e A-C fazem com que o laço que une C-B seja menos provável de ser forte: C e B são menos propensos a interagir e a serem compatíveis se ambos são igualmente fracos"

tantes: a de James Coleman que entende capital social como recurso inerente à estrutura e que eleva a percepção positiva do indivíduo em relação à sua comunidade, e a de Granovetter, que define esse recurso como bem que o indivíduo internaliza para a realização de suas metas, e que contudo não provoca percepções positivas dos membros em relação ao seu grupo.

Apoiando-se nos trabalhos de Mark Granovetter (1973,1998) serão utilizadas como modelo as definições desse autor para *laços fortes* (*Strong ties*) e para *laços fracos* (*Weak ties*). Não há, conforme já explicado, meios de operacionalizar literalmente esses conceitos a partir dos dados da PRMBH. Tendo em vista a noção de densidade lançada por Granovetter que mede a regularidade e a intensidade das relações, considerarei como *laços fortes* as relações de vizinhança que se expressam através dos indicadores de capital social, e como *laços fracos* a participação do indivíduo em entidades. O presente trabalho entende que as relações entre vizinhos são menos ocasionais do que as relações do indivíduo em entidades, e portanto, aproximam-se mais dos *laços fortes*, enquanto que as últimas se aproximam mais dos *laços fracos*.⁷

Hipótese de Pesquisa

De posse da argumentação teórica apresentada acerca do debate entre Coleman e Granovetter, o problema de pesquisa fica assim definido:

Apoio a Granovetter:

"O estabelecimento de laços fracos, como a participação em entidades produz efeitos negativos sobre laços mais fortes, como as relações de vizinhança".

Apoio a Coleman:

"O estabelecimento de laços fracos, como a participação em entidades produz efeitos positivos sobre laços mais fortes, como as relações de vizinhança".

Metodologia

A metodologia empregada para testar as hipóteses apresentadas define-se na seguinte forma:

1º) Para testar se os *laços fracos* - participação em entidades - produzem de fato efeitos negativos sobre os *laços fortes* - as relações de vizinhança (indicadores de capital social) -, será utilizado o teste para Qui-quadrado para verificar a dependência ou a independência entre esses dois tipos de laços.

As variáveis ficam assim especificadas:

Variável independente

- Participação em entidades - (*dummy*). Não participa = 0 e Participa = 1.

Variáveis dependentes

Relações de Vizinhança - Indicadores de capital social:

- Q.8. Sensação de pertencimento em relação à vizinhança;
- Q.9. Se possui amigos na vizinhança;
- Q.10. Frequência com que conversa com vizinhos;
- Q.11. Frequência com que troca gentilezas com vizinhos;
- Q.12a. Confiança nos vizinhos;
- Q.12b. Se os vizinhos são prestativos.

2º) O teste da hipótese de que o estabelecimento de laços fracos produz efeitos positivos sobre laços mais fortes, partirá da proposição de que a percepção do indivíduo em relação à sua comunidade pode apresentar resultados diferentes quando há o controle da relação entre *laço forte* e *laço fraco* por outras variáveis. Destarte, será empregado um modelo de Regressão Logística Multinomial para verificar o efeito da participação em entidades sobre a frequência com que um indivíduo troca gentilezas com seus vizinhos (relações de reciprocidade), controlados pela escolaridade.

Variáveis independentes

- Participação em entidades: (*dummy*). Não participa = 0 e Participa = 1.
- Escolaridade do indivíduo (em anos).

Variável dependente

- Frequência com que troca gentileza com vizinhos: 1-Sempre, 2-Às vezes, 3-Raramente, 4-Nunca.
- Grupo de referência: 1-Sempre. Indivíduos que sempre trocam gentilezas com seus vizinhos.
- O cálculo do percentual dos efeitos da participação em entidades e da escolaridade sobre a troca de gentileza entre vizinhos, obedece a seguinte fórmula: $[(e^b - 1) \times 100]$.
- Modelo estimado: Frequência com que troca gentileza com vizinhos:
 $\text{Log} [p(Y=j) | (X=i) / p(Y=1) | (X=i)] = \hat{\beta}_0 + \hat{\beta}_1 (\text{Escolaridade}) + \hat{\beta}_2 (\text{Participação em entidades})$

Resultados

Na tabela 1 pode-se observar queda na tendência de sensação de pertencimento em relação à vizinhança entre aqueles que participam de alguma entidade. O coeficiente de Pearson foi de 0,08, o que indica uma relação de dependência entre as variáveis.

7. O significado de "vizinhança" pode sofrer variações de um ambiente à outro, o que talvez poderia ser melhor controlado comparando-se comunidades afins - bairro com bairro, vila com vila, por exemplo. Porém, o recorte metodológico adotado impede tal exercício, o que por sua vez não compromete os esforços do presente trabalho em buscar por generalizações dos efeitos dos *laços fracos* sobre os *laços fortes*.

Tabela 1 - Resultado do teste do Qui-Quadrado
Sensação de pertencimento em relação à vizinhança

		Você se sente em casa neste bairro/vila	Este bairro/vila é apenas um lugar para morar	Se pudesse você mudaria desse bairro	Total	Coeficiente de Pearson: 4,868
Participa em entidade	Sim	115 60,5%	35 18,4%	40 21,1%	190 100%	
	Não	125 56,6%	30 13,6%	66 29,9%	221 100%	Valor p (sig): 0,088*
	Total	240 60,5%	65 15,8%	106 25,8%	190 100%	

	Value	df	Asymp. Sig
Pearson Chi-Square	4,868	2	,088

Obs: Coeficiente significativo para teste unilateral
Fonte: PRMBH, 2002.

O percentual de indivíduos que se sentem em casa no bairro/vila em que moram foi de 56,6% para aqueles que participam de alguma entidade, 13,6% para aqueles que considera seu bairro/vila como apenas um lugar para se morar, e 29,6% para os que se pudessem mudariam daquela localidade. Esses dados revelam que a participação em entidades não produz, necessariamente, efeitos positivos de sensação de pertencimento na amostra em análise, uma vez que o percentual de indivíduos que participam de alguma entidade eleva-se entre as duas últimas assertivas – “Este bairro/vila é apenas um lugar para se morar” (13%) e “Se pudesse você mudaria desse bairro/vila” (56,6%).

A tabela 2 reforça o raciocínio de que o estoque de capital social de uma determinada comunidade não implica necessariamente em percepção positiva da mesma.

Tabela 2 - Resultado do teste do Qui-Quadrado
Frequência com que troca gentileza com os vizinhos

		Sempre	Às vezes	Raramente	Nunca	Total	Coeficiente de Pearson: 11,689
Participa em entidade	Sim	62 32,8%	67 35,4%	40 21,2%	20 10,6%	189 100%	
	Não	71 32,1%	49 22,2%	63 28,5%	38 17,2%	221 100%	Valor p (sig): 0,008
	Total	133 32,4%	116 28,3%	103 25,1%	58 14,1%	410 100%	

	Value	df	Asymp. Sig
Pearson Chi-Square	11,698	3	,008

Fonte: PRMBH, 2002.

Confirmada a relação de dependência entre as duas variáveis pela significância do Coeficiente de Pearson (0,008), observa-se que a frequência de indivíduos que participam de algum tipo de entidade decresce entre aqueles que declaram trocar gentileza com seus vizinhos – “Sempre” (32,1%) e “Às vezes” (22,2%). O número de participantes de entidades aumenta (28,5%) no grupo seguinte – opção “Raramente” – e volta a decrescer no grupo dos que nunca trocam gentileza com seus vizinhos. As relações de reciprocidade como

nesse caso as de gentilezas, não ganhariam consistência com o acúmulo de capital social naquela comunidade, como pressupõe a teoria de Coleman.

As tabelas seguintes não apresentaram Coeficientes de Pearson significativos para confirmar se as variáveis são dependentes ou independentes entre si. As observações que se seguem são baseadas apenas na orientação da distribuição das frequências.

Tabela 3 - Resultado do teste do Qui-Quadrado
Confiança nos vizinhos

Pode-se confiar nas pessoas desse bairro/vila:		Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda totalmente	Discorda em parte	Total	Coeficiente de Pearson: 1,196
Participa em entidade	Sim	25 19,9%	81 43,1%	58 30,9%	24 12,8%	188 100%	
	Não	24 10,9%	91 41,2%	78 35,6%	28 12,7%	221 100%	Valor p (sig): 0,074
	Total	49 12%	172 42,1%	136 33,3%	52 12,7%	409 100%	

	Value	df	Asymp. Sig
Pearson Chi-Square	1,196	3	,764

Fonte: PRMBH, 2002.

Na tabela 3 observa-se que a frequência de indivíduos que concordam totalmente que as pessoas de seu bairro são confiáveis é bem próxima entre aqueles que participam e aqueles que não participam de entidades, com ligeira vantagem para aqueles que não participam (13,3% contra 10,9%). Na medida em que os respondentes expressam cada vez menos confiança – “Concorda em parte”, “Discorda em parte” e “Concorda totalmente” – o percentual de participantes supera o percentual de não participantes em entidades.

Na tabela 4 os resultados são bem semelhantes quanto à orientação das distribuições das frequências:

Tabela 4 - Resultado do teste do Qui-Quadrado
Vizinhos Prestativos

As pessoas desse bairro/vila são pessoas muito prestativas:		Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente	Total	Coeficiente de Pearson: 0,708
Participa em entidade	Sim	56 29,9%	81 43,3%	44 23,5%	6 3,2%	187 100%	
	Não	68 31,3%	86 39,6%	54 24,9%	9 4,1%	217 100%	Valor p (sig): 0,871
	Total	124 30,7%	167 41,3%	98 24,3%	15 3,7%	404 100%	

	Value	df	Asymp. Sig
Pearson Chi-Square	1,196	3	,764

Fonte: Dados do BHÁreaSurvey, 2002

Entre aqueles indivíduos que concordam totalmente que seus vizinhos são prestativos, o maior percentual (31,3%) participa de alguma entidade. Em seguida, na direção da total discordância da assertiva, o número de participantes também aumenta em relação ao número dos não-participantes.

Na tabela 5 encontrou-se que dentre aqueles que participam de entidades, a maioria (48%) tem o hábito de conversar todos ou quase todos os dias com seus vizinhos. Quanto menos os respondentes declararam conversar com seus vizinhos – “Semanalmente”, “Mensalmente”, “Quase nunca” – o número de pessoas que participam de entidades é maior, salvo na opção “Mensalmente” que apresentou empate de 17% com a assertiva “Quase Nunca”.

Tabela 5 - Resultado do teste do Qui-Quadrado
Frequência com que conversa com vizinhos

		Todos os dias ou quase todos	Semanalmente	Mensalmente	Quase nunca	Total	Coeficiente de Pearson:
Participa em entidade	Sim	87 50,6%	54 31,4%	17 9,9%	14 8,1%	172 100%	
	Não	94 48,5%	66 34%	17 8,8%	17 8,8%	194 100%	Valor p (sig): 0,932
	Total	181 49,5%	120 32,8%	34 9,3%	31 8,5%	366 100%	

	Value	df	Asymp. Sig
Pearson Chi-Square	,440	3	,932

Fonte: Dados do PRMBH, 2002

Por fim, os resultados da tabela 6 mostram que tanto entre aqueles que disseram participar de alguma entidade quanto aqueles que declararam não participar, a grande maioria apontou ter amigos na vizinhança ou região próxima.

Tabela 6 - Resultado do teste do Qui-Quadrado
Presença de amigos na vizinhança

		Presença de amigos na vizinhança			Coeficiente de Pearson:
Participa em entidade		Sim	Não	Total	
	Sim	173 91,1%	17 8,9%	190 100%	Valor p (sig): 0,292
	Não	195 87,8%	27 12,2%	222 100%	
Total		368 89,3%	44 10,7%	412 100%	

	Value	df	Asymp. Sig
Pearson Chi-Square	1,109	1	,292

Fonte: Dados do PRMBH, 2002

Teste Qui-Quadrado

As tabelas 1 e 2 apresentaram evidências de que o estabelecimento de laços mais fracos como a participação em entidades produz efeitos contrários sobre laços mais fortes, como as relações de vizinhança. A teoria de Coleman para capital social enquanto recurso da estrutura que beneficia à coletividade e produz sensações positivas de pertencimento, não pode, entretanto, ser excluída das análises, uma vez que pode haver outros fatores que em conjunção com a participação em entidades produzam efeitos de sensação positiva do indivíduo em relação à vizinhança.

A fim de testar a hipótese de apoio à Coleman, os resultados da Tabela 7 nos mostram que, controlando por anos de estudo, os indivíduos que participam de alguma entidade possuem uma relação de troca maior com a sua vizinhança (considerando os resultados significantes que foram dos grupos “Nunca” e “Raramente”) do que aqueles que não participam:

Tabela 7 - Resultado do Modeli de Regressão Multinomial
Grupo de referência: Sempre troca gentilezas com os vizinhos

Frequência com que troca gentilezas com os vizinhos		B	Sig	Exp(B)	%
Nunca	Anos de Escolaridade	0,086	0,038	1,090	9,0
	Participação em entidades	-0,696	0,042	0,499	-50,1
Raramente	Anos de Escolaridade	0,103	0,001	1,109	10,9
	Participação em entidades	-0,566	0,047	0,568	-43,2
As vezes	Anos de Escolaridade	0,057	0,007	1,058	5,8
	Participação em entidades	0,338	0,212	1,403	40,3

Cox end Snell	Nagelkerke	McFadden
,058	,062	,022

Fonte: Dados da PRMBH, 2002

Cada ano a mais de escolaridade aumenta em 9% as chances do indivíduo em nunca estabelecer relações de troca com seus vizinhos em relação àqueles que sempre agem dessa forma com as pessoas de sua vizinhança, e que esse percentual sobe para 10,8% quando se compara os que raramente trocam gentileza com o grupo de referência. Quando o indivíduo às vezes troca gentilezas com seus vizinhos, a escolaridade do mesmo tende a ser 5% maior do que aqueles que sempre se comportam dessa maneira em relação à sua vizinhança.

Se o indivíduo participa de alguma entidade, as chances de que ele nunca estabeleça relações de troca com seus vizinhos é de 50,1% a menos do que aqueles que sempre trocam gentileza com os mesmos. Esse valor diminui para 43,2% entre aqueles que disseram “raramente” em relação aos que escolhem a opção “Sempre”.

Conclusão

Em relação ao conjunto dos dados apresentados, observa-se que as duas abordagens de capital social eleitas como referência ao presente trabalho se confirmam através dos resultados. O teste para Qui-Quadrado demonstrou que o abrigo de indivíduos imersos em outras redes interpessoais não garante à comunidade dispor do mesmo estoque de capital social de seus membros, e assim produzir efeitos positivos de sensação de pertencimento. Todavia, os níveis de significância encontrados não foram tão robustos e estiveram presentes em apenas dois dos seis quesitos de indicadores de capital social,

ainda que as frequências encontradas caminhem na direção que confirma os efeitos negativos dos laços fracos sobre os laços fortes.

Os resultados colhidos da análise de regressão multinomial foram mais contundentes no sentido de confirmar que a participação controlada por escolaridade aumenta as relações de reciprocidade do indivíduo em sua vizinhança, e conseqüentemente, produz efeitos positivos sobre laços mais fortes, tal como sugere a teoria de Coleman. O presente trabalho não se inclina a refutar uma ou outra hipótese, todavia, pelos dados colhidos a hipótese de apoio à abordagem

de James Coleman fora mais fortalecida do que a hipótese de apoio à abordagem de Mark Granovetter.

Em tempo, é preciso considerar que os dados podem ser mais lapidados do ponto de vista estatístico, e que esse trabalho foi apenas um estudo preliminar sobre os efeitos dos *laços fracos* sobre os *laços fortes*, e que pode ser ampliando para outras bases de dados que permitam tal operacionalização da teoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. (1999), *Las Formas de Capital*. Lima: Piedra Azul. [1983].
- COLEMAN, James. (1994), *Foundations of Social Theory*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press.
- COLEMAN, James. (1988), "Social Capital in the Creation of Human Capital". *American Journal of Sociology*, 94, supplement: S95-S120.
- FIALHO, Fabrício. M. (2004), "Capital Social: usos e definições do conceito nas Ciências Sociais". *Revista Três Pontos*, 1, 0: 31-35.
- GRANOVETTER, Mark S. (1985), "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". *American Journal of Sociology*, 3:481-510.
- GRANOVETTER, Mark S. (1995), *Getting a Job: a Study of Contacts and Careers*. 2.ed. Chicago, The University of Chicago Press.
- GRANOVETTER, Mark S. (1973), "The Strength of the Weak Ties". *American Journal of Sociology*, 78, 6: 1360-1380.
- PRATES, Antônio Augusto P. (2001), *Capital Social e Cultura Cívica: Seus Efeitos Sobre Indicadores de Qualidade de Vida*. Belo Horizonte: mimeo.
- PRATES, Antônio Augusto P.; DURANTE, Marcelo O. (2003), *Exploração Preliminar dos Dados do BH Area Survey - Capital Social e Qualidade de Vida*. Belo Horizonte: mimeo.

Religião como Variável para se Pensar a Juventude: Um “Modo Jovem” de Ser Religioso.

Marcos Arcanjo de Assis

Graduando do
Curso de Ciências
Sociais pela UFMG

Palavras chaves:
Religião,
Juventude,
Minas Gerais

Key words:
Religion,
Teenager,
Minas Gerais

RESUMO: A partir da análise dos dados quantitativos sobre religião referentes à Belo Horizonte e cidades vizinhas, pensa-se a religião como uma variável relevante para a compreensão da juventude. O texto quer mostrar que a religião é também uma variável privilegiada quando se pensa em juventude, e pode trazer importantes inferências para sua compreensão e de um modo jovem de ser religioso.

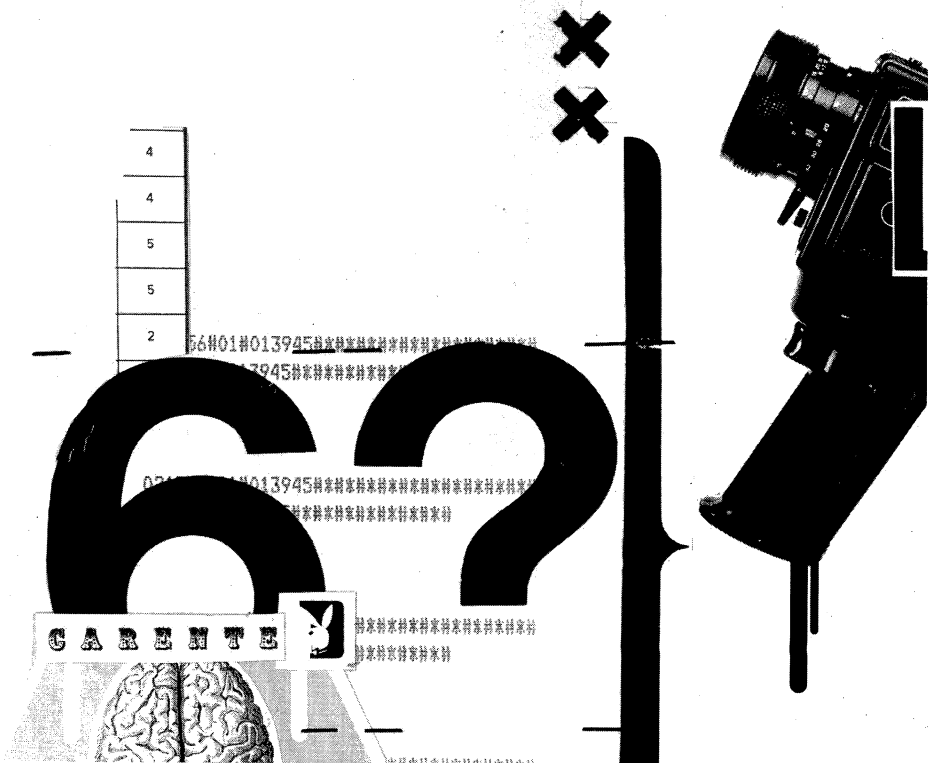
ABSTRACT: Analysing data from a survey held in Belo Horizonte and neighboring cities that covered religious aspects of young people`s lifes, religion is taken as a relevant aspect for understanding the youth. The paper intends to show that religion is also a privileged variable when it is thought about young people, and can bring important inferences for understanding a young way of being religious.

Introdução

A pesquisa “Religião Política e Cultura entre a Juventude de Minas Gerais” foi idealizada em 2001 pelo Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora a partir de um questionário sobre religião e valores morais aplicado entre alunos do terceiro ano do ensino médio da rede pública de ensino do estado. O questionário foi administrado juntamente com o projeto do Sistema Mineiro de Avaliação Pública (SIMAVE) que anualmente verifica a qualidade do ensino público, através da aplicação de testes de conteúdo em alunos desta e de outras séries escolares. O objetivo do projeto é investigar as relações entre religião, política, cultura e a juventude do estado, a partir de uma

abordagem que utiliza, de forma articulada, metodologias quantitativas (a partir da análise deste survey) já desenvolvida, e qualitativas (através da realização de grupos focais) em desenvolvimento pela equipe.

Em 2003, o professor Marcelo Camurça, do Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião da UFJF e coordenador da pesquisa, convidou a professora Léa Freitas Perez, membro do Centro de Estudos da Religião Pierre Sanchis da UFMG para se integrar ao projeto. Como recém selecionado membro do Programa de Educação Tutorial das Ciências Sociais, integro-me também ao projeto, passando à revisão bibliográfica e análise dos dados do survey aplicado entre os estudantes¹.



Este texto pretende mostrar as primeiras impressões do projeto através de uma exposição da bibliografia lida, dos dados analisados e das conclusões preliminares. Na verdade, como a temática religião e juventude ainda é incipiente no campo das pesquisas em ciências sociais, o objetivo maior aqui é, a partir da articulação da bibliografia e das observações preliminares dos dados da primeira etapa da pesquisa, tentar construir uma caracterização mais clara da relação entre juventude e religião mostrando que a religião é uma variável relevante quando se pensa em juventude, e que pode trazer importantes inferências para a compreensão da juventude e dos modos de ser jovem. Tenta-se mostrar que a esfera religiosa influi e até mesmo condiciona as condutas sociais dos jovens, em suas dimensões éticas e morais. Para isso, dividirei o texto em quatro sessões. Num primeiro momento, procuro explicitar o conceito de juventude que apóia meu argumento. Em seguida, de maneira breve, considero os estudos sobre juventude e religião anteriores ao do projeto aqui referido. Na terceira sessão, discorro sobre as características e os principais resultados da pesquisa referentes à amostra que coube à análise da equipe da UFMG. E, por fim, dedico à última sessão ao objetivo central do texto e à algumas conclusões possíveis de serem apresentadas.

A Juventude na Sociologia

Os critérios definidores da juventude como um tempo de vida estão marcados por construções históricas e culturais próprias de cada sociedade, o que dificulta uma categorização homogênea desta variável. Quando se fala em juventude, há várias imagens e conceitos que se contradizem trazendo explicações diferentes sobre as especificidades deste segmento. Muitos autores se dispuseram a tratar deste tema, cada um trazendo importantes contribuições para a tentativa de construção de um conceito de juventude para a sociologia².

O que mais se tentou, nestes estudos, foi trabalhar a idéia de juventude desvinculada de critérios rígidos e etários. Esta é, segundo Dayrell (2004) uma concepção hegemônica dentro deste campo de estudos, e trata este tempo de vida como "associado a um imaginário social" que diz o que se pode fazer nesta idade, sendo "necessário adequar-se a um conjunto de normas socialmente definidas" para esta etapa da vida (op. cit., p. 1). Desta concepção, desprende-se uma idéia negativa a respeito da juventude, compreendendo o jovem como um "vir a ser", ou seja, pensando que somente quando adulto, o jovem encontra sentido para suas ações do presente (op. cit., p. 2-3). Também Novaes (1998) aponta para uma imagem negativa da juventude, como "lugar privilegiado para expressão de todo o mal-estar social" (op. cit., p. 5). Aquela fase em que se evocam os problemas da sociedade, como a violência, as drogas, a irresponsabilidade. E Peralva (1997), ao se remeter aos primórdios da sociologia da juventude na década de 50, que nos remonta à

Escola de Chicago, aporta para sua constituição como uma "sociologia do desvio: o jovem é aquilo ou aquele que se integra ao mal, que resiste ação socializadora, que se desvia em relação a um certo padrão normativo" (op. cit., p. 6).

Além destes exemplos de concepções acerca da temática da juventude, outros fatos e concepções contribuíram para que este segmento aparecesse como categoria socialmente destacada nas sociedades contemporâneas. Surge uma indústria cultural especializada pelas faixas etárias e destinadas à "juventude", emergindo os consumidores jovens. Ademais, vários projetos e iniciativas foram criados para se trabalhar com a juventude, enfocando suas relações com a arte, a educação, o mercado de trabalho, a política e, recentemente, a religião. A própria Novaes (1998) compôs uma agenda com treze pontos de debate sobre as iniciativas de trabalho com os jovens no Rio de Janeiro em que essas relações se encontram presentes.

Neste contexto de gradativa expressão e relevância da juventude enquanto fenômeno social passa-se aos poucos a considerá-la como uma condição social, definida além dos critérios etários e biológicos. O conceito é buscado mais como uma "condição", uma "maneira de ser", um "ethos". Margulis e Urresti (1996) concatenam o fator biológico com o social quando empregam, para entender a "juventude", os conceitos de "moratória vital" e "moratória social". O primeiro diz respeito à posse de uma predisposição física, advinda de uma condição etária e biológica, para a não preocupação com a finitude, a aventura, o risco e a fruição ilimitada da vida. E o segundo a um não limite e descompromisso com obrigações e amarras sociais regendo essa fruição de "aproveitar a vida". Contudo, dentro deste aspecto geral que define "juventude", há uma variabilidade de modos de "ser jovem", atravessado por clivagens de classe, gênero, cor, sexualidade e religião, que no meu entender, limitam ou potencializam essas "moratórias". Inúmeras combinações podem ser feitas entre essas determinações socioculturais e a condição etária emergente, resultando em especificidades marcantes no vivenciar a "juventude". Contudo, a realidade do recorte geracional se impõe, marcando experiências sociais e históricas distintas e em tensão entre uma geração anterior (jovem) e uma posterior (adulta). Segundo Novaes (2001) a juventude brasileira atual é tecida de uma experiência geracional comum, sobretudo por três aspectos, além do biológico (este critério passa pelas moratórias já citadas). Através de interações semelhantes com as esferas social/cultural dentro de uma mesma geração "jovem" pode-se explicitar esses indicadores concretos como comuns à experiência representativa da juventude (brasileira) na atualidade. Tais aspectos seriam: "as mudanças no mercado de trabalho, a violência urbana, e a comunicação virtual" (op. cit., p. 185).

Seguramente, estes aspectos atingem de maneira diferente os múltiplos recortes e clivagens relacionados acima, mas para Novaes "uma

1. Os resultados da primeira etapa da pesquisa já foram apresentados na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia em Olinda em 2004 e no XII Congresso Brasileiro de Sociologia em 2005 em fóruns e mesas redondas de temática envolvendo "Religião e Juventude" pelas duas equipes da pesquisa.

2. Destaca-se principalmente, ABRAMO (1994), DAYRELL (2004), PERALVA (1997), NOVAES (1998), FEIXA (1998)

das características deste 'novo tempo' é que os jovens de diferentes classes sociais podem vir a sentir insegurança sobre o trabalho futuro", sobretudo porque este segmento converge toda uma pressão por obtenção de emprego (op. cit., p. 185). No caso da violência, essa falta de temor pelo risco e a finitude fazem dos jovens o extrato que mais se envolve, e que é mais vitimizado, em contextos de violência. Do mesmo modo, a juventude desenvolveu a aprendizagem de uma nova linguagem dos computadores, jogos eletrônicos e Internet, pela qual adquirem incessantemente novas informações.

Os exemplos acima são maneiras de enxergar e tratar a juventude passando por explicações que tomam o segmento como uma condição social. Nesse sentido, os estudos sobre este fenômeno pretendem desassociar a idéia de "juventude" necessariamente referida a um ciclo biológico natural que demarca "fases da vida", antecedida pela infância e sucedida pela maturidade. Procura-se pensar na juventude enquanto condição de ser, ou um modo particular de se relacionar com a sociedade, que varia segundo as clivagens já mencionadas. Partindo deste pressuposto, Dayrell (2003) enfatiza "a noção de juventudes, no plural, para [considerar] a diversidade de modos de ser jovem existentes", ainda que marcados por uma experiência geracional comum (op. cit., p. 5).

Juventude e Religião: um Campo de Pesquisas Incipiente e em Expansão

Quando se pensa nas pesquisas sobre juventude no campo das ciências sociais, percebe-se que os estudos sofreram mudanças desde que iniciaram na década de 70. O grosso da produção acadêmica sobre o segmento, neste período, tratava de estudos sobre universitários e sofreu um refluxo alargando as pesquisas a diferentes esferas sociais. Surgem, então, produções acadêmicas que mostram a relação da juventude com as temáticas da criminalidade, violência, sexualidade, trabalho e escola. "E recentemente, destaca-se o conjunto de trabalhos que têm investigado novas dimensões do cotidiano da experiência social entre os jovens estudantes, dentre outras a religião" (CAMURÇA; TAVARES, 2004).

A pioneira nas pesquisas entre religião e juventude é Regina Novaes com seu artigo "Religião e Política: sincretismos entre os alunos de Ciências Sociais" da UFRJ, no qual apresenta o resultado de um survey aplicado entre os alunos de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS – UFRJ) que pretendia, segundo a autora, perceber as quebras e continuidades das experiências religiosas dos jovens universitários em relação à sua experiência como aluna do IFCS na década de 70.

Em 2000, realizou-se a pesquisa "Religião e Política entre alunos de Ciências Sociais", coordenada por pesquisadores do Núcleo de Estudos da Religião (NER) da UFRGS em parceria com pesquisadores da UFRJ, UNISINOS, PUC-RS, UFJF e

UFMG. Seu objetivo era o de "traçar um perfil dos alunos de Ciências Sociais no final dos anos 90, no que diz respeito às suas opções religiosas e política" (STEIL REYES; ALVES, 2001, p. 16). Tal pesquisa apresentou resultados importantes sobre a religiosidade dos alunos de Ciências Sociais, e incitou a vários encontros e debates posteriores sobre o tema, e seguramente ao projeto referido acima e do qual faço parte.

Essas pesquisas apontam resultados interessantes acerca do comportamento religioso dos estudantes já que o número de jovens estudantes universitários que dizem ter religião ultrapassa a casa dos 50%. Na pesquisa pioneira de Novaes, este índice era de 56%. No survey envolvendo as seis universidades, 52% dos alunos de Ciências Sociais responderam "sim" a esta pergunta. E no projeto conjunto da UFMG e UFJF, mencionado acima, surpreende o fato de 94,4% dos jovens secundaristas dizerem ter religião. Neste sentido, a religião ainda apresenta uma grande relevância no modo de ser da juventude o que, ao meu ver, merece ser estudado com maior zelo.

A Religião e os Jovens Mineiros do Pólo Capital.

A primeira etapa da pesquisa sobre a juventude mineira foi realizada a partir dos dados do questionário sobre religião aplicado aos alunos do terceiro ano do ensino médio da rede pública de ensino do estado. A amostra produzida por este survey teve um total de 11481 alunos dentre as escolas avaliadas pelo Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, constituindo a moldura da pesquisa. O questionário sobre religião continha oitenta questões que abrangiam perguntas sobre confissões, crenças e participação religiosas, além de perguntas sobre valores morais e participação política. O processamento dos dados da pesquisa ficou a cargo do Centro de Avaliações de Políticas Públicas em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

As escolas onde os questionários foram aplicados se distribuem em cinco pólos geográficos, levando em conta a proximidade de regiões e cidades do estado. São elas: Zona da Mata, Centro Sul, Norte de Minas, Triângulo e Capital. Este último pólo ficou a cargo da equipe da UFMG e correspondia a 33,8% dos questionários de toda a amostra, ou seja, 3881 jovens alunos³. A amostra produzida por este survey não representa a totalidade da população alvo da pesquisa. No entanto, o grande número de questionários aplicados e a compatibilidade entre os dados obtidos e pesquisas anteriores sobre juventude, que foram mencionadas anteriormente, sugerem que esses dados, embora não representem a totalidade da população-alvo, refletem com boa margem de segurança as principais tendências do segmento social por nós trabalhado.

Feitas essas considerações acerca da natureza do material empírico utilizado pelo projeto, antes de iniciar a breve descrição dos dados referentes aos jovens estudantes do pólo capital, faz-

se importante considerar que as "afirmações" feitas a partir dos dados deste survey, devem ser relativizadas e consideradas como hipóteses a serem mais bem trabalhadas e discutidas. Tarefa que será empreendida a partir da análise dos grupos focais em desenvolvimento.

Em linhas gerais, o perfil dos jovens entrevistados no pólo capital se figura da seguinte maneira: o grupo é fundamentalmente feminino, não-negro, majoritariamente solteiro e sem filhos. O percentual de jovens que trabalha é de 38,8% enquanto 33,6% somente estudam.

O módulo sobre religião partia de perguntas sobre pertencimento religioso, passando sobre as formas de participação religiosa, crenças, tolerância e relacionamento com outras religiões. A maioria dos estudantes, 92,9%, disseram ter religião e dentre eles 70,6% disseram ser católicos. As outras denominações religiosas seguem a seguinte ordem e frequência: 10,4% protestantes, 10,1% pentecostais, 2,6% espíritas e 0,3% candomblé e umbanda. Os sem religião somam 5,9%. Essa sequência, embora com índices distintos, é a mesma encontrada para o Brasil no Censo de 2000⁴.

A escolha da religião destes jovens é entusiasmada, no sentido de ser influenciada pelos pais. 55,4% escolheram esta resposta quando perguntados quem mais influenciou nesta escolha. Por outro lado, percebe-se que nessa geração a religião já se mostra como uma escolha individual, visto que 36,1% dos estudantes escolheram a opção "motivos pessoais" ao responder esta pergunta, evidenciando assim uma relativa individualização da escolha religiosa em relação à religião como tradição familiar.

Quanto à participação nas atividades de sua religião, 53,6% dos estudantes respondeu que pelo menos uma vez por semana participa das atividades próprias de sua religião. O tempo semanal despendido a essas atividades é pequeno, sendo o índice mais alto de participação o de duas horas por semana. 78,5% dizem fazer oração diária e 37,4% dizem contribuir financeiramente de vez em quando nessas atividades. Percebe-se assim uma comedida participação destes jovens nas atividades de sua religião.

A atitude de tolerância religiosa é moderada dentre os jovens estudantes pesquisados. Uma série de questões relativas a este tema pretendia descobrir o grau de relação que os jovens teriam com pessoas de outras religiões. 60,4% deles afirmam aceitar ter amigos de qualquer religião, por outro lado, este índice cai quando se trata da escolha do cônjuge (40,6% aceitaria casar com pessoas de qualquer religião). O interessante é que os jovens protestantes e pentecostais são os que mais assumem atitudes de intolerância perante pessoas de outras religiões, já que no conjunto das religiões professadas, encontramos entre eles, os maiores índices de não-aceitação de amigos e cônjuges de qualquer religião. Em certa medida, essa constatação nos leva a pensar sobre a relação de sociabilidade estabelecida entre protestantes e pentecostais, que tratarei mais adiante.

Por fim, os jovens pesquisados foram interpellados em relação à alguns juízos e questões de cunho moral. Sobre esse ponto, eles parecem se expressar de maneira mais obscura do que no campo da religião. Uma das hipóteses do projeto era a de que a religião seria uma variável relevante no tratamento de questões como a virgindade, aborto, união homossexual, fidelidade e pena de morte. Porém, o que os dados mostram é a existência de uma relativa confusão dos jovens em relação a tais juízos quando considera-se o conjunto das religiões auto-declaradas.

Vamos por partes. Em relação à virgindade feminina e masculina, a maioria dos jovens discorda de sua manutenção até o casamento, havendo uma leve destoância entre estes índices (63,6% e 73,3% respectivamente). Porém, quando cruzamos esta variável com a religião encontramos diferenças significativas na visão dos jovens sobre a virgindade de uma religião para outra. Os protestantes e pentecostais são aqueles que mais concordam que os homens e mulheres devam permanecer virgens até o casamento. Esse dado aos olhos da nossa equipe de pesquisa, sugere uma aproximação e coerência com a posição da doutrina das religiões protestantes e pentecostais quanto à preservação da virgindade. Entre os católicos, 74,2% discordam da obrigatoriedade da preservação da virgindade, o que nos pareceu inusitado, sabendo a posição meramente a favor da virgindade marcada pela Igreja Católica.

O mesmo ocorre com as perguntas sobre o aborto. 74,7% discordam de que o aborto deva ser uma decisão livre da mulher, 64,2% concordam que ele se justifica em caso de estupro e 71,7% discordam de que o aborto não possa ser justificado em nenhuma circunstância. De toda sorte, há um índice bem mais alto de concordância com a afirmativa de que o aborto é uma decisão livre da mulher entre católicos (26,2%) do que entre protestantes (16,6%) e pentecostais (16,9%), mesmo a igreja católica tendo defendido forte oposição ao aborto nos últimos tempos. De igual maneira, quando se trata da afirmação de que o aborto não pode ser justificado em qualquer circunstância, os católicos discordam em maior número do que os protestantes e pentecostais (75,1% contra 58,3% e 60,4% respectivamente), o que nos encerra uma relativa confusão entre os jovens católicos na consideração deste valor.

O que quero frisar a partir da descrição destas duas variáveis é que os jovens se expressam de maneira confusa em relação às questões de moralidade e sexo, visto que, majoritariamente, discordam da preservação da virgindade e da não-justificação do aborto em casos de estupro e em nenhuma circunstância; concordam com a união homossexual e a implementação da pena de morte no Brasil; mas ao mesmo tempo, se colocam mais fechados em relação a questões da fidelidade, da decisão livre para o aborto, explicitando, assim, esta certa falta de clareza ao se posicionarem em relação a questões dos valores. Por outro lado, se consideramos a religião destes

3. A área geográfica abrangida pelo pólo capital é que ficou a cargo da equipe do CER - UFMG diz respeito à região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e os seguintes municípios: Barão de Cocais, Catas Altas, Santa Bárbara, Santana do Riacho, Baldim, Capim Branco, Florestal, Jaboticatubas, Matozinhos, Nova União, Rio Manso, Taquaraçu de Minas.

4. Para o Brasil, os números são os que seguem: católica - 73,8%; evangélica - 15,4%; espírita - 1,4%; afro-brasileira - 0,3%; outras - 1,8%; sem religião - 7,3%.

estudantes percebemos que, frente a estes temas, ela mantém um papel de comedia relevância entre os jovens, uma vez que ora influenciou na posição dos estudantes frente aos temas, ora não, determinando, dessa maneira variações entre os diferentes tipos de religião confessadas.

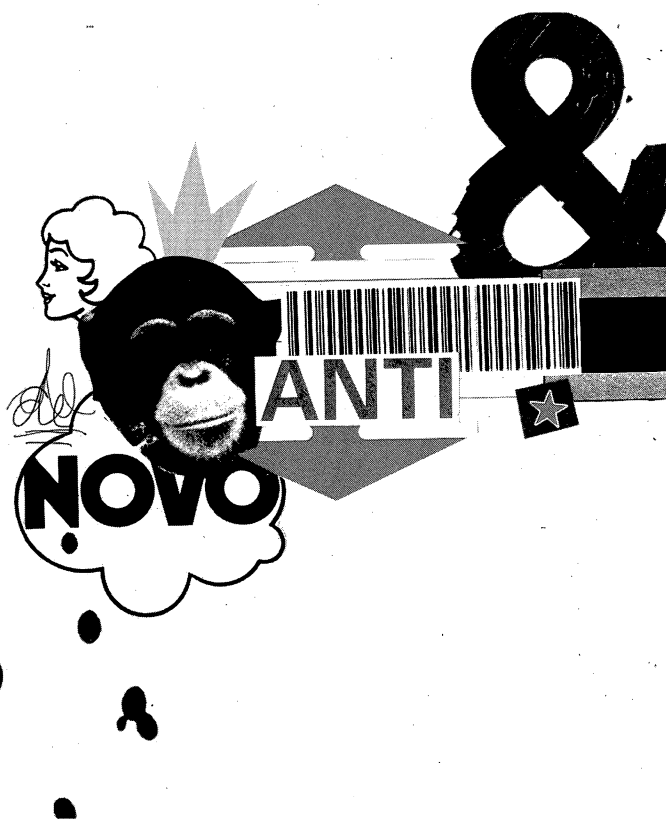
Em síntese, os jovens estudantes pesquisados seguem as tendências gerais que têm sido apontadas para a religião em nosso país e para juventude brasileira como um todo. Eles são francamente católicos, influenciados pelos pais na escolha de sua religião, mas um bom número deles já escolhem sua religião individualmente. Sua participação nas atividades religiosas é modesta. A religião não tem grande influência na escolha de amigos, mas ao contrário, tem significativa influência (a maior) na escolha do cônjuge. Nota-se entre os jovens mineiros entrevistados uma certa tendência a posicionarem-se mais nitidamente, de maneira mais clara no campo da religião do que no de questões morais, fato evidenciado nas questões relativas a este campo que mostram a religião, por vezes influenciando as posições dos estudantes frente ao tema, mas não como via de regra.

Um Modo Jovem de Ser Religioso

Nas suas pesquisas sobre a juventude e os grupos musicais do *rap* e do *funk*, Dayrell (2003) procura olhar para os jovens além dos grupos musicais, compreendendo-os como construtores de um "determinado modo de ser jovem" (op. cit, p. 1). Objetivo que, segundo ele, ainda não tinha sido contemplado pela produção teórica acerca do tema, que deixava em aberto a compreensão dos jovens destes movimentos como sujeitos sociais bem como os significados das identidades que eles criam como rappers e funkeiros. Diante deste objetivo e desta lacuna, o autor aponta a

urgência de se pensar nas maneiras pelas quais os jovens constroem sua experiência a partir da realidade em que se inserem, por exemplo, como pertencentes a estes grupos musicais, ou como indivíduos das camadas populares. Assim, Dayrell passa a analisar sua pesquisa com jovens ligados aos grupos de *rap* e *funk* evidenciando como eles, "enquanto sujeitos sociais, constituem um determinado modo de ser jovem, a partir de seu cotidiano" (op.cit, p.3). Não cabendo aqui uma descrição exaustiva das conclusões desta pesquisa, me parece importante apontar a conclusão principal tirada pelo autor após a análise que se propôs. Segundo ele, a vivência cotidiana nos grupos de *rap* e *funk* fez com que os jovens assumissem práticas, relações e símbolos através dos quais atualizavam uma identidade própria de jovem, ou seja, uma "forte referência na elaboração e na vivência de suas condições juvenis" (op. cit, p.19). Assim, estes estilos musicais funcionariam como 'mediadores' de um determinado modo de ser jovem. O que pretendo desenvolver nas próximas linhas é, a partir de alguns dados da pesquisa, mostrar que a religião funcionaria também como esse mediador, influenciando e às vezes determinando a conduta e relações juvenis, e por que não, constituindo também um modo jovem de ser religioso.

Após a análise dos dados apresentados na sessão anterior, num primeiro momento, talvez não chame a atenção o fato da imensa maioria dos estudantes secundaristas ter respondido sim à pergunta "você tem religião", sabendo da presença e importância que a religião tem na sociedade brasileira. Por outro lado, em se tratando de juventude e do ethos que a caracteriza como uma "maneira particular de estar no mundo", tal como apresentei na segunda sessão deste texto, é plausível que se procure entender por que e



como a religião ainda faz parte do universo que permeia a juventude (NOVAES, 2001, p. 179).

Em primeiro lugar, ao analisarmos as frequências das crenças religiosas que estes estudantes disseram ter, encontramos 82,1% dos respondentes que afirmam acreditar em milagres, 69,9% em anjos/demônios e 53,2% em vida após a morte. Não seria significativo o índice de respostas afirmativas a esses tipos de crenças em se tratando de jovens, e jovens entendidos como uma "condição", uma "maneira de ser" detentora das moratórias vital e social? Novaes (2001) adota como um ponto de vista particular o fator biológico como representação da juventude, a partir da noção das moratórias. A juventude, sem considerar os recortes de classe, cor, gênero etc., assumiria uma percepção de que "'é preciso aproveitar a vida'" e que eles tem 'juventude' para isso" (op. cit, p. 184). Assim, ser jovem seria fazer uma miscelânea de sensações relacionadas com aventura, risco e distância da morte. O que, segundo a pesquisadora, parece deslocar as crenças e opções religiosas juvenis "mais para o 'aqui e agora', para manter e projetar a vida, do que para a preocupação com o destino após a morte" (op. cit, p. 184).

Ora, mediante esta leitura, me perguntei: se os jovens estariam pré-dispostos à não-preocupação com a morte, à vontade de arriscar-se, qual o sentido de crer na vida após a morte? Ao mesmo tempo, seria essa instabilidade na vida que os faria crer nos milagres? Teriam uma necessidade de apegar-se em algo transcendente para se sentirem mais seguros? E, se estão vivendo tão ilimitadamente, despreocupados, qual o sentido que atribuem ao demônio e aos anjos? Estariam livres do "mal" e protegidos pelo "bem"? Ou, será que as crenças estão relacionadas com a confissão religiosa? De modo que os jovens religiosos estariam menos propensos a se apropriarem deste ethos que lhes é próprio? Assim, estamos diante da possibilidade de relativização das moratórias social e vital enquanto categorias de caracterização da juventude, ou seja, a religião influenciando na maneira como os jovens se apresentam enquanto "uma condição de ser" e estar na sociedade.

Além disso, a falta de clareza dos jovens estudantes entrevistados ao se posicionar diante dos temas moralidade e sexualidade, evidenciado pelo fato de eles, ora tomarem posturas mais abertas, ora mais fechadas, e ao mesmo tempo posturas que levam em conta as confissões religiosas que disseram ter, revela que estas religiões podem exercer uma relativa influência no modelo de condutas dos jovens, estabelecendo, pelo menos neste momento e nos casos mostrados, "um comportamento social motivado por preocupações religiosas" (CAMURÇA; TAVARES, 2004). Sobre tudo quando consideramos a posição dos jovens protestantes e pentecostais, que polarizavam a escala de concordância com os valores que limitam o controle do corpo, tais como a virgindade e a fidelidade, e de oposição à liberalização sexual, como o aborto e a união ho-

mossexual, fica nítido o peso da religião em seus posicionamentos.

Um outro ponto a se destacar é em relação à tolerância religiosa. Os dados da pesquisa revelaram que os jovens protestantes e pentecostais se mostraram mais intolerantes quanto a aceitação de amigos e casamento com pessoas de qualquer religião. Este seria mais um exemplo da religião influenciando diretamente a conduta da juventude, neste caso, suas relações de sociabilidade. Dayrell (2004) chama atenção, em seu estudo sobre jovens participantes de grupos culturais, para a centralidade atribuída pelos jovens às relações que eles estabelecem com seus pares, através da convivência cotidiana nos grupos de dança, grafite, teatro etc. Partindo desta constatação, ele passa a analisar as relações que os jovens estabelecem entre si nos grupos culturais tomando como referência o conceito de sociabilidade. Segundo ele, a sociabilidade é em Simmel⁵ "uma forma, dentre outras possíveis de sociação" (op. cit, p. 10). Sua especificidade seria a de caracterizar-se por ser vazia de conteúdos, ou seja, a convivência é o fim da própria convivência. No campo da sociabilidade, os indivíduos se satisfazem em estabelecer laços, que têm em si mesmos a razão de ser. Como o interesse maior é a própria relação "a dimensão do compromisso e da confiança cimentam tais relações" onde cada um respeita as expectativas do outro (op. cit, p. 11). Complementando essa discussão, Dayrell se refere a Giddens (1995) e à sua noção de relação pura. Para Giddens, as relações de amizade na modernidade se baseiam mais no prazer da própria relação do que nas condições externas. O que fundamenta uma relação pura é o compromisso que se estabelece entre os pares, o "que é fruto de uma escolha e não de uma imposição" (op. cit, p. 12). Um outro aspecto desta relação para Giddens é a intimidade, condição imprescindível para que se atinja uma estabilidade a longo prazo na relação entre os parceiros.

Essa questão da existência dos grupos de pares, conclui Dayrell, além de ser "parte fundamental da vida social, sendo mais essencial ainda no período da juventude", foi sinalizada em muitos estudos sobre o segmento como "constitutivos da singularidade da condição juvenil das camadas populares", já que usam do lazer e da diversão como possibilidades para o desenvolvimento das relações de sociabilidade e a "busca de novas referências na estruturação de identidades coletivas e individuais" (op. cit, p. 12). As redes de relações construídas "em torno dos grupos culturais e suas relações solidárias são fundamentais para o reforço e a garantia de identidade individual e coletiva" (op. cit, p. 16).

Levando em consideração o exposto sobre a sociabilidade dos grupos juvenis, me parece plausível considerar que a participação nas atividades de uma religião estabelece entre os jovens, que se tornam pares, relações de sociabilidade, de intimidade, de compromisso, reforçando suas identidades tanto coletivas quanto individuais. Cria-se, entre eles, uma identidade religiosa,

5. Dayrell cita o texto de Simmel: "Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura e formal" como referência a consideração de sociação.

que enrijece seus comportamentos sociais, neste caso motivados pela religião. Deste modo, o jovem se liga com mais centralidade à religião e suas características específicas, o que implicaria, uma ligação também mais convergente, mais sociável entre os outros pares. Deste modo, a atitude de intolerância é compreendida como um comportamento influenciado pela sociabilidade religiosa. "Não aceito amigos" ou "um cônjuge" de outra religião, porque não estabeleço com eles uma relação de sociabilidade.

Além disso, sobretudo entre os protestantes e pentecostais que assumem uma atitude "ascética" de "fuga contemplativa do mundo", privilegiando um controle interno do comportamento de seus fiéis, se mostra mais forte a identificação com sua religião. Ao meu ver, esta passagem de Weber (2003) explica bem o que aqui chamo de maior controle interno do comportamento e identificação com a religião:

O ascetismo cristão, que de início fugia do mundo para a solidão, já o tinha dominado a partir do mosteiro e pela Igreja. Com isso, todavia, não alterava o caráter natural, espontâneo da vida cotidiana no século. Agora ele adentrou no mercado da vida, [...] tentou penetrar exatamente naquela rotina diária com sua meticulosidade, e amoldá-la a uma vida racional, mas não deste mundo, nem para ele (op. cit., p.116).

O ascetismo penetrado na vida cotidiana do cristão, que modula sua vida racional para fora do mundo, faz com que os pentecostais tenham seu comportamento controlado para o interno, para si mesmos, identificando-se com a religião penetrada pelo ascetismo, aquela que lhe permite afugentar-se do mundo, o que nos sugere compreender, por este ângulo, as atitudes de intolerância.

Assim, os três casos aqui citados mostram

que a religião influencia e por vezes determina a conduta e o modo de ser jovem, seja através da relativização das moratórias que as caracterizam; ou no seu posicionamento frente a questões que giram em torno dos valores morais e sexuais; ou nas suas relações de sociabilidade. Deste modo, me parece plausível considerar a possibilidade de se pensar na religião também como uma das variáveis de compreensão da juventude e dos seus modos de ser. A pioneira dos estudos deste tema já apontava que entre as várias diferenciações que recortam a juventude (de classe, gênero, raça, familiar) existem fronteiras que as reforçam ou as flexibilizam. Seriam variáveis "que funcionam como demarcadores de identidades não só porque refletem a adesão a um certo conjunto de valores e referências culturais, mas também porque criam redes de sociabilidade específicas". E dentre estas variáveis estão os "pertencimentos associativos, religiosos e políticos" (NOVAES, 2001, p.184).

Indo um pouco mais longe, creio na possibilidade de sugerir a existência de um modo jovem de ser jovem religioso. Os jovens ligados a grupos religiosos, em seus processos de construção e constituição como sujeitos se "apropriam [deste contexto] social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seus mundos e às relações que mantêm", adquirindo assim, um modo jovem de ser religioso (DAYRELL, 2003, p.7).

Por fim, a título de lembrança: este texto foi uma maneira de mostrar a importância da relação entre as variáveis juventude e religião. Percebendo a religião como um privilegiado viés para as tentativas de compreensão e análise da realidade sociocultural de um grupo, creio que ela é uma variável interessante para se pensar a juventude. As sugestões aqui pensadas, pretendo pesquisar com maior rigor e profundidade brevemente.



perfeitamente normal, que as crianças
ostem de agir segundo o que ouvem no
adio. Cair sobre o assassino da porta da
rente, zunir como um aeroplano por
ma de um inimigo alivia a tensão
riada pela vida em um mundo que é
rgido por adultos, que são mais e
ais poderosos do que elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena. (1994), *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo, Escrita,
- BABBIE, Earl. (1999), *Métodos em pesquisa de survey*. Tradução de Guilherme Caezarino. Belo Horizonte: UFMG.
- CAMURÇA, A. Marcelo; TAVARES, R. G. Fátima. (2004), *Juventudes e religião no Brasil: novas perspectivas de abordagem da juventude*. Texto apresentado no "Fórum Juventudes, Cultura e Espaço Urbano: Religião e Política" na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia.
- CAMURÇA, Marcelo e TAVARES, Fátima. (2004), *Religião e Juventude em Minas Gerais*. Texto apresentado na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia.
- DAYRELL, Juarez. (2003), "O jovem como modelo social". *Revista Brasileira de Educação*, 24.
- _____. Juventude, grupos culturais e sociabilidade. 2004 (no prelo).
- FEIXA, Carlos. (1998), *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona: Ariel.
- GIDDENS, Anthony. (1995), *Modernidad e indentidade del yo y la sociedad em la epoca contemporanea*. Barcelona, Ediciones Península,
- MARGULIS, M. & URRESTI, M. (1996), *La Juventud es más que una palabra*. Buenos Aires, Bilbos.
- NOAVES, R & MAFRA, C. (1994), "Juventude: Conflito e Solidariedade". *Comunicações do ISER*, 50.
- NOVAES, R. (1994), "Religião e Política: sincretismo entre alunos de Ciências Sociais" *Comunicações do ISER*, 45.
- _____. (2001), "Juventude e Religião: marcos geracionais e novas modalidades sincréticas", in Pierre Sanchis (org.), *Fiéis e Cidadãos: percursos do sincretismo no Brasil*,
- PERALVA, Angelina. (1997), "O jovem como modelo cultural". *Revista Brasileira de Educação*, 5/6.
- PEREZ, Léa Freitas; OLIVEIRA, Luciana de; ASSIS, Marcos Arcanjo de. (s.d.), *Religião, cultura, valores morais e política entre a juventude do Pólo Capital - observações preliminares*. Belo Horizonte, datilo.
- STEIL, C. A. & ALVES, D. & HERRERA, S. (2001), "Religião e Política entre os alunos de Ciências Sociais: um perfil". *Debates do NER*, 2.
- WEBER. Max. (2003), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Editora Martin Claret.

Regulação Eleitoral e Financiamento de Campanha: Uma Breve Revisão Teórica*

Dalson Britto Figueiredo Filho

Graduando do
Curso de Ciências
Sociais/ UFPE

RESUMO: Esse artigo revisa uma parte da literatura especializada em grupos de interesse, *rent seeking* e, principalmente, reforma de financiamento de campanha. Além disso, é empreendida uma breve reflexão sobre os problemas da governabilidade no Brasil, a sua relação com as regras eleitorais e com o financiamento das campanhas políticas.

ABSTRACT: This paper reviews specialized research in interest groups, rent seeking, and mainly campaign finance reform. Moreover, it is presented a briefly reflection about the problems of Brazilian governability, its relationship with the electoral rules and with the financing of political campaigns.

Introdução

Palavras-chaves:
Reforma de
financiamento de
campanha; *rent
seeking* e grupos
de interesse.

Key words:
Campaign
finance reform,
rent seeking and
interest groups.

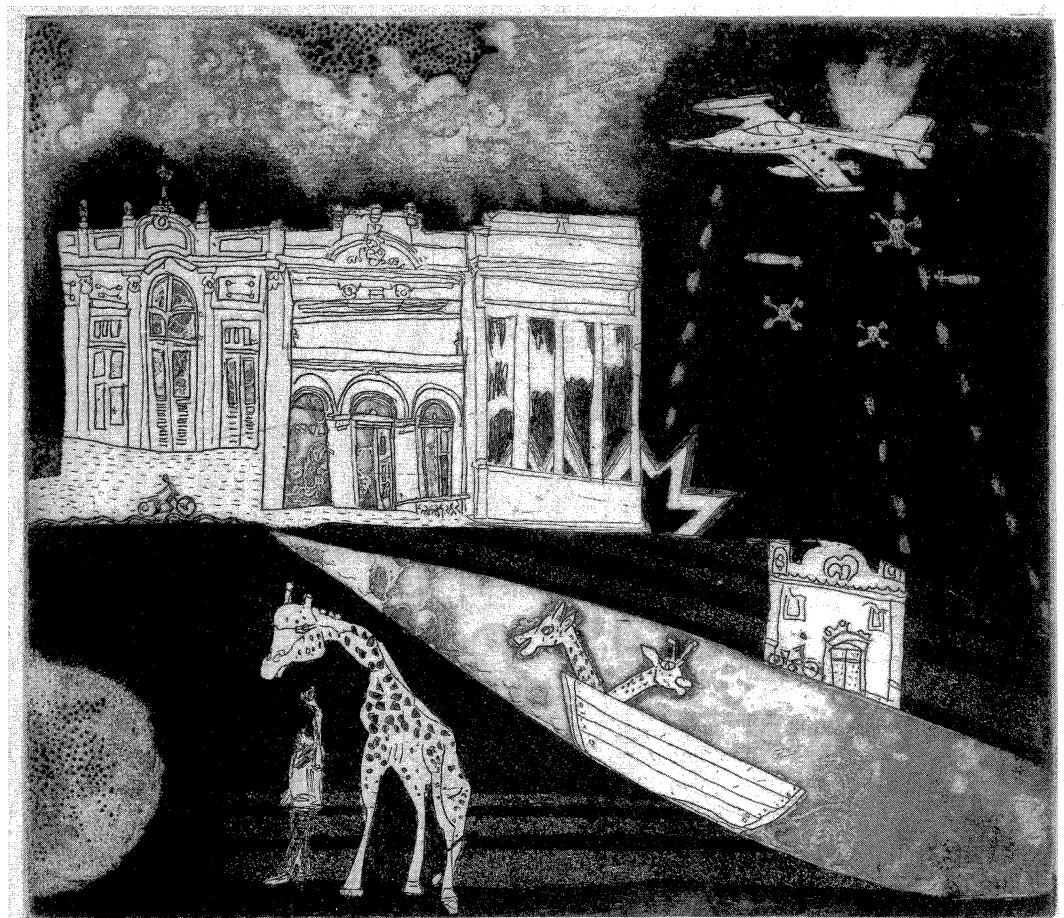
A interação entre interesses privados e instituições governamentais para influenciar a formulação de políticas públicas tem sido alvo de uma intensa problematização, recebendo pioneira atenção do pluralismo de Yale (LOWI, 1964; SALISBURY, 1984; WILSON, 1985). No que diz respeito ao Congresso e a sua relação com os grupos de interesse, alguns trabalhos conferem atenção ao efeito das contribuições de campanha sobre o comportamento dos congressistas (AINSWORTH, 1993; EVANS, 1988, WELCH, 1982). Todo esse corpo de pesquisa é guiado por duas questões principais: 1) Como e em que medida as doações de campanha feitas por determinados grupos influenciam as decisões dos

congressistas? (CLAWSON, 1999; LANGBEIN, 1986; SABATO, 1985); 2) Como e em que medida as atividades de *lobby* influenciam as ações dos parlamentares? (GODWIN, 1988; STERN, 1988).

Quando considerados de forma geral, os resultados dessas pesquisas são consideravelmente distintos. As abordagens teóricas e empíricas são diversas, ainda que, enquanto os trabalhos empíricos tendem a utilizar as doações de campanha para medir a influência dos grupos sobre os parlamentares, as produções teóricas costumam utilizar a atividade de *lobby* como variável explicativa.

Ainda que grande parte dessa literatura tenha sido produzida para o caso norte-americano,

* Esse artigo é uma versão revisada da minha monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais pela UFPE. Agradeço as contribuições de Flávio Rezende, Marcus Melo, Jorge Zaverucha, Nara Pavão e de um parecerista anônimo da Revista Três Pontos. É desnecessário dizer que possíveis erros e omissões são de minha inteira responsabilidade.



considero que a mesma lógica analítica, salvo algumas particularidades, possa ser empregada para analisar em uma perspectiva comparada a realidade de diferentes países e, principalmente, a do Brasil. Infelizmente, nosso país ainda carece de uma produção teórica relevante sobre o financiamento de campanhas eleitorais, o que, em parte, é fruto da ausência de uma abordagem sistemática sobre o tema¹. Na ciência política brasileira, temas como a ação de grupos de interesse e a atividade dos lobbies são tratados geralmente com pouco rigor analítico. Por exemplo, pelo que pesquisei, não há na literatura nacional trabalhos que tratem da relação entre doações de campanha, resultados eleitorais e grupos de interesse. Similarmente, não existem obras que tentem estabelecer correlação entre doações eleitorais e os votos dos congressistas em determinadas matérias legislativas. Ou ainda, não há, salvo engano, nenhum estudo que procure investigar como determinados lobbies, nomeadamente empresariais e principalmente através de contribuições de campanha, conseguem influenciar as decisões do Congresso.

Isto dito, é possível afirmar que a reforma política é um tema que até pouco tempo atrás não tinha uma visibilidade proporcional a sua importância. Na medida em que a reforma política está na "ordem do dia" e que ainda são escassos os estudos que discutem sistematicamente os seus principais pontos, este trabalho almeja discutir as posições teóricas que debatem o financiamento das eleições, a ação de grupos de interesse e as decisões governamentais do ponto de vista da literatura especializada norte-americana. Espero assim contribuir para iluminar o debate que, vale ressaltar, é extremamente importante, já que a forma pela qual as eleições são financiadas tem consequências diretas sobre a formulação e a implementação das políticas públicas.

Para melhor delimitar o objeto de minha análise, antecipo o que não vai ser feito neste artigo. Ele não procura julgar se é certa ou errada a forma pela qual as campanhas eleitorais são financiadas no Brasil. Também, não é seu objetivo apresentar uma visão normativa de como o processo eleitoral deveria ser formulado. O escopo aqui é outro. Minha intenção é sistematizar o debate especializado nas temáticas já citadas, identificando as principais contribuições teóricas e verificando sua utilidade para a análise do caso brasileiro.

Grupos de Interesse e as Teorias da Regulação

A maneira pela qual o Estado e a sociedade interagem é um objeto de análise recorrente na tradição da Ciência Política sendo comumente argumentado pela teoria democrática contemporânea que os regimes *poliarquicos* tendem a permitir que os diferentes grupos se engajem na promoção de seus interesses via representação política (DAHL, 1971). Como esses grupos podem competir entre si para aumentar sua representatividade perante o Estado, o regime tornar-

se-ia equilibrado já que nenhum grupo consegue se tornar dominante, tal noção é o cerne analítico do pluralismo. Existe ainda uma vasta produção teórica que disserta sobre a relação estabelecida entre o Estado e a sociedade via tributação. Um estudo fundamental sobre esse assunto é o artigo de George Stigler (1971) intitulado *The Theory of Economic Regulation*. Nesse trabalho, Stigler reflete sobre o poder que o Estado tem de tributar e assim beneficiar ou prejudicar os diferentes atores políticos. A idéia de que a ação do Estado pode conceder benefícios ou impor custos já tinha sido colocada por Weber (1999). Poder nessa concepção é a habilidade de constranger alguém a fazer algo contra a sua própria vontade. Ao considerar que o Estado pode coagir os indivíduos a contribuírem, pois de outra forma eles não o fariam, o Estado passa a ser não só um potencial mecanismo de tributação e redistribuição de recursos, mas também um ator perigoso que pode extorquir recursos da sociedade em determinadas situações. O que é importante destacar é que foi Stigler (1971) o primeiro a demonstrar empiricamente tal relação. Dito isso, na medida em que o Estado pode legalmente tributar os seus cidadãos e, assim, gerar benefícios (renda) ou impor custos, é razoável inferir que ele pode se tornar alvo dos interesses de diferentes grupos. Esses grupos buscariam elevar a quantidade de benefícios auferidos da ação do Estado e para isso, poderiam se engajar nas mais diversas formas de influenciar as decisões governamentais.

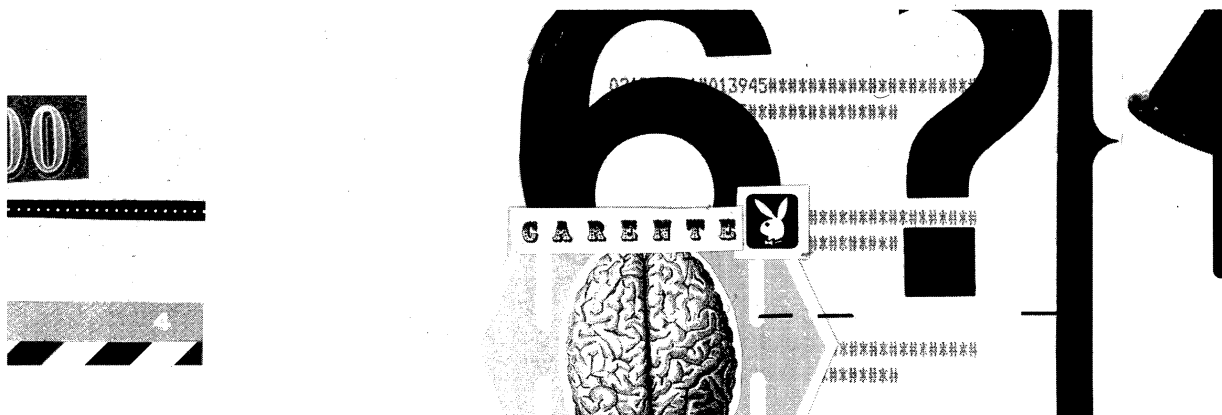
Regulação Eleitoral e *Rent Seeking*

Muitas das formulações teóricas que debatem a regulação das eleições aceitam que, em maior ou menor grau, os grupos que financiam as campanhas eleitorais podem se engajar em atividades de *rent seeking*. Depois dos trabalhos fundantes de Tullock (1967), Krueger (1974) e Posner (1975), muitas pesquisas começaram a discutir mais sistematicamente o fenômeno de *rent seeking*. Este conceito é geralmente relacionado à atividade de grupos de interesse que competem para obter benefícios (renda) das decisões governamentais. Assim, os grupos de interesse podem ora competir ora trabalhar conjuntamente para extrair a maior quantidade possível de benefícios da atividade governamental.

Um bom exemplo para pensar o comportamento orientado por rendas (*rents*) é o da distribuição de subsídios. No caso da regulação, este comportamento se verifica geralmente quando um grupo persegue benefícios concentrados para seus membros. Isso pode ocorrer na forma de restrições à entrada, redução da competição, criação de cartéis ou alíquotas de impostos.

Uma respeitada contribuição dentro da literatura sobre captura do Estado foi feita por Ann Krueger em 1974 com a publicação do artigo *The Political Economy of Rent Seeking Society*. Esse trabalho pode ser enquadrado dentro de uma escola de pensamento que ficou conhecida como a Teoria da Escolha Pública (*Public Choice*).

¹ Para uma importante exceção ver David Samuels (2001) da universidade de Minnesota, EUA. No Brasil, destaco os trabalhos do professor Bruno Speck da Unicamp.



De acordo com essa visão, enquanto que a ação governamental na esfera econômica é uma potencial ameaça às liberdades individuais, o mercado é considerado como o mecanismo mais eficiente para a alocação de recursos escassos. Essa corrente defende que o campo de atuação do mercado deve ser expandido enquanto que as atividades estatais devem ser reduzidas para evitar a ação dos *rent seekers*. Para Murphy (1993), a atividade de *rent seeking* produz obstáculos ao desenvolvimento e à inovação tecnológica. Lenway (1996) concorda com essa visão e utiliza o caso da indústria do aço nos EUA para demonstrar como a atividade de *rent seeking* é nociva ao desenvolvimento industrial. A existência de incentivos à prática da atividade de *rent seeking* geraria, dentro dessa visão, um círculo vicioso. Quanto mais incentivos, menos inovação, mais perdas e menos desenvolvimento. Bohman (1996) ao examinar os efeitos dos *rent seekers* no comércio internacional do café, chega à conclusão de que o preço do produto foi influenciado positivamente enquanto o bem-estar dos consumidores foi negativamente afetado. Da mesma forma, Appelbaum (1987) afirma que os próprios reguladores (políticos) podem se engajar em práticas maximizadoras e oportunistas. Em suma, a idéia de que a ação de *rent seeking* produz externalidades negativas para a sociedade é amplamente difundida dentro da literatura especializada. Por exemplo, conglomerados industriais podem pressionar congressistas para garantir maior quantidade de emissão de gases tóxicos no meio ambiente. Essa ação concentra os benefícios para os membros do *lobby*, mas divide os custos de forma difusa.

A partir de agora, explicarei como a teoria da ação coletiva de Mancur Olson (1999) e a noção de competição política de Anthony Downs (1999) ajudarão no entendimento da regulação eleitoral e dos problemas associados ao financiamento de campanhas políticas. Para Velasco (1997), Olson aplica o potencial da sua teoria ao traçar uma visão positiva sobre a competição e a representação política em sistemas poliárquicos já que os bens públicos podem ser capturados por grupos de interesse organizados, e uma vez capturados, determinados grupos receberiam partes desproporcionais dos benefícios enquanto outros arca-riam com os custos de forma diferenciada.

Ainda para Olson (1999), a ação dos grupos

não pode ser compreendida simplesmente como uma extensão lógica da ação individual, ou seja, o comportamento dos grupos quando visam garantir seus interesses não acompanha a mesma lógica individual, na qual o indivíduo se comporta racionalmente para satisfazer suas aspirações pessoais. Para agir, os indivíduos que compõem o grupo precisam ser contemplados com algum incentivo seletivo. Esses incentivos são necessários já que permitem aos membros do grupo perceber um benefício além do esperado, possibilitando assim, o desenvolvimento da ação coletiva (OLSON, 1999). Este autor também defende a idéia de que os grupos mais influentes são geralmente pequenos e financeiramente privilegiados, já que quanto menor o grupo, maior é a chance de coesão dos interesses e, portanto, menor a probabilidade de conflito interno. De fato, uma parte da literatura especializada argumenta que os grupos ligados a setores lucrativos da economia, como indústria e comércio, conseguem pressionar mais fortemente a máquina pública e muitas vezes têm seus interesses mais eficientemente respondidos.

Assim, quanto maior a probabilidade de se efetivarem os interesses de grupos mais organizados e eficientes, maior a possibilidade de se concentrarem os benefícios e de se socializarem os custos. Dessa relação deriva outra: quanto maior for a intervenção do Estado na esfera econômica, maior será a ação desses grupos. Assim, haveria uma contradição interna na idéia de ampliar a ação do Estado, pois as coalizões distributivas (que são grupos mais eficientes) se sobreporiam aos outros interesses concorrentes desorganizados. Segundo a definição de Olson (1996), as coalizões distributivas são grupos que procuram aumentar sua participação na renda nacional não só conseguindo benefícios específicos para seus membros, mas também promovendo a cartelização de setores lucrativos da economia, demonstrando-se assim como sérios inimigos da eficiência alocativa dos recursos públicos. Em poucas palavras, as formulações teóricas precedentes apontaram que determinados grupos de interesse por serem pequenos e disporem de recursos abundantes, podem agir muito mais eficientemente na promoção de seus interesses.

Downs (1999) concebe que os partidos políticos e os eleitores agem racionalmente na busca

de certos objetivos previamente especificados. Assim sendo, os eleitores, os partidos e os políticos procurarão conseguir o maior benefício aplicando o menor custo. Analogamente, as empresas procurarão maximizar suas taxas de lucro, adotando determinadas práticas, a exemplo de vender o produto abaixo do custo marginal de produção, que poderão prejudicar as empresas concorrentes. Contudo, a empresa que possuir a maior quantidade de capital acumulado tende a resistir ao processo de competição e, uma vez sendo vitoriosa, conquistará a fatia do mercado que foi deixada por sua concorrente falida. Fenômeno similar acontece durante a disputa política entre os partidos na luta pelo controle do governo e, de forma semelhante à ação das empresas, empregarão grandes somas de dinheiro em suas campanhas e no financiamento de seus produtos: os políticos.

Downs (1999) considera que tanto os governos quanto os partidos procuram maximizar apoio, estes para tomar o governo e aqueles para permanecer no controle do Estado. Em decorrência desse fato, partidos e governos podem assumir responsabilidades associadas aos interesses de grupos específicos com os quais não podem tecnicamente arcar sem comprometer outras áreas de atuação. Em um ambiente eleitoral muito competitivo, existe também uma grande probabilidade dos atores políticos utilizarem recursos durante a campanha eleitoral, chegando geralmente, a violar o limite imposto pelo órgão que fiscaliza as regras do jogo. A diferença é que no caso das empresas, o déficit orçamentário tende a ser sanado pelo aumento das taxas de lucro provenientes do crescimento da fatia do mercado. Já no que diz respeito aos partidos e aos governos, tanto o orçamento público torna-se um alvo em potencial, quanto a troca de favores entre grupos de interesse e políticos tende a se materializar. Por fim, a idéia de Downs que deve ser apreendida, é a de que como o objetivo principal dos partidos e políticos na esfera política é a reeleição, a racionalidade instrumental utilizada por esses atores somada ao alto grau de competição política implica no aumento dos custos eleitorais. Esse aumento nos custos eleva concomitantemente a demanda por mais recursos, o que acaba por ressaltar a importância dos grupos financiadores de campanha como atores centrais do processo político.

Grupos de Interesse, Contribuições e Congressistas

É possível destacar dois principais agrupamentos teóricos que analisam a relação entre os grupos de interesse, suas contribuições de campanha e a formulação de políticas públicas. O primeiro analisa a relação dos grupos de interesse e a maneira pela qual a agenda do governo é formulada (*interest groups and agenda-setting*), argumentando que os grupos procuram definir os assuntos com os quais o governo deve se preocupar (KINGDON, 1984). Muitos grupos buscam a não inclusão de matérias que possam ser dano-

sas aos seus interesses. Por exemplo, um lobby industrial pode se engajar em obstruir legislações que favoreçam a proteção ambiental; ou, grupos empresariais podem tentar interromper o andamento de projetos que procurem elevar os impostos (reforma tributária). Em suma, os grupos de interesse agiriam no sentido de influenciar a formação da agenda governamental e, dessa forma, restringir o alcance de medidas danosas enquanto tentariam prolongar a abrangência daquelas matérias consoantes com os seus interesses.

O segundo agrupamento teórico explora a relação entre os grupos de pressão e o acesso dado aos seus membros (*interest groups and access*), argumentando que as contribuições de campanha feitas pelos grupos de interesse são uma das estratégias possíveis para garantir o acesso político (CLAWSON, 1999; HANSEN, 1991; LANGBEIN, 1986). Alguns teóricos defendem que o acesso é apenas uma retribuição de favor por parte do congressista que foi financiado (BARON, 1994). Entretanto, como não é fácil mensurar a qualidade e a quantidade desse acesso político, são poucos os estudos que estabelecem relações diretas entre as doações de grupos de interesse e o acesso dado aos seus membros. Na verdade, pelo que identifiquei, apenas o estudo de Langbein (1986) concede atenção sistemática em demonstrar essa relação. Nesse trabalho, ao mensurar o tempo que cada grupo de interesse passou com os parlamentares a autora encontrou forte correlação entre a quantidade de recursos dada aos políticos e o tempo gasto nas salas dos congressistas.

Dentro desse debate teórico, é possível identificar algumas outras visões adicionais. Navarro (1984) argumenta que as doações de campanha podem ser relacionadas com os votos dos congressistas apenas em alguns temas. Godwin (1988) defende que os Democratas tornaram-se gradativamente dependentes das doações de corporações e, dessa forma, têm-se demonstrado mais receptivos quanto à defesa dos interesses empresariais no Congresso. Neustadt (1990), por sua vez, produz uma inovação no debate ao argumentar que o nível de influência dos grupos de interesse varia de acordo com a visibilidade do tema em questão. Esse é um dos argumentos mais recorrentes dentro da literatura especializada: o da existência de uma relação inversamente proporcional entre a visibilidade do assunto e o grau de influência dos grupos de interesse. Em temas muito visíveis perante a opinião pública, o custo de votar a favor de um projeto que corresponda aos interesses de um determinado grupo pode ser muito alto, minando assim os incentivos para tal ação. De uma forma geral, os especialistas argumentam que existem algumas condições específicas para que as contribuições de campanha e as atividades de *lobby* influenciem a decisão dos congressistas. A tabela 1 sistematiza essas informações.

Tabela 1 - condições em que os grupos de interesse influenciam o comportamento dos congressistas

autores	argumentos
Clawson (1999); Langbein (1986); Conway, (1991); Grenzke, (1990); Neustadt, (1990); Sabato, (1985)	Contribuições de campanha garantem demasiado acesso aos congressistas, em especial quando o tema tem pouca visibilidade.
Choate, (1990); Godwin, (1988); Welch, (1982); Sabato, (1985)	Doações eleitorais mudam a direção do voto do parlamentar (persuasão). Particularmente em temas técnicos e especializados
Clawson (1999); Stratman (1991); Fleischer (1993)	Demandas particulares são atendidas em detrimento ao interesse público. Isso é comum quando os benefícios são concentrados para os grupos de interesse e os custos são difusos pelo eleitorado.
Conway, (1991); Denzau and Murger, (1986); Makbin, (1984); Welch, (1982);	Quando a opinião publica se posiciona na mesma direção da demanda do grupo de interesse que efetuou a doação.
Evans, (1986); Sabato, (1985)	Quando o grupo de interesse além de fazer doações de campanha também faz lobby

Depois de apresentadas as condições em que os grupos de interesse supostamente influenciariam a tomada de decisão do Congresso, é necessário fazer um parêntese analítico. Isso porque o debate sobre reforma de financiamento de campanha nos EUA tem dois lados distintos. De acordo com Richard A. Smith, um dos maiores especialistas em regulação eleitoral nos Estados Unidos e membro da Federal Election Commission², há uma grande quantidade de conclusões controversas a respeito do impacto das contribuições de campanha sobre o comportamento dos parlamentares. Ainda, todos os estudos estatísticos que procuram estimar o efeito das doações eleitorais e da atividade de lobby sofrem, em maior ou menor grau, de deficiências e limitações metodológicas. Além disso, dependendo da natureza do erro, os resultados obtidos podem subestimar ou sobreestimar a influência das contribuições de campanha sobre o comportamento parlamentar. A presença desses erros, defende Smith, levanta sérias dúvidas a respeito do rigor, da veracidade, e principalmente, da confiabilidade desses achados acadêmicos.

Ao apresentar essas críticas teóricas e metodológicas, não se pretende aqui desconsiderar a validade dos estudos anteriormente mencionados. Isso seria demasiadamente inadequado. Pelo contrário, sugere-se apenas que os resultados das diversas pesquisas são muito mais controversos do que parecem à primeira vista. Com certeza, reduzir ou até mesmo eliminar essas deficiências estatísticas e teóricas não é simples. Um dos grandes problemas é o escasso e limitado acesso aos dados, já que não se sabe em que medida os dados se referem à realidade. Outro problema associado aos diferentes bancos de dados é que só recentemente essas informações foram sistematizadas e disponibilizadas para o público em geral. Essa afirmação tem ainda mais peso se considerados os casos de democracias eleitorais como o Brasil³.

O Dilema do Financiamento das Eleições e a Governabilidade no Brasil

Como desdobramento teórico dos argumentos já citados é possível formular algumas considerações sobre a governabilidade do nosso país. As diversas análises que tratam desse tema, ou seja, da capacidade do Estado de implementar suas políticas, concentram esforços analíticos em aspectos institucionais tais como a distribuição de cadeiras entre os diferentes partidos no Congresso (AMES, 2003; NICOLAU, 1993, 1996, 2002; MAINWARING, 1999). Alguns especialistas apontam determinadas características do sistema eleitoral como sendo os mecanismos explicativos dos malefícios institucionais, políticos e econômicos associados à governabilidade (DINIZ, 1995, 1996; REIS, 1989A, 1989B, 1994, 1995). É defendido que a incapacidade institucional de organizar maiorias no Congresso pode gerar, e frequentemente gera, paralisia decisória e ineficiência alocativa de recursos (MELO, 1995, 1997a, 1997b). Uma parte da literatura especializada considera que o governo de coalizão e a baixa institucionalização dos partidos políticos são elementos que comprometem a governabilidade brasileira (AMES, 2003; MAINWARING, 1999). Especificamente, Ames e Mainwaring argumentam que o sistema de representação proporcional de lista aberta, o caráter eminentemente individualista das campanhas políticas e a alta indisciplina dos congressistas também são fatores importantes e por isso, devem ser considerados na explicação dos problemas ligados a governabilidade.

Em oposição a esta corrente, Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999) sustentam que a força dos mecanismos à disposição dos presidentes, combinados com o poder regimental dos líderes de bancadas desincentivam um possível comportamento maximizador dos congressistas. O principal argumento é que uma estratégia de não cooperação é menos lucrativa para os congressistas diante das prerrogativas do Executivo. Os referidos autores demonstram empiricamente que a tese da indisciplina partidária não se sustenta no Brasil. De fato, uma análise cuidadosa dos seus argumentos revela que os altos índices de disciplina encontrados no Congresso são explicados por duas principais variáveis, a saber, as diferentes prerrogativas conservadas pelo Executivo e o controle exercido pelos líderes sobre suas bancadas. O argumento central desses autores é que o poder constitucional do Executivo combina-se com o poder regimental dos líderes, ambos atuando como redutores de custos de transação. As prerrogativas do Executivo e dos líderes estão sumarizadas abaixo.

2 O equivalente dessa instituição no Brasil é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
3 Identifiquei 8 prestações de contas de menos de 10 reais. Uma delas de 1 real e três de 5 reais. Também localizei 60 prestações de menos de 100 reais e 400 declarações de menos de 1000 reais para a eleição ao cargo de deputado federal em 2002. Outra coisa, identifiquei inúmeras prestações de contas repetidas para o mesmo partido. Isso sugere duas interpretações: ou o partido divide igualmente os recursos de campanha para muitos candidatos ou uma mesma prestação foi utilizada para justificar os gastos de vários candidatos. Considero que a segunda interpretação seja mais plausível. Todavia, ainda que esses achados não comprovem a irregularidade na prestação de contas, sugerem que o referido sistema é, para dizer o mínimo, pouco confiável. Pelo que sei, sou a única pessoa a possuir esse banco de dados e a ter codificado e depurado as informações para fins de pesquisa. Qualquer indivíduo que se interessar em obter os dados deve entrar em contato com o autor desse trabalho por meio do endereço eletrônico dbffwx@yahoo.com

Tabela 2

Prerrogativas do Executivo	Descrição
1	Expedir medidas provisórias
2	Vetar parcialmente as matérias apreciadas pelo parlamento
3	Definir a agenda do legislativo
4	Controlar as verbas orçamentárias
5	Nomear cargos de confiança nos mais diversos escalões *

* Além disso, o Executivo pode instaurar regime de urgência para aprovação de projetos

Tabela 3

Prerrogativas dos líderes	Descrição
1	Prerrogativas dos líderes
2	Apresentar requerimento de urgência
3	Limitar a possibilidade de apresentação emendas aos projetos
4	Aumentar a velocidade de apreciação dos projetos
	“Forçar” votações nominais em matérias qu enão tem este apelo
5	Nomear os membros das comissões
6	Aprovar projetos em regime de urgência por votações simbólicas

Depois de esclarecidos alguns dos argumentos utilizados por determinados especialistas a respeito da governabilidade, é possível afirmar que alguns elementos, ao meu ver importantes, não foram considerados. Por exemplo, a influência de determinados grupos de interesse sobre as decisões dos congressistas. Em especial, os parlamentares podem responder mais eficientemente as demandas de grupos que financiaram suas campanhas. Por exemplo, Samuels (2001b, 2001c) afirma que existe uma demanda por recursos para financiar as eleições e os que grupos de interesse fornecem esses recursos já que os políticos controlam a tributação, os subsídios, as regulações bancárias, etc. Desse modo, um ponto absolutamente importante para a presente discussão repousa na origem dos recursos que são alocados nas campanhas eleitorais. A tabela a seguir categoriza a origem, o destino e a percentagem da quantidade de recursos utilizados nas campanhas de 1994 e 1998.

Tabela 4 - Gastos Eleitorais

	Contribuição	Presidente	Governador	Senador	Deputado
1994	Corporação	96,9	85,3	81,7	61,8
	Individual	3,1	13,4	16,5	37,5
	Partido	0	0,7	0,2	0,2
	Desconhecido	0	0,6	1,3	0,5
	TOTAL %	100	100	100	100
1998	Corporação	93,7	68,7	42,6	56,8
	Individual	3,0	14,5	26,5	40,9
	Partido	3,1	0,3	19,2	0,5
	Desconhecido	0	16,5	11,7	1,8
	TOTAL %	100	100	100	100

Fonte: Samuels (2001)

As formulações teóricas precedentes, empresas financiam campanhas políticas com o intuito de receber algum benefício por parte do candidato que elas ajudaram a eleger. Apesar de ser comprovada a existência de relações entre políticos e empresas durante o processo de financiamento de campanhas eleitorais, uma dúvida ainda permanece: quem captura quem? O senso comum e algumas correntes teóricas dentro da academia costumam identificar o Estado como vítima da ação de empresas privadas interessadas em garantir seus interesses. Na verdade, tanto os membros do governo quanto as empresas privadas estão interessadas em se beneficiarem, mas

esse benefício depende exatamente de uma ação conjunta. O político precisa de financiamento suficiente para que sua campanha tenha sucesso e que, assim, ele possa ocupar algum cargo dentro da máquina pública. Já as empresas necessitam de algum colaborador que esteja dentro do governo e que tenha acesso aos recursos públicos. Tal demanda estimula a continuidade da lógica de arrecadação monetária entre as empresas, os grupos de interesse e os políticos.

Como os grupos de interesse não podem ser considerados um *veto player*⁴ na medida em que não possuem poder legal, uma das formas de conseguir extrair benefícios da ação do governo é através da influência política sobre os congressistas. Ai é a grande questão: como os congressistas precisam de financiamento para vencerem as eleições eles acabam se conectando com alguns grupos que querem maximizar benefícios e minimizar insumos. Por sua vez, a implicação do modelo na realidade pode ser observada quando o Executivo quer aprovar uma medida x que prejudica o interesse dos grupos financiadores e os congressistas intervêm e tentam obstruir as propostas. Assim, a lógica do Executivo seria paralisada pela lógica individualista dos parlamentares que pode ter sua gênese nos interesses dos grupos privados. Isso é apenas uma parte da teoria. Além de poderem intervir a favor dos grupos financiadores de suas campanhas, os congressistas podem deliberadamente negociar com o Executivo perdas e/ou ganhos para os grupos de interesse enquanto trazem benefícios para seus currais eleitorais e clientelas. Em um outro momento, os congressistas podem encerrar o balcão de negociações para proteger os interesses dos grupos privados. Na medida em que o Congresso passa a adotar uma racionalidade maximizadora, o Executivo tem problemas. A liberação de emendas no orçamento e a nomeação de cargos de confiança é uma estratégia que pode ser seguida pelo Executivo para garantir apoio. A distribuição de ministérios também é uma alternativa que o partido governante pode adotar. Todos esses mecanismos constituem uma forma de garantir apoio para aprovar as propostas do governo. Em um Congresso fragmentado, onde o partido governante dificilmente consegue ter uma maioria absoluta, a proliferação de mecanismos de negociação, sejam legais ou nefastos, tende a se desenvolver.

Por fim, a legislação eleitoral influencia o tipo de representação política que vai ser instalada no Congresso. Igualmente, a maneira pela qual os fundos de campanha serão levantados terá grande impacto sobre o comportamento dos diversos atores que interagem durante a competição eleitoral. Por consequência, essa interação vai influenciar a formulação, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas.

⁴ Utilizo a mesma definição de Tsebelis (1997), qual seja, um *veto player* é um ator individual ou coletivo cuja concordância (pela regra da maioria no caso dos atores coletivos) é requerida para tomar uma decisão de mudar uma política.

Conclusão

Esse trabalho inicia uma breve reflexão teórica sobre o papel dos grupos de interesse e das doações de campanha sobre o comportamento dos congressistas. Discutir tal relação é crucial para desenvolver o debate acadêmico e político a respeito de vários temas em geral e sobre a reforma de campanha eleitoral em particular.

É extremamente problemático avaliar em que medida determinados grupos de interesse se envolvem no financiamento das eleições uma vez que os dados disponíveis além de escassos são pouco confiáveis. Adicionalmente, também é difícil estimar a incidência de práticas ilegais durante as eleições por parte das empresas e dos políticos. Tomar a parte pelo todo não só é incorreto como também contribui para a formação de uma imagem espúria sobre o papel das empresas no processo eleitoral. Ainda que alguns especialistas e principalmente políticos argumentem que as corporações privadas têm um papel essencialmente nefasto no jogo político, não há, salvo engano, nenhum trabalho acadêmico que demonstre tal relação. Separar o joio do trigo é uma tarefa difícil e exige grande esforço analítico.

Foi também argumentando que o nível de governabilidade de um determinado sistema político é influenciado pela forma com que as campanhas eleitorais são financiadas. Assim sendo, ao se

propor reformar a legislação eleitoral, pode-se modificar quase que automaticamente a racionalidade do sistema como um todo. Isso não implica dizer que o sistema ficará melhor. Pelo contrário, dependendo das medidas que forem tomadas, problemas atuais podem se desenvolver e novos problemas podem surgir.

Há um grande leque de problemas de pesquisa que os acadêmicos brasileiros podem dedicar atenção. Por exemplo, estimar em que medida os parlamentares brasileiros votam a favor ou contra os grupos que financiaram suas campanhas. Ou, é possível calcular a correlação entre os gastos eleitorais e o número de votos recebidos por um determinado candidato. Determinar a incidência das referidas práticas e elaborar uma legislação eleitoral eficiente é um dos principais desafios impostos aos cientistas sociais na medida em que existem muitas variáveis culturais e institucionais que podem ser utilizadas para explicar os diversos problemas associados ao financiamento das eleições. Finalmente, não se procura aqui oferecer uma visão normativa do processo eleitoral. Nem tampouco é objetivo desse artigo propor reformas nas instituições políticas. O escopo aqui é outro. Ao meu ver, é necessário reformar o debate, para depois, debater a reforma eleitoral.

BIBLIOGRAFIA

- AINSWORTH, Scott. (1993), "Regulating Lobbyists and Interest Group Influence". *Journal of Politics*, 55:41-56.
- AMES, Barry. (2003), *Os Entraves da Democracia do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- APPELBAUM, Elie (1987). "Seeking Rents by Setting Rents: The Political Economy of Rent-Seeking". *The Economic Journal*, 97, 387: 685-699.
- BARON, D.P. (1994), "Electoral competition with informed and uninformed voters", *American Political Science Review*, 87: 34-47.
- BOHMAN, Mary. (1996), "Rent Seeking and International Commodities Agreements: The case of the Coffee". *Economic Development and Cultural Change*, 44, 2: 379-404.
- CHOATE, Pat. (1990), *Agents of Influence: How Japan Manipulates America's Political and Economic System*. New York: A.A. Knopf.
- CLAWSON, Dan. (1999), *Dollars and Votes: How Business Campaign Contributions Subvert Democracy*. Philadelphia, Temple University Press.
- CONWAY, Margaret (1991). "PACs in the Political Process", in *Interest Group Politics*, 3ed. Washington, DC: Congressional Quarterly.
- DAHL, Robert. (1971), *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- DENZAU, Arthur; MUNGER, Michael. (1986), "Legislators and Interest Groups: How Unorganized Interests Get Represented". *American Political Science Review*, 80:89-106.
- DOWNS, Anthony. (1999), *Uma Teoria Econômica da Democracia*. Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo, Edusp.
- DINIZ, Eli. (1995), "Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil nos Anos 90". *Dados*, 38, 3.
- _____. (1996). *Governabilidade, 'Governance' e Reforma do Estado: Considerações sobre o Novo Paradigma*. Brasília, ENAP, mimeo.
- EVANS, Diana. (1986), "PAC Contributions and Roll-Call Voting: Conditional Power" in *Interest Group Politics*, 2ª edição., Washington DC: Congressional Quarterly.
- _____. (1988) "Oil PACs and Aggressive Contributions Strategies". *Journal of Politics*, 50:1047-56.

- FIGUEIREDO, A. C. e LIMONGI, F. (1999), *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: FGV.
- FLEISHER, Richard. (1993), "PAC Contributions and Congressional Voting on National Defense". *Legislative Studies Quarterly*, 18:391-409.
- GODWIN, Kenneth. (1988), *One Billion Dollars of Influence: The Direct Marketing of Politics*. Chatham: Chatham House.
- GRENZKE, Janet. (1990), "Money and Congressional Behavior", in Margaret Latus Nugent & Jonh (eds.), *Money, Elections, and Democracy*. Boulder, CO, Westview Press.
- HANSEN, John. (1991), *Gaining Access: Congress and the Farm Lobby 1919-1981*. Chicago: University of Chicago Press.
- KINGDON, John. (1984), *Agendas, Alternatives, and Public Policy*. Boston: Little, Brown.
- KRUEGER, Ann. (1974), "The Political Economy of the Rent-Seeking Society". *The American Economic Review*, 64, 3: 291-303.
- LANGBEIN, Laura. (1986), "Money and Access: Some Empirical Evidence". *The Journal of Politics*. 48, 4:1052-1062.
- LENWAY, Stefanie (1996). "Rent Seeking, Protectionism, and Innovation in American Steel Industry". *The Economic Journal*, 106, 435:410-421.
- LOWI, Theodore (1964). "American Business, public policy, case studies, and political theory". *World Politics*, 16:677-715.
- MAINWARING, Scott. (1999), *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro, Mercado Aberto/FGV.
- MCCHESNEY, Fred. (1997), *Money for Nothing: politicians, rent extraction, and political extortion*. Cambridge, Harvard University Press.
- MELO, Marcus André B. C. de. (1995), "Ingovernabilidade: Desagregando o Argumento", in L. Valladares (org.), *Governabilidade e Pobreza*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1997a), "Reformando a Reforma: Idéias, Interesses e Instituições da Seguridade Social no Brasil". *São Paulo em Perspectiva*, 11, 1.
- _____. (1997b), "O Jogo das Regras: A Política da Reforma Constitucional, 1993-1996". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35.
- MURPHY, Kevin. (1993), "Why Rent-Seeking is so costly to growth?". *The American Economic Review*. 83, 2: 409-414.
- NAVARRO, Peter. (1984), *The Policy Game: How Special Interests and Ideologues are Stealing America*. New York: John Wiley and Sons.
- NEUSTADTL, Alan. (1990), "Interest-Group PACsmanship: An Analysis of Campaign Contributions, Issue Visibility, and Legislative Impact". *Social Forces*, 69:549-64.
- NICOLAU, Jairo M. (1993), *Sistema Eleitoral e Reforma Política*. Rio de Janeiro, Foglio.
- _____. (1996), *Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo sobre o Sistema Partidário Brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.
- _____. (2002), *A História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- OLSON, Mancur. (1996), "Distinguished Lecture on Economics in Government: Big Bills left on the sidewalk: Why some Nations are Rich and others Poor". *The Journal of Economic Perspectives*, 10, 2: 3-24.
- _____. (1999), *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Tradução de Fabio Fernandez. São Paulo, Edusp.
- POSNER, R. (1975), "The Social Cost of Monopoly and Regulation". *Journal of Political Economy*, 83: 807-27.
- REIS, Fábio Wanderley. (1989a), "Estado, Economia, Ética, Interesses; Para a Construção Democrática do Brasil". *Planejamento e Políticas Públicas*, 1, 1.
- _____. (1989b). "Cidadania Democrática, Corporativismo e Política Social no Brasil", in S. Draibe et alii, *Para a Década de 90: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas*. Brasília, IPEA/IPLAN.
- _____. (1994), "Notas sobre a Reforma do Estado". *Revista do Serviço Público*, ano 45, 118, 3.
- _____. (1995), "Governabilidade, Instituições e Partidos". *Novos Estudos Cebrap*, 41.
- SABATO, Larry. (1985), *PAC Power: Inside the World of Political Action Committees*. New York, W.W. Norton.
- SALISBURY, Robert. (1984), "Interest Representation: The Dominance of Institutions". *American Political Science Review*, 78:64-76.
- SAMUELS, David. (2001), "Money, Elections and Democracy in Brazil". *Latin American Politics and Society*, 43, 7: 27-48.
- _____. (2001b), "Incumbents and Challengers on a level Playing Field: Assessing the impact of Campaign Finance in Brazil". *The Journal of Politics*, 63, 2:569-84.
- _____. (2001c), "Does Money Matter? Campaign Finance in Newly Democratic Countries: Theory and Evidence from Brazil". *Comparative Politics*, 34:23-42.
- STERN, Philip. (1988), *The Best Congress Money Can Buy*. New York, Pantheon Books.
- STRATMANN, Thomas. (1991), "What Do Campaign Contributions Buy? Deciphering Causal Effects on Money and Votes". *Southern Economic Journal*, 57:606-20.
- STIGLER, George. (1971), "The Theory of Economic Regulation". *The Bell Journal of Economics and Management Science*, 2, 1: 3-21.
- TSEBELIS, George. (1997), "Processo Decisório em Sistemas Políticos: veto playeres no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12.
- TULLOCK, G. (1967), *The Calculus of Consent*. Ann Harbor, University of Michigan.
- VELASCO Jr, Licínio. (1997), "A Economia Política das Políticas Públicas: As Privatizações e a Reforma do Estado". *Textos para discussão*, 55, BNDES.
- WEBER, Max. (1999), *Economia e Sociedade*. Vol.2. Brasília, Editora da UnB.
- WELCH, Willian. (1982), "Campaign Contributions and Legislative Voting: Milk Money and Dairy Price Supports." *Western Political Quarterly*, 35:478-95.
- WILSON, James. (1985), *Bureaucracy: what government agencies do and why they do it*. New York, Basic Books.

Informações e Instruções para Colaboradores

A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS:

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão Editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação da revista e que deverão ser publicados junto ao Edital de Convocação à Inscrição de Textos.

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, nomeados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais de acordo com princípios estabelecidos por essa entidade estudantil, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

- Reunir-se periodicamente, com convocação prévia de todos os membros da comissão;
- Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;
- Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;
- Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

- Originalidade do trabalho;
- Cientificidade do artigo;
- Aval do parecerista;
- Articulação das idéias e qualidade da escrita;
- Adequação às normas da Revista;
- Relevância da publicação.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO:

Os artigos apresentados devem ser entregues com original e cópia, texto datilografado em espaço duplo, com margens razoáveis e sem emendas. Não devem ultrapassar 5 mil palavras; as resenhas não devem ultrapassar 5 laudas.

Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo e de palavras-chave nas línguas portuguesa e inglesa, bem como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).

Os autores enviarão seu trabalho por e-mail, no formato padrão IBM-PC, de preferência nos formatos .doc ou .rtf, com a seguinte organização:

- As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma – (AUTOR, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (JAGUARIBE, 1962) ou (JAGUARIBE, 1962, p.35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (ADORNO, 1975a), (ADORNO, 1975b) etc.
- Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza substantiva.
- A bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética.

Crítérios bibliográficos

Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas. Exemplo:

REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, satate-building e autoritarismos". *Dados*, 25, 3: 275-96.

Coletânea: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico)/ iniciais do nome, seguidas do sobrenome dos(s) organizadores(es) /VÍRGULA/ título da coletânea, em itálico /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O.B. Lima & S.H. Abranches (org.), *As origens da crise*, São Paulo, IUPERJ/Vértice.

Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO. Exemplo:

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.